



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 62

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 19 de abril de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

A sessão iniciou-se com a [Cerimónia solene de tomada de posse dos novos Membros do Governo Regional](#), a qual consta como anexo ao presente diário. Seguiu-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos com a emissão de votos apresentados na sessão.

Assim para apresentação do [Voto de Congratulação pelos quinhentos anos da elevação da Lagoa a Vila e Sede de Concelho](#), apresentado pela Representação Parlamentar do Chega, usou da palavra o Sr. José Pacheco (CH).

Sobre o mesmo usaram da palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (PSD) e a Sra. Deputada Edite Preto (PS).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o [Voto de Congratulação pela dupla efeméride do concelho de Lagoa](#), apresentado pelo Sr. Deputado Independente Carlos Furtado, usando novamente da palavra a Sra. Deputada Edite Preto (PS).

Novamente por unanimidade, o voto supracitado foi aprovado, aquando da sua votação pela câmara.

Sobre o [Voto de Saudação ao 25 de Abril](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usou da palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*). Ainda sobre o mesmo voto usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Seguiu-se o [Voto de Pesar pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e o Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*).

Submetido à votação o voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovado o [Voto de Pesar pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel](#), apresentado pela Representação Parlamentar do Chega, após a sua leitura feita pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*).

Seguiu-se mais um [Voto de Pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Bettecourt](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Ana Luís (*PS*), usaram da palavra a Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Seguiu-se uma [comunicação do Governo Regional](#), sobre a crise sísmica em São Jorge, pelo Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Sobre a mesma usaram da palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Maria Isabel Teixeira (*PS*), Paulo Silveira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Pedro Neves (*PAN*).

Na **Agenda da Reunião** foi [reapreciado do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2022 – “Regime jurídico da atividade de transporte individual e](#)

remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica na Região Autónoma dos Açores (TVDERAA)”.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Rui Anjos (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Gustavo Alves (*PPM*) e Nuno Barata (*IL*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Seguiu-se o debate e votação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho – Cria o Complemento Especial para o Doente Oncológico – CEDO”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentada a iniciativa pelo Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*) participaram no debate os/as Srs./as. Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Ana Quental (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*), Carlos Furtado (*Indep.*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Bruto da Costa (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por maioria.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Indep.*), Tiago Lopes (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Nuno Barata (*IL*).

Sobre o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XII – “Regime jurídico do transporte de animais de produção na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Luís Soares (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Alexandra Manes (*BE*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Gustavo Alves (*PPP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Na generalidade, o diploma foi aprovado por unanimidade, transitando.

A restante votação do diploma continuou no dia seguinte.

Presidente da Assembleia: Muito bom dia.

Eram 10 horas e 49 minutos

Senhoras e senhores deputados, senhores membros do Governo, agradeço que, que ocupem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos. Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o senhor secretário da mesa. Faça o favor.

Secretário da Assembleia: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Edite de Sousa de Freitas Preto

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Gabriela Vieira dos Santos

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Marta Ávila Matos

Miguel António Moniz Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente da Assembleia: Muito obrigado senhor secretário. Estão presentes 55 senhoras e senhores deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público. Senhoras e senhores deputados, permitam-me que dê as boas-vindas e deseje bom, bom trabalho aos senhores deputados Francisco Coelho, antigo presidente desta casa, bom

revê-lo, à senhora deputada Marta Matos, à senhora deputada Edite Preto e à senhora deputada Maria Gabriela Santos. Sejam todos bem-vindos e desejemos um bom trabalho neste parlamento.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Esta manhã está reservada ao período de tratamento de assuntos políticos, reservado à emissão de votos, comunicação do Governo e declarações políticas. Os tempos definidos pela conferência de líderes para esta manhã de trabalhos: o Partido Socialista dispõe de 48 minutos, o PSD de 40, o CDS-PP dispõe de 16 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem de 12 minutos, as representações parlamentares de 10 minutos e o Sr. Deputado Independente de 5 minutos e o Governo Regional, como tem uma comunicação política do Senhor Presidente do Governo, dispõe de 30 minutos. Vamos dar início com os votos que deram entrada na mesa. O primeiro é um voto de congratulação apresentado pelo Chega, pelos 500 anos da elevação de Lagoa a vila e sede de concelho. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

Deputado José Pacheco: Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, Sr. Presidente do Governo, senhor Vice-Presidente.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELOS QUINHENTOS ANOS DA ELEVAÇÃO DA LAGOA A VILA E SEDE DE CONCELHO

A 11 de Abril, a cidade da Lagoa celebrou 500 anos da elevação a vila e a sede de concelho, somando também 10 anos em que foi elevada a cidade.

Constituído por cinco freguesias: Santa Cruz e lugar dos Remédios, freguesia de Nossa Senhora do Rosário e lugar da Atalhada, freguesia de Água de Pau e lugar da Caloura, freguesia da Ribeira Chã e freguesia do

Cabouco; o concelho da Lagoa tem-se afirmado ao longo destes 500 anos de existência.

Localizada no centro Sul da ilha, foi dos primeiros lugares a ser povoado, com os primeiros habitantes a fixarem-se junto à zona onde atualmente se situa a igreja de Santa Cruz. Era ali que existia uma lagoa, que atribuiu o nome ao local.

A sua centralidade ditou também o seu desenvolvimento, já que ficava localizada entre os dois pontos mais importantes de então – Vila Franca do Campo, que era a capital da ilha, e Ponta Delgada.

As deslocações entre as duas importantes vilas micaelenses acabavam por dinamizar também a Lagoa, já que era ali – a meio caminho – que pernoitavam e se abasteciam quer os mercadores quer os viajantes.

Com a crescente importância, a população também foi crescendo.

Ao longo do século XV, o povoado foi-se desenvolvendo para Oeste - em direção a uma baía que acolheu os primeiros barcos de pesca, no Porto dos Carneiros – e para Leste – onde as terras de cultivo e um curso de água ditaram a fixação em Água de Pau.

Graças ao desenvolvimento das terras de cultivo e à presença de água, que Água de Pau viria a ser elevada a vila em 1515, sendo sede do concelho durante 338 anos, acabando depois incorporada no concelho de Lagoa.

É a 11 de abril de 1522 que a Lagoa é elevada a vila e sede de concelho, por carta régia de D. João III.

É, na altura, considerada uma das melhores regiões agrícolas da ilha, onde predominavam as culturas do trigo, do pastel e do vinho e onde se verificava grande atividade económica no seu Porto dos Carneiros, através da exportação de produtos e venda de peixe.

No século XIX a vila da Lagoa tornou-se num dos principais centros da cultura e da exportação da laranja para a Europa.

Uma produção que fez prosperar a vila da Lagoa e trazendo também uma nova fonte de riqueza.

Introduziram-se também novas culturas - como o tabaco, a beterraba e a chicória – que trouxeram também a atividade fabril para a Lagoa, o que levou a um significativo desenvolvimento económico.

Também em termos populacionais a Lagoa aumentava consideravelmente, acabando por se desenvolver também o sector da construção.

Às novas culturas e às fábricas já existentes, juntaram-se outras como as fábricas de cerâmicas e da destilação de álcool.

Já no século XX aparecem as fábricas do óleo vegetal, do sabão e das rações para animais.

Por essa altura a agropecuária e a pesca ganham também novo fulgor.

Neste século XX os serviços passam a ter grande predominância e a Lagoa começa a apostar no desenvolvimento turístico, aproveitando a localização geográfica das freguesias e do próprio centro da cidade, que concentra a maioria da indústria e comércio.

A 22 de Março de 2012, por deliberação do Governo dos Açores, a Lagoa é elevada a cidade.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos quinhentos anos da elevação da Lagoa a vila e sede de concelho, do qual deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Lagoa, à Assembleia Municipal de Lagoa e às cinco Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia do concelho.

Horta, Sala das Sessões, 19 de abril de 2022

O Deputado: José Pacheco

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros:** Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. O grupo parlamentar do PSD associa-se a este voto, irá apresentar em próxima...

possivelmente amanhã, apresentar um voto sobre o mesmo centenário. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? A Sra. Deputada Edite Preto, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Edite Preto:** Sr. Presidente, senhores membros da mesa, senhoras e senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhoras e senhores secretários regionais. O grupo parlamentar do PS associa-se ao voto de louvor e amanhã também apresentará um voto de louvor pelos 500 anos de elevação da Lagoa a vila e sede de concelho e os 10 anos de cidade. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver, vamos colocar à voto de congratulação. As senhoras e os senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, senhor secretário.

Secretário da Assembleia: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Sr. Deputado Independente Carlos Furtado, voto pela dupla efeméride do concelho da Lagoa. Faz favor, Sr. Deputado, tem a palavra para a sua apresentação.

Deputado Carlos Furtado:

Voto de congratulação

Voto de congratulação pela dupla efeméride do concelho de Lagoa

A 11 de abril do corrente ano, o concelho de Lagoa comemora duas efemérides, 500 anos do concelho e 10 anos da elevação à categoria de Cidade do conjunto das freguesias de Rosário e Santa Cruz.

O concelho que em 1522, viu afirmadas as suas delimitações geográficas e sua definição territorial, não tardou a fazer valer a qualidade dos seus solos, centralidade geográfica e tenacidade do seu povo.

O trigo e a vinha, entre outros, muito cedo fizeram parte da vida económica desta terra, seguindo-se posteriormente as eras da laranja, do ananás, da beterraba da chicória e do tabaco.

O relevo da sua costa permitiu à Lagoa fazer homens do mar, que a partir de dois portos distintos, fizeram e fazem-se ao mar, buscando o sustento das suas famílias.

A Lagoa sempre teve a dimensão da religiosidade, intelectualidade e proatividade dos seus cidadãos, neste concelho construíram-se igrejas e ermidas para alimento da alma, solares e moradias para conforto do seu povo e unidades produtivas para sustento das famílias.

Outrora o concelho mais industrializado dos Açores, com unidades produtivas nas áreas da cerâmica e agroalimentar, hoje já não ostenta esta distinção, no entanto, tem encontrado de forma equilibrada nos três setores económicos a forma de acomodar a sua economia.

Não obstante a nível territorial a Lagoa representar pouco mais de 6% da área de S. Miguel, a nível populacional este concelho representa mais de 10% da população desta ilha, reconhecendo-se assim a capacidade de fixar os seus filhos, a par da atratividade que exerce a todos os que voluntaria ou involuntariamente passem pela Lagoa, convidando-os a serem também seus residentes.

A Lagoa foi também berço de ilustres personalidades da nossa sociedade, que nas áreas políticas, religiosas, académicas e outras, contribuíram para o desenvolvimento da região e do país.

Na Lagoa foram ainda gerados cidadãos que partindo dela à procura de um destino mais promissor, deram o seu contributo claro e inequívoco no crescimento de outras terras.

É assim justo reconhecer o valor deste território e congratular o seu hábil povo, pelo percurso de vida da Lagoa, cujo seu nome nasceu a partir de uma pequena lagoa, hoje já não existente, que outrora se situava junto à igreja matriz de Santa Cruz.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Deputado Independente propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do mês de abril de 2022, aprove o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula-se pela dupla efeméride que o concelho de Lagoa, comemorou no passado dia 11 de abril.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Lagoa e Assembleia Municipal de Lagoa.

Lagoa, 18 de abril de 2022.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto e estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Edite Preto, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Edite Preto:** O grupo parlamentar do PS associa-se também ao voto de congratulação apresentado pelo Deputado Independente. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos então passar à votação deste voto de congratulação. As senhoras e os senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, senhor secretário.

Secretário da Assembleia: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto é um voto de saudação ao 25 de abril, apresentado pelo Bloco de Esquerda. Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manos. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, senhoras e senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, senhoras e senhores membros do Governo.

VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL

É sempre tempo de lembrar a história da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da Revolução, de transformação e de esperança que deram origem à democracia portuguesa, e contra a opressão.

No próximo dia 25 de abril arrancam as celebrações do quinquagésimo aniversário da Revolução dos Cravos, que vão estender-se pelos próximos cinco anos.

No momento em que o mundo atravessa um período conturbado, com uma situação de guerra instalada na Europa, é fundamental relembrar que a revolução de abril se fez pela paz e pelo desarmamento geral. Manter viva esta celebração é continuar a defender a Constituição da República. Fazemo-lo em solidariedade e intercâmbio com os povos da Europa e do mundo que hoje enfrentam a mesma ameaça de retorno à barbárie e a combatem.

Recordemos que foi através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, que se terminou com a ditadura fascista do Estado Novo, que se pôs fim à PIDE, que se acabou com a censura, que se libertaram os presos políticos e se terminou com a guerra colonial. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

Celebremos as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos, nomeadamente na saúde, com a criação do Serviço Nacional e Regional de Saúde, na educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, atribuindo uma maior dignidade a quem trabalha. Alcançaram-se conquistas

económicas e direitos de cidadania com a Revolução que não podem ser revertidos e que devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência.

Os Açores alcançaram, com a liberdade abril semeou e com a constituição de 1976 a autonomia política e administrativa pela qual lutaram e que hoje exercemos livremente.

Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

Não se considere o 25 de abril apenas como uma data simbólica. O 25 de abril é muito mais do que isso: é um processo que permitiu a transformação social, a mudança que modela o presente e que deve continuar a modelar o nosso futuro.

Celebremos sim esta data, mas mantendo sempre presente que não podemos considerar a liberdade e a democracia como valores adquiridos. É fundamental continuar a lutar para os manter, para que a liberdade e a democracia vençam o fascismo e a opressão e possamos continuar a construir uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Muito foi conquistado, mas ainda há muito por conquistar. Continuam a existir fortes necessidades de investimento em serviços públicos essenciais, Portugal não anda todo à mesma velocidade, nem tão pouco os Açores andam todos à mesma velocidade. Ainda há muitas açorianas e muitos açorianos que não têm acesso à cultura, aos transportes públicos, à habitação, à saúde ou às telecomunicações da mesma forma. As conquistas de abril não chegaram a todas e todos da mesma forma nem à mesma velocidade.

Numa altura em que a democracia cumpre mais dias vividos do que os 48 anos de ditadura vivida em Portugal, reiteramos a defesa dos valores da liberdade, democracia e solidariedade. Pois é mantendo viva a lembrança simbólica desse marco fundador da democracia que mantemos viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida mais justa para todos e para todas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pelo 48.º aniversário da Revolução de Abril, bem como pelas comemorações do 50.º aniversário que decorrerão entre 2022 e 2025, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do Estado social.

Horta, 19 de abril de 2022

O Grupo Parlamentar do BE/Açores: António Lima e Alexandra Manes

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhoras e senhores secretários regionais. Começo por cumprimentar o Sr. Deputado Francisco Coelho, regressado às lides parlamentares e é sempre com gosto que o vemos... ouvimos as suas intervenções e saudamos o seu regresso porque, de facto, vossa excelência, desde logo, também pelas funções que exerceu, até como Presidente do primeiro órgão de autonomia, é sempre uma mais-valia para o debate parlamentar e para a democracia açoriana e, por isso, saúdo o seu regresso às lides parlamentares. Relativamente ao voto que nos é apresentado, nós, da parte do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, saudamos o 25 de abril todos os dias!

Deputado Flávio Soares: Muito bem!

O Orador: É bom que isso não deixe de ser sempre o princípio primeiro com que lutamos em democracia para servir os açorianos e para servir o nosso povo, que é pensarmos que se deve ao 25 de abril o facto de podermos dialogar, discordar, propor, concretizar e lutar para termos projetos que o povo escolhe, sufragando democraticamente para servir, naturalmente, o

interesse público e as liberdades e os direitos de todos. E isso deve-se, na Região Autónoma dos Açores e em Portugal, ao 25 de abril.

Deputado Joaquim Machado: Muito bem!

O Orador: E essa data celebramos sempre com ânimo, diariamente, e não apenas como uma efeméride. E é por o celebrarmos desta forma que também saudamos a Constituição da República Portuguesa, que nos permitiu, em liberdade, estarmos aqui sentados a discutir, a discordar, a concordar, mas também a convergir e a divergir. E essa liberdade também começou a ser conquistada no 25 de abril mas muitos desses propósitos, que foram os que tiveram na base da Revolução de Abril, ainda estão sempre por cumprir a cada dia que passa no diálogo democrático. E como bem lembrou o Sr. Deputado Francisco Coelho, é verdade que todos os dias encontramos na nossa sociedade, no nosso tempo, aqueles que, por um lado, frontalmente discordam desta forma de viver em democracia, das democracias ocidentais, e aqueles também que defendem outros regimes que não aqueles que vivemos, de pura e verdadeira democracia, que temos que lutar e melhorar todos os dias. E vossa excelência, Sr. Deputado Francisco Coelho, lembrou bem que todos os dias também temos que lutar contra aqueles que desacreditam ou que querem fazer desacreditar os valores democráticos. E temos disso não apenas na nossa sociedade, mas na sociedade europeia e na sociedade atual e na sociedade mundial e estamos a viver esses momentos difíceis nesta altura, mas não os deixamos de viver nestes últimos 40 anos. E logo a seguir ao 25 de abril, é bom também lembrar nesta ocasião e em todas as ocasiões que lembramos o 25 de abril, que a sua concretização também se deveu a uma outra data que também, igualmente este ano, comemora 48 anos e que, daqui a 2 anos, comemorará 50 anos, que consolidou e permitiu a verdadeira conquista da liberdade do 25 de abril, e que foi o 25 de novembro. E que é preciso não esquecer que este processo é um processo dinâmico, que começou de uma forma revolucionária, mas de uma forma revolucionária também com muitas circunstâncias peculiares, identitárias do povo português

e da forma como Portugal desencadeou essa revolução, mas que é também uma liberdade e uma conquista que não tem donos. Que não tem donos, nessa perspetiva de que a liberdade só tem como objetivo ser distribuída de forma igual por todos. E, portanto, não pode haver donos da liberdade e donos do 25 de abril.

Deputado Joaquim Machado: Muito bem!

O Orador: Os verdadeiros donos do 25 de abril é o povo português, é a Constituição da República Portuguesa, que nos permite aqui discutir livremente as nossas ideias e os nossos propósitos. E lembro, neste sentido, que os autores deste voto cometem muitas vezes aquela outra face da vivência democrática em liberdade, que muitas vezes nós intitulamos de hipocrisia. E é essa hipocrisia que nós também temos que lutar diariamente para que não desacredite a democracia e a liberdade que alcançamos na forma como vemos as democracias liberais. Não podemos esquecer que há partidos, como o Bloco de Esquerda, que defendem regimes totalitário...

(Risos da Deputada Alexandra Manes)

... e que acreditam que esta democracia não serve. E a história do próprio Bloco de Esquerda...

Deputada Alexandra Manes: Qual história?

O Orador: ... denuncia essa própria forma de estar na democracia. O Bloco de Esquerda nasceu em democracia e nunca se conseguiu inserir no sistema democrático. Luta diariamente contra tudo e contra todos,...

Deputada Alexandra Manes: Isso é o seu parceiro!

O Orador: ... nunca concorda com nada, é um partido de facção e é um partido que não entende as liberdades na sua verdadeira extensão e na sua verdadeira forma de a vivermos.

Deputada Alexandra Manes: Está a esquecer-se!

Deputado António Lima: Tenha vergonha!

O Orador: E é preciso não esquecermos que, não obstante estas formas hipócritas de celebrar o 25 de abril, nós encontramos aqui porque há uma Constituição da República Portuguesa que admite a existência destes partidos. E é na liberdade de escolha dos portugueses que nós discutimos estas diferenças substanciais entre nós, que defendemos uma democracia liberal em que todas as pessoas tenham oportunidade de vencer e que não seja o Estado a sobrepor-se sempre à liberdade individual e há partidos, como o Bloco de Esquerda, que têm uma visão totalmente e diametralmente oposta a esta e que não celebram como nós celebramos a verdadeira extensão de todo o 25 de abril e que o 25 de novembro também nos trouxe muito para ajudar a celebrar. Que as comemorações do 25 de abril, dos 50 anos do 25 de abril, daqui a 2 anos, não fiquem prejudicadas por atos ou por factos e por decisões menos... eu diria menos consensuais na sociedade portuguesa, que mancham o bom nome do 25 de abril.

Deputado António Lima: Então vote contra!

Deputada Alexandra Manes: Seja coerente e vote contra!

O Orador: Estou a falar concretamente destas situações de comissariados um pouco partidarizados ou demasiado partidarizados das celebrações do 25 de abril, como temos visto, que ignoram grandes factos da nossa história e que nós devemos relembrar porque não nos podemos ficar por... não nos devemos dar por satisfeitos com as conquistas de abril quando elas são postas em causa todos os dias por alguns que querem que a liberdade e a democracia não vinguem na Europa e no mundo de hoje.

Deputada Alexandra Manes: Tem razão! São os seus parceiros!

O Orador: Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima:** Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhor Presidente do Governo, senhoras e senhores membros do Governo. Eu poderia nesta intervenção pedir defesa da honra da bancada, mas julgo que tenho tempo para fazê-lo desta forma. Eu julgo que é perfeitamente lamentável e escusado a intervenção que o Sr. Deputado João Bruto da Costa nos brindou. Num voto que é de saudação a uma data que reconhecemos como fundamental e que origina a nossa democracia e, como foi dito também no voto, a nossa autonomia, utilize a intervenção... o PSD a sua intervenção unicamente para não só atacar o Bloco de Esquerda, mas isso poderia ser aceitável se fosse um debate leal, mas para acusar o Bloco de Esquerda de estar desinserido e fora do sistema democrático. Ora, e, para isso, não apresenta nenhum facto. Apresenta um conjunto de acusações vãs e falsas, porque um partido que está... que nasceu em democracia e que participa de forma... cumprindo todas as regras da democracia em todos os parlamentos e órgão democráticos em que se insere, o Bloco de Esquerda cumpre esses critérios todos. O mesmo, já agora, não se pode dizer de partidos com que o senhor assina acordos, que querem destruir esta República...

Deputada Alexandra Manes: Ora bem!

O Orador: ... fundada pelo 25 de abril e que o senhor reconhece. Reconhece legitimidade a esse partido e reconhece o seu carácter antidemocrático e atentatório dos Direitos Humanos, porque foi o senhor, aliás, o Presidente do Governo, que assinou um acordo que diz explicitamente que esse acordo implica o respeito pelos Direitos Humanos. Ora, quando alguém precisa de dizer a outro que os Direitos Humanos são para respeitar, diz muito de com quem assina esse acordo, mas também diz muitos dos princípios do PSD que, pelos vistos, para chegar ao poder até foi capaz de quase vender a alma ao diabo. Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes: Muito bem! Muito bem!

Deputado Bruno Belo: Se o voto fosse apresentado pelo PSD o senhor não dizia o que acabou de dizer!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco:** Sr. Presidente, muito obrigado. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhoras e senhores membros do Governo. Como disse a Sra. Deputada, é uma data simbólica e como muitas outras, há muitas datas simbólicas. Até para mim é uma data simbólica o dia em que eu nasci e considero-me uma pessoa bem, como também o dia em que nasceram os meus filhos, que eu considero pessoas de bem, o dia em que nasceram os meus avós, que eu considero pessoas de bem, como eu gostava de considerar todos os que aqui estão pessoas de bem. Porque isto é que é a liberdade. Esta coisa de ser pessoa de bem não cabe a todos, mas há de caber a quase todos. A liberdade tem dois sentidos: tem o respeito que eu tenho que ter pelos outros, pelas opiniões dos outros, mas também o respeito que devem ter pelas minhas opiniões. Palavras vagas, apelidar do diabo e de partidos antidemocracia, o Bloco de Esquerda há de levar para casa, embrulhar em papel celofano e guardar na prateleira para onde os senhores não de ser relegados. Porque a democracia e a liberdade é respeitar o meu partido como eu respeito o seu. Não preciso de concordar consigo, apenas precisamos de respeito. E este respeito, até com tentativas de ilegalização do meu partido, em nada honram aquilo que hoje vieram cá trazer, que é celebrar o 25 de abril! Eu prefiro muito mais o 25 de novembro porque eu não gostava de viver numa democracia comunista! Mas eu dou de barato que vamos todos celebrar esta data como exemplo da democracia, como exemplo da tolerância. Tolerância é coisa que eu vejo muito pouco, principalmente quando vejo continuamente, por palavras vagas e falta de coragem política, atacar o meu partido como se fosse o diabo. E foram estas as palavras que foram utilizadas!

Deputado Carlos Freitas: Muito bem!

O Orador: O 25 de abril sempre naquilo que for a democracia, naquilo que for a liberdade, contra as polícias políticas que hoje vestem-se de roupas coloridas, mas que não deixam de ser polícias políticas. E quanto a isso, nós não vamos esconder a cabeça na areia, como muitos fazem! Eu sou uma pessoa de bem e eu quero denunciar estas polícias, que não deixaram de existir, só mudaram de cor! Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Coelho: Para encerrar o debate, o líder da coligação!

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, senhores Deputado, Sr. Presidente e membros do Governo. Eu ia começar por fazer uma saudação ao Sr. Deputado Francisco Coelho, mas depois do à parte,...

Deputado Francisco Coelho: Não se preocupe, Sr. Deputado. Já não tenho idade para isso!

O Orador: ... mesmo assim, vou fazer. Mesmo assim faço. Olhe, eu quero, Sr. Deputado Francisco Coelho, saudar o seu regresso ao parlamento dos Açores, o senhor é um Deputado experiente, é um Deputado que traz muito a esta casa, que, no âmbito do debate das ideias, pela experiência que tem, dos projetos que desenvolveu, vossa excelência é uma mais-valia muito significativa para este parlamento dos Açores e eu quero saudar o seu regresso de forma democrática. Quero também dizer, no que diz respeito a este voto, que o 25 de abril é uma data absolutamente essencial. Muitas vezes estas comemorações são desvalorizados porque nós consideramos que... e damos isto por adquirido, a democracia e a paz. Mas como se vê pelos recentes acontecimentos na Ucrânia, a paz não está garantida e a democracia também não está garantida! Nada disto está garantido. É necessário lutar por estes ideais, é necessário que esta luta se faça diariamente. E quando nos associamos a comemorações de datas tão significativas como o 25 de abril, é preciso, sobretudo, encontrar pontos de convergência. A democracia são as diferenças, a aceitação das diferenças, com certeza, de diferentes projetos, a

discussão livre deste conjunto de ideias, mas a democracia também se faz muito de convergências. Os democratas devem convergir em dois aspetos que considero fundamentais! Devem convergir na defesa da democracia, na defesa da liberdade. E nestas questões é essencial! É essencial quando se comemora algo como o 25 de abril, ter a capacidade de não encontrar em tudo pontos de divergência e de conflito, é necessário convergir. Convergir em ideais humanistas, convergir em ideais civilizacionais, convergir do ponto de vista da defesa da democracia e da liberdade. E é nesta perspetiva que o PPM se quer associar a este voto. Nós queremos convergir, queremos convergir nestes aspetos que são essenciais, exatamente porque é através desta convergência, da valorização da democracia e da liberdade, que é possível depois discutirmos coisas diferentes, projetos diferentes, mas, nesse sentido, é necessário construir! Construir esta capacidade e estes mecanismos de diálogo, este reconhecimento da legitimidade que (imperceptível) nós temos aqui. A legitimidade marca-se pelo povo! É o povo que vota livremente a presença das pessoas neste parlamento, dos senhores Deputados que os representam, por isso é que somos uma democracia representativa, e o combate de ideias e o combate de projetos faz-se aqui de forma civilizada e democrática. É aqui que deve acontecer. Com diferenças, com certeza! Todos temos diferenças! Mas o debate nunca deve ser feito à base da proibição do outro, do que o outro pensa e da diabolização do que o outro pensa! O que é necessário é ter a capacidade de ter esta capacidade de diálogo, de dialogar, de encontrar pontos de contacto. É necessário encontrar pontos de contacto para o desenvolvimento dos Açores! Une-nos a todos a ideia, a perspetiva, este espírito de missão de desenvolver os Açores! Com certeza! É necessário, é possível encontrar pontos de convergência! Depois temos diferentes caminhos, cada um tem diferentes projetos, mas o que é essencial é fazer este esforço, ter esta capacidade de aceitar os outros, de dialogar com os outros e depois, livremente, decidir de forma democrática. Finalmente, dizer que o 25 de abril também é muito importante, como aqui é acentuado também no voto

por parte do Bloco de Esquerda, para a criação da autonomia dos Açores. Só foi possível a autonomia dos Açores na base da criação de um estado democrático. Mas é evidente que, mesmo no estado democrático em que vivemos, é necessário aprofundar avanços no âmbito da autonomia. Só por si, uma democracia não garante uma autonomia com mais ambição, mais justa para o povo dos Açores. E é no âmbito deste debate democrático que é necessário aprofundar também este debate a respeito da autonomia. E eu estou convicto que, nesta matéria, é preciso que todos os partidos, todos os partidos, também o Partido Socialista, que tem a responsabilidade de governar em Lisboa, que estejam verdadeiramente empenhados também no aprofundamento do estatuto da autonomia, uma autonomia que é filha de abril. Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados. 25 de abril de 1974, rejeitou-se um regime totalitário. O povo, de uma forma pacífica, exemplarmente pacífica, rejeitou um regime que era opressor e conquistou, para os portugueses, a liberdade. Mas essa conquista só foi consolidada com outro 25, o 25 de novembro, sem o qual, hoje, não estaríamos aqui, não estaríamos falando com a liberdade com que falamos, não estaríamos convivendo com a tolerância com que convivemos. Obviamente que rejeitamos todas as formas de totalitarismo, obviamente que ambicionamos que estes ideais que presidiram à revolução de abril sejam mantidos sempre e todos os dias sejam celebrados. É essa a nossa atitude e é isso que nós aqui tentamos fazer todos os dias. A nossa

democracia regional é também uma conquista dessa revolução de abril, consolidada mais tarde, em 25 de novembro de 1975. E, portanto, também nós aqui neste parlamento somos esses representantes da liberdade e da tolerância. São esses os princípios que presidiram a essa revolução que nos trouxe aqui. Mas não tomemos como certa e garantida essa liberdade, como já aqui foi dito. Toda essa liberdade, todos esses ideais que nos permitem estar aqui e expressarmo-nos livremente e em tolerância, têm que ser conquistados diariamente porque se desguarnecermos a guarda, alguém se aproveitará desta liberdade que temos para nos voltar a subjugar sob qualquer forma de opressão. E, portanto, senhoras e senhores Deputados, estamos aqui, celebramos abril, celebramos abril todos os dias, como celebramos 25 de novembro todos os dias porque as duas datas são indissociáveis e somos filhos, somos um produto dessa liberdade conquistada pelos nossos pais. E, portanto, celebremos a liberdade. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de saudação ao 25 de abril. As senhoras e os senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, senhor secretário.

Secretário da Assembleia: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto é de pesar, apresentado pelo Partido Socialista, pelo falecimento do Sr. António Frederico Correia Maciel.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira.

Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Maria Isabel Teixeira: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhoras e senhores membros do Governo.

VOTO DE PESAR

Pelo Falecimento de António Frederico Correia Maciel

António Frederico Correia Maciel nasceu nas Velas, São Jorge, a 25 de outubro de 1949, frequentou na década de 1960, os seminários de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, onde fez a sua formação académica. Prestou serviço militar em Moçambique, entre 1970 e 1974.

Frederico Maciel foi deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores nas duas primeiras legislaturas, onde exerceu os cargos de Secretário do Grupo Parlamentar do PSD e foi também presidente de diversas comissões parlamentares.

Como Presidente da Câmara Municipal das Velas, entre 1982 e 1993, participou com diversos estudos, em diferentes congressos, sendo alguns dos seus trabalhos publicados em revistas da especialidade. Foi o principal impulsionador da criação da Associação de Municípios do Triângulo e o impulsionador da Semana Cultural das Velas. Entre 2009 e 2013 foi Presidente da Assembleia Municipal de Velas. Foi sócio fundador da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Velas. Foi presidente da Cooperativa de Difusão Cultural Jorgense, detentora da Rádio Lumena (RL), tendo nos últimos anos colaborado em programas radiofónicos, como comentador político.

Entre 2002 e 2021 exerceu o cargo de Provedor da Santa Casa da Misericórdia das Velas.

O currículo de Frederico Maciel é riquíssimo, essencialmente correlacionado com a sua ilha, como atestam os louvores, condecorações e insígnias que lhe foram atribuídas. Em 1994 foi agraciado com a Medalha de Ouro do Município das Velas, em 2008, recebeu a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico e, em 2011, a Medalha de Mérito e Dedicção da União das Misericórdias Portuguesas. Profundo conhecedor da identidade de São Jorge, sempre a defendeu com airoso e determinação.

Fundador, proprietário e diretor do jornal "Correio de S. Jorge" e da revista histórico-cultural "O Jorgense", Frederico Maciel foi autor de três relevantes obras sobre a sua terra natal: "Urzelina... Minha Lira", em 2001, "Misericórdia das Velas (Provedores, Factos e Documentos)" (2007) e "São Jorge - Trechos da Nossa História" (2010).

Em 2019 lançou a obra "Apontamentos Genealógicos (Meus primos e afins de São Jorge e ... de outras paragens)", constituída por dois volumes, onde estão compilados apontamentos genealógicos, nomeadamente cerca de cinco mil nomes de muitas famílias jorgenses; trata-se de uma obra essencialmente de consulta, mas uma mais-valia para quem quiser ficar a conhecer muitas das famílias jorgenses.

Em 2021 e já doente, lançou conjuntamente com Andreia Melo o livro "O Milho – O Cultivo de uma Cultura" promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Velas.

Colaborou com o Centro de Humanidades da FCSH da Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores (CHAM) na realização de vários eventos científicos, conhecidos como os "Colóquios das Velas". Estes encontros, não só contribuíram para a dinamização cultural da ilha de S. Jorge (e de outras), como originaram a edição de um conjunto de publicações, no âmbito da História Insular e Atlântica, de que se destacam: "Aquém e Além de São Jorge. Memória e Visão" (2014); "Açores e Madeira: percursos de memória e identidade"(2017); "Viagens, Produtos e Consumos Artísticos: O espaço ultramarino português 1450-1900" (2018); "Memória e Identidade Insular:

Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores" (2019) e "Viagens à volta da mesa nas ilhas da Macaronésia" (2021), todas com a chancela do CHAM e da Misericórdia das Velas.

Frederico Maciel faleceu no dia 14 de março de 2022, vítima de doença prolongada. Será sempre recordado como uma figura incontornável da sociedade jorgense, como persistente investigador e escritor, homem de luta, trabalho e de espírito de servir a sua comunidade e a sua Região, muito transmitiu dos seus conhecimentos a quem teve o privilégio de estar ao seu lado.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um voto de pesar pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família, ao Conselho de Ilha, à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e Junta de Freguesia das Velas e à Santa Casa da Misericórdia de Velas.

São Jorge, 19 de abril de 2022

Os Deputados: Isabel Teixeira, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria e Miguel Costa

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada, peço desculpa! Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. Só para informar a Câmara que o grupo parlamentar do CDS tem preparado um voto do mesmo teor e que irá apresentar. Contudo, claro que nos associamos também a este voto porque sem dúvida que foi uma grande perda para a ilha de São Jorge, uma figura incontornável da nossa ilha e que deixou um legado muito importante para nós e para as gerações futuras. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Silveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhores membros do Governo. O PSD também informa que tem um voto de idêntico teor também que irá apresentar para homenagear o Frederico Maciel, que deixou um legado muito importante para a ilha de São Jorge. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Recordo ainda esta Câmara que o Sr. Frederico Maciel era nosso representante no Conselho Económico e Social Nacional e que, da última vez que o convidei para esta tarefa, muito doente, disse que sim, mesmo assim, e, portanto, também aqui a minha homenagem, a nossa homenagem por isso. Vamos então passar à votação deste voto de pesar. As senhoras e os senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, senhor secretário.

Secretário da Assembleia: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto é um voto de pesar também pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel e é apresentado pelo Chega. Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra. Faz favor.

Deputado José Pacheco: Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhoras e senhores membros do Governo.

VOTO DE PESAR

ANTÓNIO FREDERICO CORREIA MACIEL

Faleceu a 14 de março de 2022, vítima de doença prolongada, António Frederico Correia Maciel, natural de São Jorge e figura incontornável da ilha - e da Região - quer em termos culturais, quer em termos sociais.

Prezando sempre pelo enriquecimento da sua ilha, Frederico Maciel destacou-se como deputado, autarca, investigador, mas também como amante da sua terra.

Frederico Maciel nasceu nas Velas de São Jorge, em 1949, e foi nos seminários de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo que fez a sua formação académica, até começar a trabalhar na Tesouraria da Fazenda Pública do seu concelho.

Depois, entrou na política, mas sempre com o sentido de dedicação que o caracterizou em toda a sua vida.

Foi deputado à Assembleia Legislativa Regional entre 1980 e 1982, altura em que se lançou como candidato à Câmara Municipal de Velas, acabando por vencer.

Foi Presidente da Câmara Municipal de Velas entre 1982 e 1993. Foi também Presidente da Assembleia Municipal das Velas.

Durante este período nunca parou de estudar nem de se preocupar com a sua terra: São Jorge.

Foi o principal impulsionador da criação da Associação de Municípios do Triângulo e também ajudou a fundar a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários das Velas.

É a ele – impulsionado pela Professora Isaura Carvalho - que se deve a Semana Cultural de Velas que é um símbolo da preservação da cultura jorgense e do próprio arquipélago.

Foi Frederico Maciel que organizou o IV Encontro de Escritores Açorianos, o I Encontro da Imprensa não diária dos Açores.

Foi também um homem ligado à comunicação, sendo o fundador do jornal “Correio de São Jorge” e da revista “O Jorgense”, dos quais foi director.

Foi ainda Presidente da Cooperativa de Difusão Cultural Jorgense, detentora da Rádio Lumena.

Foi também, em 2001, Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas. Cargo que ocupou durante mais de 15 anos.

Completamente dedicado e apaixonado pela sua ilha de São Jorge, Frederico Maciel foi autor de vários estudos e de várias obras literárias que mantiveram vivos o património histórico, genealógico e cultural de São Jorge.

Em 1994, foi agraciado com a Medalha de Ouro do Município das Velas. Recebeu a Insígnia Autónoma de Mérito Cívico em 2008, e, em 2011, foi condecorado com a Medalha de Mérito e Dedicção da União das Misericórdias Portuguesas.

Político, investigador, ativista, mas sobretudo apaixonado pela sua ilha, que gostava de divulgar e de ajudar a conhecer melhor, não perdendo uma oportunidade para a enaltecer em diversas ocasiões.

Pelo trabalho e dedicação às Velas, a São Jorge e aos Açores, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de António Frederico Correia Maciel, do qual deve ser dado conhecimento à família, ao Município de Velas, à Santa Casa da Misericórdia de Velas e à Cooperativa de Difusão Cultural Jorgense.

Horta, Sala das Sessões, 19 de abril de 2022

O Deputado, José Pacheco

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, senhor Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? Informo que o Chega esgotou o seu tempo para este período de tratamento de assuntos políticos. Parecendo não haver inscrições, vamos então passar à votação deste voto de pesar. As senhoras e senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, senhor secretário.

Secretário da Assembleia: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: O próximo voto de pesar é apresentado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, pelo falecimento da Dra. Maria da Conceição Rodrigues de Freitas Dias Bettencourt. É apresentado pela Sra. Deputada Ana Luísa Luís, a quem dou a palavra. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Ana Luísa Luís:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Maria da Conceição Rodrigues de Freitas Dias Bettencourt

O ano de 2022 revelou-se sombrio e triste para os familiares e amigos da Dr.^a Conceição Bettencourt, cuja partida deixou um vazio imenso, uma dor profunda, mas também a memória de um ser humano bondoso, de sorriso fácil e que esteve sempre disponível para ajudar o outro.

Nasceu em S. Roque do Pico a 6 de março de 1949, e, desde sempre, foi uma mulher destemida e empenhada.

Perdeu a mãe muito jovem, mas nem esse episódio marcante da sua vida a impediu de lutar pelos seus sonhos e objetivos, numa época em que tudo era muito mais difícil, principalmente para as mulheres.

Ingressou na Casa de Infância de santo António, na ilha do Faial, após concluir a 4.^a classe, para prosseguir os seus estudos e onde se manteve até entrar na Faculdade de Farmácia, da Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Ciências Farmacêuticas, em 1972, tendo posteriormente se especializado em Análises Clínicas.

De regresso ao Faial, mais uma vez se destacou o seu espírito pioneiro, tendo fundado, em 1980, o primeiro Laboratório Privado de Análises Clínicas da ilha. Exerceu ainda funções como Diretora Técnica da Farmácia Picoense, Técnica do Laboratório da Junta Geral da Horta, Técnica do Laboratório do Hospital da Horta, Diretora Técnica da empresa N.O. Frayão Lda., e Diretora e proprietária da Farmácia Lecoq, cujo alvará adquiriu em 1979, sendo esta Farmácia um dos estabelecimentos mais antigos da cidade da Horta, tendo sido fundada em 1882.

A Dr.^a Conceição, mulher, filha, mãe, avó, farmacêutica e empresária deixa na memória da sociedade faialense a imagem de uma mulher trabalhadora, empenhada, amiga e disponível.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Rodrigues de Freitas Dias Bettencourt. Deste Voto deve ser dado conhecimento à sua família.

Sala de Sessões, 19 de abril de 2022

Os Deputados: Vasco Cordeiro, Ana Luís, Tiago Branco, Andreia Cardoso, Sandra Faria e Miguel Costa

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos:** Obrigado, Sr. Presidente. Senhores e senhoras Deputados, Sr. Presidente, senhores e senhoras membros do Governo. O grupo parlamentar do PSD associa-se com profundo pesar ao voto aqui apresentado pelo grupo parlamentar do PS. A Dra. Conceição, infelizmente, falecida a 27/12/2021, como era por todos nós conhecida, era uma figura de relevo da sociedade faialense, matriarca de uma família e de um grupo de profissionais ao serviço da ilha, era uma mulher com uma força e uma determinação incalculáveis. Privilegiou sempre a ajuda ao próximo, quer no plano pessoa, quer no plano profissional. Por isso, este grupo parlamentar aproveita também para endereçar à família e à equipa de colaboradores da farmácia Lecoq e do laboratório de análises clínicas Dra. Conceição as nossas sentidas condolências.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Rui Martins, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhores Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. O grupo

parlamentar do CDS, obviamente, associa-se a este voto de pesar pelo falecimento da Dra. Maria da Conceição Bettencourt, aqui trazido pelo Partido Socialista, porque consideramos, sem dúvida, a Dra. Conceição foi uma pioneira também no Faial e na oferta privada de análises clínicas e demonstrou esse empenho e esse empreendedorismo que a caracterizavam e, como está bem descrito neste voto, era uma mulher empenhada, disponível e que muito contribuiu, no fundo, para a economia da nossa ilha, pelo seu empreendedorismo, mas também para os cuidados de saúde e era sempre uma pessoa disponível e afável, com quem se poderia conversar e que muita gente ajudou nesta nossa ilha e é com pesar que a vimos partir e deixamos aqui... também associamo-nos, obviamente, a este voto e deixamos o nosso pesar para a família. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de pesar. As senhoras e os senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, senhor secretário.

Secretário da Assembleia: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Concluíamos assim a apresentação e votação dos votos. Avançamos nos nossos trabalhos com a comunicação do Governo Regional ao abrigo do artigo 75.º do nosso Regimento. Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional para a sua comunicação. Faz favor, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional:** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores membros do Governo. Hoje e aqui no parlamento, o Governo dos Açores justifica a sua comunicação política em primeira linha pela solidariedade aos jorgenses, aos açorianos residentes em São Jorge. Solidariedade com apoio imediato de proteção civil e social que, tal como tem sido assegurada, se manterá até ser justificado e ao qual será, com justiça, acrescentado o adequado apoio

económico que se justificar. Acompanhando a avaliação de todo o apoio solidário, justo e adequado, dia a dia. Faz hoje precisamente um mês sobre o início da crise sísmo-vulcânica. Tudo começou a 19 de março do corrente ano. Nesse mesmo dia, o Centro de Informação e Vigilância Sísmo-Vulcânica dos Açores, o CIVISA, informou que havia começado uma crise sísmo-vulcânica na ilha de São Jorge. O fenómeno iniciou-se pelas 16h05 e no dia seguinte, dia 20 de março, o CIVISA declarou a crise em nível de alerta V2 e apenas duas horas depois deste alerta, foi o mesmo revisto para V3. Três dias volvidos, às 15h30, no dia 23 de março, o CIVISA subiu o alerta para o nível 4, o último antes de uma erupção confirmada, que se mantém até este instante. Desde o dia 19 de março e até hoje, foram registados perto de 30.000 sísmos, sendo que, até ao momento, foram identificados aproximadamente 250 sísmos sentidos pela população. O sísmo mais forte desta crise ocorreu no dia 29 de março, às 21h56, com epicentro a cerca de 2 Km a sul, sudoeste de Velas e teve uma magnitude de 3,8 na escala de Richter. Tal como no desconhecido e inesperado fenómeno da pandemia Covid-19, também nesta anormal crise sísmica transmiti esta minha mensagem que, reconheço, já não constitui novidade para os açorianos. Antes excessivos na prudência do que negligentes na ação.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Com esta atitude e mensagem, procuramos reforçar o próprio lema da Proteção Civil: preparados para o pior, esperando o melhor. Informação científica rigorosa, credível e transparente. Os nossos cientistas do CIVISA, com saber científico reconhecido e enaltecido, experiência invejável, com os meios técnicos sofisticados que bem dominam, vieram para o terreno acompanhar e testemunhar a evolução a cada instante da situação. Informação e comunicações objetivas, com as irrenegociáveis recomendações e alertas adequados a cada instante. O difícil ponto de equilíbrio entre, por um lado, a necessidade de vigilância organizada e alerta pessoal e, por outro lado, a recomendação de tranquilidade para as populações que, até

recomendação contrária, podiam e deviam manter a normalidade da sua vida. A capacidade de informação e de Proteção Civil, tanto do serviço regional como dos serviços municipais, inicialmente a instalação e, agora instalada em tempo *record*, bem como de ativação dos planos de emergência e dos avisos, era e é essencial para ajudar neste difícil equilíbrio de mensagens e comportamentos. Saúdo, aliás, nestes serviços, a revelada e comprovada dedicação, competência e preparação de todos intervenientes nestas diversas e numerosas equipas montadas, de nível municipal, regional e nacional, para prevenir, agir, reagir e apoiar, sob uma demonstrada coordenação geral e de área muito competente. Registo o acompanhamento político do senhor secretário regional da Tutela, da Proteção Civil, o secretário regional da Saúde e Desporto. De resto, vale a própria perceção das pessoas e famílias, que em pleno exercício da sua liberdade tomaram e tomam as suas próprias decisões. À data de hoje, importa contextualizar este pretérito nas suas várias vertentes e lembrar, no entanto, que há ainda incertezas no futuro. No campo mais terreno de práticas e ações, desde o início que o Governo Regional dos Açores, em estreita articulação com o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, acompanha a crise sísmica e pôs em ação um plano realista, simples e claro. Com aceitação da livre vontade de algumas pessoas e famílias e o apoio das empresas regionais SATA e Atlânticoline, fizeram-se viagens necessárias para corresponder à vontade de mobilidade dessas pessoas. Com segurança, serenidade e ancorados na ciência e nas melhores práticas de proteção civil e capacidades e saberes dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas e Forças de Segurança, implementamos um plano que teve em conta o perigo identificado e o eventual apoio necessário às populações. Nunca houve recomendação ou orientação de evacuação, exceção feita por três dias às pessoas residentes nas Fajãs de Velas. Considerando as infraestruturas do Centro de Saúde e Lar de Idosos de Velas, foi decidido mudar preventivamente as pessoas com mobilidade reduzida e internados no Centro de Saúde para a Calheta.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

O Orador: Uma palavra também para os Bombeiros, profissionais de saúde, do social e da Administração Pública em geral, voluntários e filantropos, trabalhadores das IPSSs, enfim, a todos, sem exceção, muito obrigado pelo trabalho e pela prontidão de resposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Merecem o nosso reconhecimento e este aplauso dos representantes do seu povo. Os Açores estão mais seguros com pessoas assim e com atitudes de generosidade exemplares. Ao nível político, o Governo dos Açores esteve, está e estará no terreno sempre que necessário e em áreas tidas por decisivas para superar as adversidades. Relembro as recentes passagens se sua excelência, o Presidente da República, por São Jorge, a última das quais, acompanhado pelo Ministro da Administração Interna. Logo no início da crise, lembro e aqui inscrevo os contactos comigo estabelecidos pelo Primeiro-Ministro de Portugal a revelar solidariedade e disponibilidade para o que fosse necessário. Acresceram os contactos do Chefe de Estado Maior, o General das Forças Armadas, do então Ministro da Defesa Nacional e da então Ministra da Justiça e da Administração Interna. Esta específica crise sismo-vulcânica assentou a consequências de crise económica, às quais não podemos ser indiferentes, com a ação e apoio adequados e em tempo assertivo.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Mantivemos no concelho das Velas reuniões com representantes dos empresários e com dezenas de empresários. Na verdade, o acompanhar desta situação tem de ser diário e permanente. Neste imediato, o conselho do Governo aprovou, com específica adaptação às crises acumuladas, pandemia, guerra e, em São Jorge, crise sísmica, a prorrogação do apoiar.pt Açores,

programa de apoio à liquidez, desta vez, aplicado com majorações para São Jorge. Na ilha será atribuída uma majoração de 10% aos apoios calculados e um acréscimo de 20% sobre os limites máximos indicados. Acresce que, conforme o evoluir da situação e em estreita ligação com os empresários do negócio turístico e perante a evidência de cancelamentos de viagens e estadias em São Jorge, o Governo dos Açores poderá implementar um sistema de incentivos financeiros, tipo *voucher*, aos turistas que se desloquem à ilha de São Jorge no período de afetação destes breves cancelamentos e sua possível recuperação...

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e ainda especial promoção aos produtos marca Açores, de origem de São Jorge.

É na atividade e no trabalho que se justifica o apoio.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Com São Jorge e com os jorgenses, solidários.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: Uma referência fundamental à ciência, representada pelo CIVISA, estes são profissionais de excelência, que diariamente têm seguido o evoluir da situação com rigor e prontidão. Todos sabemos das incertezas que uma crise sísmica destas acarreta sempre, mas não posso deixar de enaltecer

o papel deste verdadeiro farol de informação prévia para as nossas populações.

Deputado Flávio Soares: Muito bem!

O Orador: Um reconhecimento justo e uma palavra de encorajamento ao poder local de São Jorge. Prontidão, dedicação sem descanso, ansiedade combatida com a responsabilidade quotidiana de tranquilizar populações, apoiar pessoas e famílias e ainda confortar outras instituições nas suas missões. Em especial ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Velas, máximo responsável municipal de proteção Civil, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Calheta, desde o primeiro instante diligente e solidário com a capacidade instalada no seu concelho para total apoio à população de Velas, aos Presidentes e autarcas de todas as freguesias de São Jorge. Expresso, em nome do Governo, gratidão a todas as instituições e pessoas dedicadas e em prontidão e serviço neste mês de dias intensos e exigentes. Comigo e em todos os *briefings* diários, estiveram presentes os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de São Jorge, que também assim revelam sentido de prontidão e proximidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sem certezas quanto à natureza, mas certos e seguros do seu empenho e missão, nestes dias que passaram e nos dias que forem precisos passar. Diz o povo que é nas horas difíceis que se conhecem os amigos. Fraternidade confirmada e, por isso, merecimento reconhecido das famílias jorgenses. O comportamento cívico das pessoas tem sido exemplar, apesar da ansiedade que, reconhecemos, é difícil de afastar.

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional: Sabemos que vivemos em ilhas, temos fibra, alma e coragem insulares. Continuamos a esperar o melhor, o melhor por São Jorge, pelos jorgenses e pelos Açores. Confiança! Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Presidente. Está feita a comunicação do Governo Regional. Estão abertas as inscrições. A mesa já tem inscrita a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a quem dou a palavra. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. O Sr. Presidente do Governo Regional traz-nos aqui à nossa casa esta comunicação relativa à situação que se vive em São Jorge há um mês, desde esta crise sismo-vulcânica que começou e que têm sido uns dias difíceis para todos. Peço desculpa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH, do Dep. Independente e dos Membros do Governo)

E difíceis, intensos e, se por um lado, nós, que vivemos nestas ilhas, sabemos que a terra de vez em quando poderá tremer debaixo dos nossos pés, esta situação de uma crise sísmica, da iminência de um vulcão, foram tudo, e falo por mim e por todos aqueles que a gente foi contactando ao longo destes dias, uma situação inesperada e que foi muito difícil de gerir. Sem dúvida que tem sido muito importante toda a informação que, da parte científica, nos têm dado, a verdade é que, desde a primeira hora, foi colocada uma equipa do CIVISA em São Jorge, a rede de monitorização tem sido cada vez mais alargada para que tenhamos o máximo de informação possível e que tem sido

uma grande ajuda também na tomada das decisões a vários níveis. E encontramos uma equipa que tem sido um grande conforto para nós, com o seu empenho, com a sua dedicação, do seu querer sempre fazer mais e melhor para nos ajudar. Também na parte operacional, desde a primeira hora, é preciso fazer também este reconhecimento de todos aqueles que têm colaborado, que têm dado os seus contributos para que, numa primeira fase, tivéssemos uma capacidade instalada para aquilo que não sabíamos que poderia chegar. E essa capacidade foi instalada, como o Sr. Presidente disse, e muito bem, em tempo *record*, e o objetivo, que muitas vezes surgiu incerteza, ansiedade nas pessoas, ao montar e a ser projetada essa capacidade instalada, gerava essa ansiedade nas pessoas, mas era também, por outro lado, um motivo para que estas pessoas sentissem a segurança de que poderiam continuar nas suas casas, nos seus concelhos, na sua ilha, porque estaria tudo preparado, e como muitas vezes temos ouvido estes dias, preparados para o pior, a esperar sempre que aconteça o melhor. E foi este percurso, e também queria fazer esse reconhecimento aqui, e esse agradecimento, a todos aqueles que têm colaborado, que têm dado o seu tempo, num espírito de trabalho de equipa exemplar, entre todos. Entre todos! E a verdade é que também queria, e acho que foi muito importante a postura do Sr. Presidente do Governo Regional, que desde a primeira hora tem-nos acompanhado na nossa ilha, mas também fez questão que nós, os 3 Deputados eleitos por São Jorge, que temos um contacto de grande proximidade com as pessoas, pudéssemos estar diariamente nos *briefings* a acompanhar todo o processo, todas as decisões, a podermos dar os nossos contributos,...

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

A Oradora: ... e isso acho que foi um trabalho muito importante, e falo, e acho que posso falar no nome dos colegas, que foi um trabalho importante para nós, para podermos também dar uma resposta àqueles que nos procuravam, a podermos ter um conhecimento real do que é que se estava a passar e a podermos também dar os nossos contributos daquilo que

achávamos que era importante fazer, que eram as preocupações das pessoas, das empresas, e eu acho que esse trabalho foi muito importante e esse percurso foi importante também.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sabemos que os desafios são muitos, que, numa primeira fase, como é natural, foi gerada uma grande ansiedade por parte das pessoas, uns que souberam lidar melhor, outro pior, outros que, para arranjar um equilíbrio emocional, tiveram que sair, que, entretanto, já regressaram, porque o caminho faz-se caminhando e isto é tudo um percurso muito novo para a maior parte das pessoas de São Jorge e, aos poucos, estamos a retomar a nossa normalidade, dentro daquilo que é tudo, menos normal. E esse caminho está a ser feito, sabemos que os desafios são muitos, são muitos, principalmente pela questão da economia local, essa claro que é uma preocupação de todos nós, e porque já foram sofridas consequências derivadas da situação que vivemos há um mês e sempre na incerteza do que poderá vir. É verdade que a situação, hoje... ainda ontem tivemos o registo de 200... ou cerca de 250 ou 260 sismos registados, menos sismos sentidos, mas continua a ser uma situação que não é normal, apesar de não ser o que foi no início desta crise sísmica. Mas a verdade é que, aos poucos, e acho que esse trabalho foi feito, quer pela parte científica, quer pela parte do terreno, para serem criadas todas as condições para que as pessoas sintam segurança em permanecer nas Velas, em estar nas suas casas, porque a verdade é que há esta incerteza de quanto tempo é que isto poderá durar. E para terminar, também dizer que estes desafios são muitos, mas estou certa que, por aquilo que também já foi demonstrado por parte do Governo, está a ser feito este acompanhamento àquilo que vai acontecendo na nossa ilha, às respostas que são necessárias dar, àquilo que são os anseios principalmente por parte das

empresas e que todos juntos, porque a união faz a força, iremos conseguir ultrapassar esta situação que está a ser, como é natural, muito difícil para todos os jorgenses, mas também para todos os açorianos, porque tem sido, realmente, uma grande onda de solidariedade e é bom sentir e dá-nos algum conforto e algum alento esses momentos de solidariedade que têm tido connosco e, portanto, estou certa que todos juntos vamos ultrapassar mais este momento difícil. Muito obrigada.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhoras e senhores membros do Governo. Na sequência da comunicação do Sr. Presidente do Governo, a quem saúdo, começo por transmitir, desta feita, neste plenário, a todos os jorgenses a solidariedade do Bloco de Esquerda, do nosso grupo parlamentar, tendo em conta a situação difícil por que vivem há um mês, solidariedade essa que já transmitimos logo nos primeiros dias por via de comunicado do Bloco de Esquerdo. É uma situação que, de facto, a todos preocupa e que é, infelizmente, e será sempre uma possibilidade de acontecer em qualquer ilha dos Açores e que, desta feita, assolou ainda, felizmente, de uma forma sem prejuízos materiais nem humanos, mas de uma forma bastante intensa a ilha de São Jorge, o que já causou uma profunda disrupção na vida social e na vida económica da ilha de São Jorge. E isso, obviamente, deve sempre nos fazer refletir sobre a região onde vivemos, as ilhas onde vivemos e as contingências que são naturais na vivência nos Açores. A cada momento que há uma situação deste tipo, causa,

naturalmente, inúmeros problemas, inúmeras angústias, inúmeras preocupações, mas temos, de facto, cada vez mais, que ter preparação e consciência de que essas situações, infelizmente, podem acontecer. A evolução desta situação esperamos que seja positiva e rapidamente positiva, mas, de facto, os sinais, que até nos foram transmitidos pelo Governo e pelo senhor secretário da Saúde, que não se encontra presente, é que aconselham os técnicos também a prudência ainda nesta fase. E não posso, obviamente, também deixar de saudar o trabalho de todos aqueles que têm, no âmbito da Proteção Civil e nos técnicos, que têm acompanhado... o CIVISA, que têm acompanhado esta situação, saudar o seu trabalho e o grande contributo que têm dado para também transmitir, não só segurança às populações, mas também para darem informação de apoio à decisão ao Governo. E aqui não posso deixar também de salientar a importância que tem a ciência e a tecnologia e a investigação, neste caso, nesta área em específico, para as nossas vidas. Sem termos uma estrutura científica capaz, teríamos, naturalmente, uma enorme dificuldade em gerir esta situação e muito mais dificuldades teria o Governo e os agentes de Proteção Civil em tomar as decisões. Desde a primeira hora, também alertamos para o impacto que poderia surgir, o impacto económico desta crise, desde logo pela saída de muita gente da ilha, com naturais receios, mas também pelo impacto que isso tem na vontade de pessoas visitarem a ilha de São Jorge. E esse aspeto ainda decorre e poderá ainda ter efeitos a médio prazo. Não sabemos durante quanto tempo, esperemos que seja por pouquíssimo tempo, mas, de facto, o apoio às populações, mas também à economia da ilha de São Jorge, e temos, certamente, oportunidade de o debater mais à frente, é fundamental. Uma palavra também para o regresso às aulas, que, por aquilo que foi também já noticiado durante o dia de hoje, está a correr dentro de uma quase normalidade, o que é fundamental. A escola é um fator de estabilidade para as crianças, é um fator de estabilidade para as famílias e esse regresso às aulas em pleno é, de facto, um fator que permitirá, dentro de uma situação

excecional e anormal, que se introduza um fator de estabilidade, uma fator de segurança também, porque a escola é um local seguro, e a escola de Velas é uma escola recente e não temos nenhum motivo para duvidar da sua capacidade de resistência, é um local seguro e essa tranquilidade é fundamental que também seja transmitida dessa forma, com o regresso à normalidade possível das pessoas. Uma última preocupação que eu manifesto, e não é uma crítica, mas é uma preocupação até que é muito mais vasta do que este problema em concreto, é a questão dos planos de emergência. Eu julgo que haverá todas as justificações para a sua necessidade, mas eu julgo que nos deve fazer refletir quando nós estamos a viver uma situação, efetivamente, de emergência e em que se está a elaborar ainda planos de evacuação e a fazer levantamentos de portos, essas questões têm que estar nos nossos planos de emergência. Não é uma crítica, é um alerta. Ou seja, nós podemos estar a qualquer momento, em qualquer uma das nossas ilhas, perante uma situação sem aviso prévio, com esta gravidade ou com uma gravidade muito superior. E nós temos que estar preparados a todo o nível para situações com uma gravidade bastante elevada, como já tivemos no passado. Ou seja, é fundamental que esses planos não só existam, mas estejam operacionalizados. Ou seja, que sejam operacionalizáveis com rapidez. É... não é uma crítica, é um alerta que deixo porque, de facto, em qualquer uma das nossas ilhas podemos estar rapidamente e a qualquer momento perante uma situação de emergência e com danos patrimoniais e até humanos muito graves e isso temos que estar preparados para, a qualquer momento, atender às nossas populações. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para esta manhã de PTAP. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira:** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo,

senhoras e senhores membros do Governo. No Dia do Pai, 19 de março, começamos a sentir os sismos. Foi anunciado que estávamos a viver uma crise sísmica, que, neste momento, já vai com mais de 29.000 registos. O nível 4 mantém-se, muitas famílias, felizmente, já regressaram à ilha, as crianças e os jovens à escola, uma aparente normalidade de vida em São Jorge. No entanto, a ansiedade e a instabilidade mantém-se no nosso dia-a-dia e, por vezes, é difícil controlar as nossas emoções e tudo o que temos vivido e sentido estes dias.

Deputado José Ávila: Muito bem!

A Oradora: As palavras bonitas e as boas intenções nesta situação são insuficientes. Os jorgenses precisam de ações práticas para proteger as famílias e a economia de São Jorge. Esta encontra-se a definhar, a pandemia que nos assola há mais de 2 anos, a guerra na Ucrânia, como se não bastasse, surge uma crise sismo-vulcânica. O Governo limitou-se a majorar o apoiar.pr em 10%, no entanto, promete que vão analisar os prejuízos e talvez dar alguns apoios aos jorgenses que precisam de mais. Daí o PSD, responsabilmente, ter apresentado neste plenário soluções concretas exequíveis, não fizemos com o intuito de protagonismo político. O Presidente do grupo parlamentar, na visita a São Jorge, anunciou que, caso o Governo não avançasse no imediato, que o Partido Socialista apresentaria medidas de apoio às famílias e à atividade económica. Não podemos desvalorizar o que aconteceu na crise sísmica em São Jorge de 1964, que está mais presente na memória dos jorgenses e que leva a transmitir muitos episódios, muitos deixaram a ilha nessa altura por falta de emprego, de oportunidades e de condições de vida. Não queremos, por isso, que se volte a repetir isto em São Jorge. Estamos bem a tempo de evitá-lo, desde que o Governo tome ações concretas, que têm de ir muito além das anunciadas. O PS não abandonou e nunca abandonará os jorgenses e os açorianos de qualquer ilha, justamente quando estes mais precisam. E isso está visível na nossa proposta. Por último, e porque os últimos, por vezes, são os primeiros, agradecer a todos os que

colaboraram e colaboram no apoio à população. Um bem haja a todos, ficam presentes nas nossas vidas. E não podia deixar de dar aqui um abraço caloroso aos meus colegas, fomos o apoio diário uns dos outros. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, de alguns Deputados do PSD e do CH)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) **Deputado Paulo Silveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhores membros do Governo. Este é um tempo, e eu longe de mim estaria nestas funções investido, de pensar que teria que falar sobre a minha terra por uma situação tão grave e tão difícil que estamos a viver há um mês. É difícil manter-me na razão sem resvalar para a emoção. O certo é que os jorgenses têm sentido ao longo deste mês uma extraordinária solidariedade de todos os açorianos e dos nossos emigrantes, que muito se têm preocupado em ligar e saber como é que estamos, tem sido um apoio extraordinário de todas as ilhas e também deixo já aqui uma palavra à generalidade dos partidos, a forma correta como têm abordado toda esta situação.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

O Orador: É preciso ter em conta que, quando isto surgiu, de pronto, se preocupamos com as pessoas, que as pessoas são e estão acima de todas as situações. E foi imediata resposta deste Governo, das autarquias em relação a este problema. Muito rapidamente se prepararam os meios que alguns, de alguma forma, assustou, mas acho que foi das primeiras vezes que houve a capacidade, mediante uma situação gravosa, de tentar dotar a ilha de São Jorge de meios capazes de responder a qualquer tipo de calamidade. O certo é que houve os planos de emergência, quer o município de Velas, quer o

município da Calheta, o município de Velas como... digamos, como concelho emissor da sua população, em caso necessário, para o concelho da Calheta, e o concelho da Calheta como concelho acolhedor. Tudo isto foi feito de uma forma célere, com a grande coordenação e transparência de todas as partes, o Sr. Presidente do Governo teve a humildade e a transparência de convidar os 3 Deputados de ilha para participarem em todo o processo, os quais tiveram toda a liberdade de manifestar as suas opiniões sobre este assunto e, das decisões que foram tomadas até agora, eu não ouvi de nenhum Deputado a dizer que não estava corretas ou que não se estava no bom caminho!

Deputada Sabrina Furtado: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta foi a realidade que aconteceu! Quero dizer que fomos um triângulo que se apoiou mutuamente neste processo, é verdade, mas também tenho de dizê-lo, e não seria de bom tom para mim se não o dissesse, a minha profunda decepção com a Sra. Deputada Teixeira, que, sabendo o que estávamos a viver, como o estávamos a viver, acho que apresentar aqui hoje a situação, era perfeitamente legítimo fazê-lo, mas apresentá-la na véspera de o Sr. Presidente do Governo visitar São Jorge, acho que não foi, e acho que a população percebeu, da melhor forma. Mas as atitudes ficam com quem as toma. Mas voltando ao que interessa, que é São Jorge e aos jorgenses, quero dizer que a população hoje começa a perceber a gravidade da situação e também a saber viver nesta tranquilidade dentro da anormalidade em que vivemos. Uma palavra aqui para o CIVISA, extraordinário o trabalho que tem efetuado, horas e quilómetros e quilómetro, todos os dias em São Jorge a monitorizar toda esta situação, tem sido de um empenho extraordinário, a Proteção Civil com todo o apoio, as forças de segurança, PSP, GNR, o

nosso... o Centro de Operações dos Açores, os militares, tudo se tem feito em prol dos jorgenses e na defesa dos jorgenses. Quero-vos agradecer, mas também consciente que, acauteladas, aparentemente, as pessoas e a sua segurança, é tempo, e o Governo está a fazê-lo, de tomar medidas à economia. Mas sejamos razoáveis e sejamos conscientes das situações. Às pessoas, nunca foi dito nem imposto para saírem das suas casas e irem para aqui ou para ali.

Deputado José Ávila: Não foi bem assim!

O Orador: Cada um, livremente e conscientemente, tomou as decisões que achou que deveria tomar. Como jorgense, fiquei feliz porque o Governo dos Açores possibilitou em consciência a quem, por necessidade, achou que era melhor abandonar a ilha, condições para o poder fazer. Não perdoaria se tivesse acontecido alguma situação calamitosa e que pudéssemos ser acusados que as pessoas ficaram em São Jorge fechadas por não poderem sair da sua ilha. A opção é de cada um, na consciência de cada e com as consequências que cada um tem que assumir pelas suas posições. Este Governo tem demonstrado estar atento, próximo das pessoas e sem fazer alaridos nem fazer aproveitamentos políticos da situação.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

Deputado Paulo Silveira: Tem-se limitado a cumprir a sua função, que é de olhar pelos açorianos. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, senhores Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. Eu gostava de fazer uma... começava esta intervenção por fazer uma referência à intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional. A sua intervenção, Sr. Presidente, é a intervenção certa neste momento e também aquela que foi a sua ação durante esta crise. A sua ação não foi triunfalista, não foi propagandística, foi uma intervenção, ao longo de todo este processo, de grande sentido de responsabilidade, de grande disponibilidade e reconhecendo o contributo do Estado, do Presidente da República, a preocupação do Primeiro-Ministro e dos ministros, a colaboração e a interação que se teve com os diferentes partidos da oposição e os diferentes partidos, porque aqui não há oposições, há Deputados dos Açores e há instituições responsáveis pelo bom governo dos Açores e o auxílio às populações. E vossa excelência fez essa referência também a todos os Deputados de São Jorge e a todos os partidos políticos aqui representados. É, por isso, uma intervenção que vai no sentido certo. Nestas circunstâncias, em circunstâncias deste tipo, nós temos que, ciclicamente, enfrentar o que é importante, não são declarações triunfalistas ou propagandísticas, é ter sentido de responsabilidade, de encontrar soluções, de aceitar os contributos de todos, de pensar de forma... com um contributo científico, com aqueles que são os contributos dos especialistas nesta matéria e encontrar as melhores soluções após uma análise profunda daquilo que deve ser feito. E foi isto que foi... tem sido feito por parte do Governo Regional nestas circunstâncias tão difíceis que afetam a população de São Jorge. Da minha parte, a mesma preocupação. Uma preocupação de respeitar os momentos de intervenção do Governo, dar o contributo que nós temos que... nestas circunstâncias, temos a obrigação de dar, mas sem nos colocarmos nunca em bicos de pés, sem nunca aproveitar para tirar qualquer tipo de proveito político, tendo sempre um grande sentido de responsabilidade nesta matéria. E, por isso, eu penso que o que tem sido feito, tem sido bem feito. Claro que nós, com a análise que é feita desta situação e com o evoluir da própria situação, podemos

implementar mais medidas, podemos melhorar a eficácia das medidas que estamos a implementar e tenho a certeza que isso vai ser feito. Mas com o mesmo sentido de responsabilidade, de uma forma razoável, de uma forma estudada, de uma forma pensada, colaborando com todas as entidades e, evidentemente, com todos os partidos políticos aqui representados, que representam setores de opinião que têm que ser devidamente considerados e que, obviamente, podem e dão um contributo muito apreciável nesta matéria. Quero dizer aqui... fazer uma referência em relação ao programa apoiar.pt. Considero que foi aqui, de certa forma, desvalorizado,...

Deputado Vílson Ponte Gomes: Não senhor!

O Orador: ... considero que foi a medida correta, porque é uma medida que está no terreno. E, portanto, podia provocar as respostas céleres que é necessário dar nesta matéria e que tem a capacidade de adaptação também para as circunstâncias concretas! E, portanto, o que foi decidido em relação ao apoiar.pt, e sei que foi apoiado também pelos grupos empresariais e pelos empresários e São Jorge, é que era necessário uma medida que pudesse funcionar desde já, uma medida que tivesse eficácia desde já e que tivesse também a capacidade de se adaptar às diferentes circunstâncias, diferenças que existem no âmbito de uma crise sísmo-vulcânica, que é diferente da situação anterior, mas que é possível adaptar e que é possível implementar respostas muito positivas. Por isso, foi uma boa medida e foi uma medida que está a ter um impacto já bastante apreciável. Eu tenho a certeza que pode e deve ser melhorada, com certeza, mas que está a ter já um resultado concreto apreciável. E os empresários conhecem este programa, estão inscritos neste programa e, portanto, obviamente, a partir de agora há aqui um conjunto de burocracia, há aqui um conjunto de procedimentos que já estão... já ficam... esse espaço já fica encurtado e já permite implementar este conjunto de medidas. Dizer também, agradecer a todas as entidades que foram referenciadas no âmbito do discurso do Sr. Presidente do Governo Regional, a todas as entidades que deram o seu apoio, o seu profissionalismo, a sua

solidariedade, de uma entrega absoluta, todas estas entidades, como em outras situações anteriores que a região teve que enfrentar, situações muito difíceis, com outros Governos, os Governos do Partido Socialista também, estas entidades, mais uma vez, disseram: “estamos presentes”. Estes profissionais, estes voluntários, mais uma vez, disseram: “estamos presentes”. Em qualquer das nossas ilhas, podemos contar com o seu profissionalismo, com a sua entrega, com a sua solidariedade. Uma palavra também para todos os açorianos que prestaram o seu apoio solidário a São Jorge e às suas populações. A sua disponibilidade para ajudar naquilo que for necessário ficou bem patente. E esta é a força, é a força do povo açoriano. É esta capacidade de nos unirmos nos maus momentos, nos momentos mais difíceis estamos cá uns para os outros, para dar as mãos, para ajudar no que for necessário. Isso é fundamental e é isso que faz do povo açoriano um povo com esta capacidade de solidariedade, esta generosidade e esta união. E eu tenho muito orgulho, mais uma vez, na resposta que foi dada por todos açorianos e por aquilo que o nosso povo fez, aquela disponibilidade que o povo tem e, se as circunstâncias piorarem, todos sabem que podem contar com todos, que podem contar com a população de todas as ilhas para apoiar no que for necessário, em todas as circunstâncias. É isso que eu considero que é justo reconhecer e que o PPM orgulha que seja assim. Viva o povo dos Açores!

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo. É bastante difícil

e é preciso ter um bocado de cuidado daquilo que nós poderemos dizer e não esquecer que somos pessoas, além de Deputados, somos pessoas, temos empatia, temos a sensibilidade e temos a grande preocupação por todos os jorgenses, por todos os habitantes da ilha de São Jorge e aquela linha ténue do “pode haver ou não um aproveitamento político”. E, por isso, e eu falo por mim, tive alguma relutância em falar em alguma coisa para não ser atacado como o aproveitador de uma situação que é extremamente complicada. E deixou-me, talvez de forma errada, uma inação da minha parte, porque aquilo que me apetecia mesmo era arregaçar as mangas e ir a São Jorge e ajudar todas as pessoas. Mais do que isso, e aquilo que vi ao início, além da salvaguarda das pessoas, e já foi falado aqui, faltava também dos animais, e nós vimos ao princípio que não havia se calhar o plano adequado, mas volto aqui a dizer que o PAN contactou com as entidades, sejam elas transportadoras aéreas ou marítimas, estava a ser salvaguardado, e também com o Governo, falei com o senhor diretor regional da Agricultura, que o senhor secretário não estava cá, e prontificou-se a fazermos um plano por antecipação relativamente aos bovinos, uma deslocação em massa, e isso também estava a ser salvaguardado da parte do PAN e espero que, se... espero, não! Não esperando que aconteça, mas se acontecer, eu acho que todas as entidades e também nomeadamente, e para não me... ficar também referenciado, às associações terem animais das duas ilhas, tanto de São Jorge, como do Faial, bem como todas as ilhas que estão de uma forma interligadas para que, se houver mesmo evacuação, estar tudo preparado para que isso aconteça, da parte do Governo, e tenho que ser sincero, não há nada que eu possa apontar. Tudo o que foi, estava... e poderá ser feito, está a ser feito de forma correta, pelo menos do meu ponto de vista, do ponto de vista do PAN, até a pessoa responsável da Tutela da Proteção Civil, o senhor secretário regional da Saúde e Proteção Civil prontifica-se a, todos os dias, telefonar-me e dar o ponto da situação daquilo que está a acontecer em São Jorge. Isso, pelo menos, não há nada a dizer sobre isso. Tenho, e lamento, que de vez em

quando vem um cientista do continente a São Jorge a achar que... em vez de ajudar, está a desajudar completamente, o Sr. Presidente do Governo, com, às vezes, uns argumentos que não ajudam em nada os jorgenses porque ficam um pouco baralhados, e esse cientista se calhar deixar um pouco a sua opinião para os nossos investigadores e cientistas que estão mesmo no terreno todos os dias, a toda a hora, a verificar e a monitorizar, se calhar são esses que nós precisamos de ouvir na altura para tomar decisões adequadas e extremamente rápidas sobre o que está a acontecer na ilha de São Jorge. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional para encerrar esta comunicação.

(*) **Presidente do Governo Regional:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores membros do Governo. Uma saudação às senhoras e senhores Deputados que intervieram e que deixaram bem nota, com a lucidez das intervenções, a gravidade, a importância da atenção, da solidariedade e, sobretudo, da proximidade que uma ocasião destas e uma situação tão incerta impõe. E fica, por isso, em nome dos velenses, em particular, o território mais sujeito e submetido a esta incerteza e a população mais fustigada com esta ansiedade, bem como os jorgenses em geral, os Açores, no seu todo, com, por um lado, a certeza de que estamos a fazer tudo o que é possível e está ao nosso alcance fazer para garantir a tranquilidade no que diz respeito à capacidade de resposta. Nós desejamos que, no fim, isto possa ser um exercício (impercetível) porque, na verdade, é exatamente a preparação para o pior que projetamos a capacidade que, entretanto, está instalada. Mas sempre com a esperança de que tudo acabe em bem e que, sem quaisquer danos pessoais ou materiais, possamos ter novamente a tranquilidade adquirida para a nossa vivência em cada uma das nossas ilhas,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

... em particular, no concelho de Velas e na ilha de São Jorge no seu todo. Fica, no entanto, para além da minha expressa gratidão e reconhecimento a todos os que têm feito, com enorme zelo, competência e diligência, a sua missão, cumprindo a sua missão, a importância de nos Açores e em matéria de Proteção Civil, sim, trabalharmos os planos de emergência, atualizados, definir os simulacros que potenciam a verificação da eficiência e eficácia de situações que possam passar do simulacro e do (imperceptível) a realidade. Mas também outra oportunidade e a reflexão que importa fazer, desde logo, da importância estratégica que todas as instituições, com a sua preparação preventiva, com os meios e o *stock* de recursos em prontidão importa ter. Não se tratará nunca de uma despesa, mas sempre de um investimento. E é preciso, pois, ter perfeita noção de que uma parte significativa do investimento público tem que ter esta orientação e esta compreensão. O Comando Operacional dos Açores, no que diz respeito ao âmbito da intervenção dos três ramos das Forças Armadas, com uma presença essencial, não só para a coordenação, mas também para a monitorização dos recursos instalados nos Açores, que, sendo responsabilidade do Estado, podem e devem estar em proximidade aqui localizados. E aqueles outros que, não sendo necessariamente localizados nas nossas ilhas, possam estar em prontidão para rápida ação e intervenção. Mas uma outra referência que também importa assegurar num quadro de solidariedade nacional dita e que, esperamos, concretizada e a concretizar é de, no que diz respeito à ciência, olhar de forma diferente para o financiamento da nossa Universidade dos Açores e da Associação CIVISA, que comporta a própria Universidade dos Açores e o Governo Regional. É que a nossa atividade, o nosso saber, a investigação na área sismo-vulcânica é essencial e importa alocar meios de forma diferenciada, prudente, para nos Açores potenciarmos o prestígio e a

capacidade de Portugal nestas matérias e com especial incidência para as nossas ilhas. É, pois, a olhar para este futuro... é a olhar para este futuro que devemos retirar de relação desta circunstância em curso, começou, não está terminada, para também potenciar estas coresponsabilidades solidárias do Estado, da região e destas instituições de ciência ou de intervenção de Proteção Civil. Finalmente, também uma palavra para a pedagogia das populações. Nós temos de assegurar uma contínua literacia de Proteção Civil às nossas populações e o poder local é essencial neste exercício. E é bom que possamos cultivar de forma prudencial esta literacia de Proteção Civil, em defesa, desde logo, das populações, mas também na preparação para todas as contingências. Termino como comecei: muito obrigado a todos, o que se revelaram pelo seu caráter em horas difíceis, amigos de quem precisa e prudentes na ação de acompanhar quotidianamente as necessidades justas de apoio público e de apoio solidário, cívico e de todas as instituições de nível local, regional e nacional. Bem-haja a todos. Muito obrigado. Solidariedade aos jorgenses!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional. Está encerrada esta comunicação do Governo. O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para...?

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Em regimental, atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos por almoço. Regressamos às 15h00 com a agenda. Bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 46 minutos.

Presidente da Assembleia: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a agenda.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Entramos no ponto n.º 1 da nossa Agenda, **reapreciação do decreto legislativo regional n.º 1/2022 regime jurídico de atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaraterizados a partir de plataformas eletrónicas na região autónoma dos Açores**. Como sabem, esta matéria foi objeto de veto por parte do Sr. Representante da República, no seguimento da decisão proferida pelo Tribunal Constitucional, porque pelo que hoje vamos reapreciar o diploma ao abrigo dos artigos 142º e 143º do nosso regimento. A conferência de líderes determinou e organizou os trabalhos possibilitando que cada, que o autor do projeto, do diploma, e um Deputado de cada grupo e representação parlamentar pode usar da palavra uma única vez, tendo o Governo e os grupos parlamentares cinco minutos no debate na generalidade, e as representações parlamentares, 3 minutos. Senhores e senhoras Deputados, estão abertas as inscrições. Sr. Deputado, eu não sei quem é que se inscreveu primeiro, se foi o Sr. Deputado Rui Anjos, faça favor Sr. Deputado Rui Anjo, tem a palavra.

Deputado Rui Anjos: Sr. Presidente da Assembleia, senhores e senhoras Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, em maio de 2021, apresentamos nesta assembleia uma proposta de LR, sobre o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaraterizados, a partir de plataforma eletrónica na região autónoma dos Açores, apresentamos este regime porque entendíamos que a região devia ter um quadro normativo próprio que tivesse em consideração as nossas características regionais e a importância da atividade de serviço público de táxi. Desde logo, pela natureza arquipelágica dos

Açores, não é compatível com o regime jurídico pensado e implementado numa área geograficamente contínua. O relevo das diferentes ilhas, o próprio clima, a necessidade de formação específica, devido aos declives e ao tipo de pavimentos existentes nas nossas estradas, assim como a perigosidade das mesmas. Neste sentido, em pleno das nossas competências autonómicas, introduzimos normas que, por exemplo, salvaguardassem o já frágil setor do táxi, estabelecendo limites por ilha para os veículos TVDE. Nos últimos anos, os Açores desenvolveram políticas no domínio da área da sustentabilidade ambiental, as quais têm vindo a merecer múltiplos reconhecimentos internacionais, com o propósito de defender este bem comum introduzindo-lhes um fator diferenciador, a favor da sustentabilidade ambiental, a introdução de veículos elétricos. Adicionalmente, esta iniciativa do grupo parlamentar do partido Socialista foram apresentadas e aprovadas alterações de outros partidos, no final o diploma foi aprovado por maioria, nesta mesma câmara em janeiro passado. Recentemente, o tribunal constitucional indicou que algumas normas eram ilegais, em concreto as constantes nas alíneas b) e f), do número 2, do artigo 4º, nomeadamente cumprir requisito da escolaridade obrigatória, e o domínio da língua portuguesa, e também sobre o regime de fixação de contingentes pelas margens do artigo 13º do diploma. No essencial, considera o tribunal constitucional que não estavam acautelados os direitos que consagram a liberdade de escolha de profissão, direito de liberdade e garantia, e a liberdade e iniciativa económica e privada, direito económico e direito de natureza análoga a direito e liberdade e garantia. Após reunida a comissão de economia para proceder à reapreciação de relato e parecer, sobre este diploma foi proposta alteração pelo Presidente da comissão de economia, no sentido de se retirar estas alíneas, tendo o partido socialista votado a favor. Optar por expurgar as referidas normas, não significa que concordemos com a apreciação que foi feita pelo Tribunal Constitucional. Nós entendemos que as soluções que o diploma consagravam eram soluções que se enquadram nos

poderes de intervenção da assembleia legislativa da região, e que correspondem aquilo que são opções próprias da região. Porém, apesar de nós não concordarmos com o juízo de inconstitucionalidade, vamos acautelar que naquilo que é essencial entre em vigor rapidamente para regular também esta matéria aqui na nossa região. Sem mais considerações, disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo, o grupo parlamentar do PSD aprovou este diploma convictamente, apresentou propostas de alteração, na sua maioria aprovadas neste parlamento e, portanto, assumimos essa, essa responsabilidade. Subscrevemos também o afastamento dessas normas que tornam possível assim a entrada em vigor e a aprovação final deste diploma. Apesar disso, nós em função daquilo que foram as normas declaradas inconstitucionais, não deixaremos de tirar as nossas conclusões, sobretudo em futuras apreciações de iniciativas nesta assembleia, nossas ou de outros partidos, designadamente por aquilo que é, daquilo que são as normas declaradas inconstitucionais, designadamente relativamente à alínea a), b) e f) do número 2, do artigo 4º, em que na prática é colocado em causa a violação da liberdade de escolha de profissão, quer se concorde ou não, mas essa é a interpretação do tribunal de contas...

Deputado Rui Espínola: Constitucional!

O Orador: ... e teremos que, naturalmente, ter em conta no futuro (do tribunal constitucional) relativamente ao artigo 3º, é colocada a questão, em matéria dos novos licenciamentos, é colocada a questão da liberdade de iniciativa privada, conformando uma vertente de direitos, liberdades e

garantias. E, portanto, não, nós concordamos ou não com aquilo que é a decisão do tribunal constitucional, entendemos que deveremos ter em conta, no futuro, essas posições, aliás, na discussão, o Sr. Deputado Nuno Barata levantou muitas dúvidas relativamente a muitas normas, e afinal tinha, supostamente, razão, pelo menos naquilo que é a interpretação do tribunal constitucional. De qualquer maneira, aprovamos e subscrevemos o afastamento destas normas, e esperamos que o diploma entre em vigor o mais rapidamente possível. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo, o grupo parlamentar do CDS, também subscreveu estas alterações, no fundo expurgam aquilo que foram as matérias consideradas inconstitucionais pelo tribunal constitucional, subscrevendo em parte aquilo que foi a intervenção inicial do Deputado Rui Anjo, que no fundo também clarificou e fez aqui um retrato daquilo que foi o percurso deste diploma, bem como aquela que é a interpretação do Deputado e do grupo parlamentar do PSD, mas o Deputado António Vasco Viveiros, acerca daquilo que são as alegadas inconstitucionalidades, até porque, por exemplo, o facto do artigo, alínea b) do nº 2, do artigo 4º, dizer como requisito ter a escolaridade mínima obrigatória, ora, qualquer pessoa para ter o título de condução tem de ter a escolaridade mínima obrigatória, por isso não nos parece que haja aqui qualquer tipo de inconstitucionalidade, mesmo a questão do domínio da língua portuguesa é algo que se aplica aos taxistas e

não se aplica aos condutores de transporte em veículos descaraterizado. Pronto, de qualquer das formas obviamente julgamos que é de todo o interesse que tendo esta casa decidido regulamentar esta atividade, tendo havido uma maioria que, no fundo, tomou uma decisão, não nos parece que faça sentido prorrogar a entrada em vigor deste diploma por questões que acabam por ser, eventualmente, de sua menos importância, e por isso subscrevemos estas alterações que expurgam as matérias consideradas inconstitucionais e por isso, sobretudo, tendo em conta aquilo que é a entrada em vigor no mais curto prazo, no mais curto prazo possível desta medida, porque consideramos que é importante uma vez que esta casa decidiu pronunciar-se nesse sentido. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Presidentes, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda aquando da votação deste diploma que hoje se discute a sua confirmação, vetou contra o mesmo. Vetou contra por uma questão que não foi sequer alvo da fiscalização preventiva da constitucionalidade feita pelo tribunal constitucional nem suscitada pelo Sr. Representante da República, mas sim com aquilo que diz respeito à relação laboral entre motoristas e plataformas, neste caso, a existência também de um intermediário chamado operador de TVDE, que se cria com este diploma, mas que existe efetivamente na legislação nacional e sobre a qual essa relação, temos uma avaliação negativa, uma discordância de fundo e de princípio sobre este, esta forma e esta relação laboral, e essa

desresponsabilização que existe das plataformas que operam este tipo de transporte. Ou seja, o nosso sentido de voto teve a ver com isso, e neste momento, obviamente, estamos perante uma confirmação de um diploma que mantém, naturalmente, esta, esta medida porque ela não foi alvo de qualquer fiscalização e não foi declarada inconstitucional. Ora, posto isto nós iremos manter o nosso sentido de voto, ou seja, votaremos contra a confirmação do diploma, por este motivo e nada tem a ver com a decisão do tribunal constitucional. Posto isto, sobre as matérias que foram declaradas inconstitucionais, nós temos muitas dúvidas e discordâncias relativamente a estas, na especialidade, naturalmente, tendo sido declaradas inconstitucionais, e a respeito por essa decisão, votaremos favoravelmente a sua eliminação, mas manteremos na generalidade o nosso sentido de voto contrário à entrada em vigor deste diploma. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra agora o Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor.

(*) **Deputado Gustavo Alves:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, estamos aqui numa reapreciação do, estamos na reapreciação de um diploma, é o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaraterizados a partir da plataforma eletrónica na região autónoma dos Açores, o chamado TVDE, porque através do representante da República para a região autónoma dos Açores, requereu ao tribunal constitucional a fiscalização preventiva deste diploma, invocando que existem violações da constituição, à Constituição da República Portuguesa. Acrescentando aqui ao que os meus colegas já referiram, ao qual subscrevo, já o grupo parlamentar do PPM subscreveu em comissão, e volta a subscrever aqui em plenário que irei-me referir em relação aos dois pontos inconstitucionais, referidos inconstitucionais, que é o ser necessário cumprir com o requisito da escolaridade obrigatória, e ter domínio da língua portuguesa, assim como já explicou o Sr. Deputado Rui

Martins, isto são requisitos para funções semelhantes que são, neste caso, que é o motorista de táxi, no qual, ou seja, acrescentamos novas coligações, estes, estes requisitos a este nosso diploma regional para invocando a igualdade de acesso à função que é semelhante, que é o transporte de passageiros, que seja igual aos taxistas e que seja necessário então, obviamente a escolaridade obrigatória como a carta de condução assim o exige, e também o domínio da língua portuguesa como aos taxistas assim o exigem. Isto para quê? Para defender também o consumidor. Para não acontecer como já me aconteceu, isto é experiência empírica que é, mesmo que seja um condutor TVDE, não sabe, não domina a língua portuguesa, apesar do trajeto ser de A para B através de, do GPS, que por vezes, queremos poder dizer “vai mais devagar, se faz favor”, “tem um problema aqui no veículo”. Como é que se vai, se for uma pessoa que não tem nenhum domínio da língua portuguesa, como, volto a referir, já, já passei por essa experiência e não me senti bem representado nos meus direitos de me conseguir explicar que se passava alguma coisa de errado, ou seja, o que esta coligação e também julgo que vetado favoravelmente por outros partidos, no fundo era garantir que o consumidor, ou o utente tivesse, tivesse, fosse protegido através dessa, destas, pronto, do domínio da língua portuguesa, que estamos em Portugal. Assim sendo, também referir que foi através do número 1, o representante da República, e também o tribunal constitucional, através do nº 1 do artigo 46º, da Constituição da República, que diz que todos têm o direito de escolher livremente a profissão e o género de trabalho, salvas as restrições legais impostas pelo intrínseco coletivo ou inerentes à sua própria capacidade. Ou seja, toda a gente tem direito a escolher a livre profissão, mas também tem que ter os requisitos para acesso a essa mesma profissão. Se eu quero ser médico e não tenho, não tenho as, não tenho os requisitos que são a licenciatura, e mestrado, e por aí fora, então não tenho, tenho o direito a ir para essa profissão, mas preciso desses requisitos. Ou seja, julgamos que o tribunal constitucional e também na visão do Sr. Representante da República

que a função de TVDE, ou motorista do chamado Uber, que é uma função que nem os mínimos dos mínimos tem que ter, como se fosse acartar pedra de um lado para o outro. E neste caso, estamos a falar de transportar pessoas, em que nessas pessoas pode-se incluir também crianças, bebés, um pouco de tudo, em que essa pessoa tem de ter o mínimo e o básico do entendimento normal de como funciona uma sociedade e, ou seja, é através da escolaridade obrigatória que é preciso ter para ter a função mais básica em qualquer, praticamente em qualquer função, hoje em dia. Ou seja, pronto, é só reiterar isso, não, aprovamos obviamente a expurgação desses requisitos, não querendo, não querendo alargar a discussão sobre esse assunto, mas que dava para horas e faz-nos também, ou dá-nos o alerta, principalmente para mim que sou novo nesta atividade parlamentar, em que apesar de estar na constituição certas palavras e certas frases, elas são dúbias e têm um duplo sentido, ou o sentido é um sentido subjetivo. Portanto, neste caso julgamos que ao robustecer o diploma que estávamos a preparar melhor esta função do TVDE, e é o que o grupo parlamentar do PPM tem a dizer. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo, eu agradeço as palavras simpáticas do Sr. Deputado António Vasco Viveiros, no entanto não me dá qualquer tipo de prazer de ter razão, bem pelo contrário. E se é facto que o diploma vem expurgado das, de algumas das inconstitucionalidades que aqui referi no debate da sua apresentação, ele não vem expurgado do seu pecado original, nem sequer de todas as inconstitucionalidades no meu fraco entender. E porque é que não vem expurgado o seu pecado original? O diploma continua

a ser não regulador da atividade, mas condicionador da atividade, nomeadamente o muito caro a todos, número 4 do artigo 6º que obriga a viaturas 100% elétricas, e a outras condicionantes que aqui estão. Neste sentido, o voto de iniciativa liberal mesmo salvaguardando que o diploma ainda pode ser alvo de fiscalização abstrata sucessiva da sua constitucionalidade, vai votar contra o diploma até mesmo em coerência com a votação inicial que aqui fizemos aquando da sua apresentação. E fazemo-lo por isso mesmo, por ter vindo expurgado de algumas inconstitucionalidades, mas não ter vindo expurgado do seu pecado original.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Continuam abertas as inscrições. Parecendo não haver mais inscrições, vamos então passar à votação. Vamos proceder à votação na generalidade que a conversa sobre a confirmação do decreto legislativo regional nº 1/2022, de acordo com o número 3 do artigo 143º do nosso regimento. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As senhoras e os senhores Deputados que votam contra façam favor de se sentar. Faça favor.

Secretário da Assembleia: O decreto regional nº 1/2022 na sua reapreciação foi aprovado na generalidade com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 do PAM, e um do Deputado Independente, 2 contra do BE e um da Iniciativa Liberal

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário. Passamos ao debate na especialidade, pergunto se há inscrições? Não havendo, como sabem o debate e a votação na especialidade, neste tipo de caso versa apenas sobre aqueles artigos que foram alvo de propostas de alteração e, portanto, são três propostas de alteração, em primeiro lugar ao artigo 4º em que elimina as alíneas b) e f), pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto a eliminação das propostas das alíneas b) e f) do artigo 4º do diploma. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: As propostas de eliminação colocadas a votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente da Assembleia: A outra proposta de alteração é de eliminação do artigo 13º, as senhoras e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Votação global final. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As senhoras e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O decreto legislativo regional número 1/22 na sua reapreciação foi aprovado em votação final global com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do PAN, e um do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Está assim encerrado o nosso ponto nº 1 da agenda. Avançamos para o ponto 2, **projeto de decreto legislativo regional nº 45/XII, primeira alteração ao decreto legislativo regional nº 16/2015/ a 17 de junho, cria o complemento especial para o doente oncológico**. Isto é uma iniciativa apresentada pelo grupo parlamentar do partido socialista, os tempos são os seguintes: o partido socialista e o Governo dispõem de 22 minutos, o PSD dispõe de 20 minutos, o CDS/PP 14 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem de 12 minutos, as representações parlamentares do Chega, do IL e do PAN de 10 minutos cada, o Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos. Para apresentação do diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, com o decreto legislativo regional nº 16/2015/ de 17 de junho instituiu-se no ordenamento jurídico regional, o complemento especial para o doente oncológico, após aprovação por unanimidade nesta assembleia. Os anos entretanto decorridos

mostraram a justiça da opção política tomada. A majoração introduzida ao regime de apoio ao doente deslocado no âmbito do serviço regional de saúde teve por objetivo central mitigar o sofrimento de quem entre os doentes deslocados mais precisavam, pese embora a evolução registada ao longo dos últimos anos seja no aumento do número de profissionais de saúde, seja na melhoria dos equipamentos e infraestruturas, o serviço regional de saúde não consegue, por motivos evidentes evitar a necessidade de milhares de deslocações anuais de doentes, sejam elas inter ilhas, para o continente e até para o estrangeiro. E se de entre os doentes deslocados, aos doentes oncológicos foi dada especial atenção, no entendimento do grupo parlamentar do PS importa igualmente atender e considerar, pela sua condição clínica, os doentes candidatos a transplante e doentes transplantados. Considerando os contributos recolhidos após as audições realizadas na comissão de assuntos sociais, submetemos à consideração desta assembleia, a presente iniciativa, apresentando uma proposta de alteração que visa incluir precisamente esses contributos, para que os doentes candidatos a transplante e submetidos a transplante de órgãos até obtenção de alta clínica pela unidade de saúde que realizou procedimento, encaminhados ao abrigo do programa de deslocação de doentes para unidades de saúde fora da sua ilha de residência, para realização de exames complementares de diagnóstico, tratamentos e consultas, possam beneficiar por dia de deslocação de um complemento no valor de 20 euros, tenham direito a deslocar-se com acompanhante, tendo este direito a uma diária atribuída nos termos do regulamento de deslocação de doentes do serviço regional de saúde, e que à partida da sua ilha de residência, estes doentes recebam um complemento no montante do complemento, correspondente a 1/3 do tempo estimado para a sua deslocação. Este é no entendimento do grupo parlamentar do PS, um reconhecimento justo, devido e necessário aos doentes candidatos a transplante e transplantados e para o qual se espera a aprovação por parte desta assembleia. Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado, pela apresentação da iniciativa, e estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores membros do Governo, o partido socialista traz aqui depois de também ter sido discutido na, na comissão extra iniciativa em que prevê a inclusão dos doentes transplantados no complemento aos doentes oncológicos, aguardo aquela tribuna, o Deputado Tiago Lopes falou nos doentes que estão a aguardar o transplante, não percebi se vai entrar uma proposta de alteração ou não, pelo menos até ao momento acho que não, que não aconteceu, e como tal, a verdade é que voltando aqui um bocadinho atrás, e a 2015, esta iniciativa deste complemento aos doentes oncológicos surge e entendeu realmente esta casa por unanimidade, que deveria existir uma compensação para aquelas pessoas que enfrentam a notícia de ter esta doença e que terão que proceder a um longo período de tratamentos que têm que fazer, em que têm que fazer várias deslocções para que os possam realizar e a verdade é que existe este momento de terem que enfrentar a doença, e entendeu esta casa, e bem, por iniciativa também do CDS, criar este complemento para os doentes oncológicos. Se considerarmos que é possível ou se é passível de alteração este complemento e aquilo que está previsto na regulamentação deste complemento, a verdade é que também ao longo do trabalho de comissão, e julgo que este trabalho também foi muito importante e apesar de na altura o Deputado Tiago Lopes ter-se insurgido do facto de termos chumbado a urgência, a verdade é que ela foi útil a este trabalho de comissão, e a verdade é que permitiu esclarecer algumas questões, e até desse trabalho de comissão, pelos vistos resultará uma proposta de alteração à iniciativa.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E como estava a dizer, a verdade é que no nosso entendimento realmente é possível eventualmente de otimizar este complemento, até porque por exemplo, várias questões surgiram na implementação do mesmo, como a questão dos três hospitais tomarem opções diferentes quanto até o que deve ser considerado um doente a usufruir deste complemento e por isso é realmente, consideramos que eventualmente pode existir essa necessidade de otimizar este complemento. Por outro lado, o que está aqui em discussão, e a iniciativa que está aqui em discussão e que foi discutida no trabalho de comissão é se realmente faz sentido ou não colocar os doentes transplantados neste diploma. A verdade é que estamos a falar de duas situações diferentes, temos um doente oncológico que vai iniciar o seu percurso de tratamento, e temos um doente transplantado ou pré transplantado que está em vias de resolver a sua situação, ou de entrar num procedimento de cura, que é um procedimento diferente daquele que enfrenta o doente oncológico. E a questão é, até que ponto é que faz sentido introduzir estes doentes com estas características num complemento que é exclusivo para a situação oncológica.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

A Oradora: Porque é que não se vai então introduzir outras patologias das quais também os doentes têm de fazer deslocações, que têm de estar deslocados das suas residências durante um longo período, e como também é nosso entendimento, não é a questão destes doentes não terem uma atenção especial, da mesma forma que existem outras patologias que também têm de ter uma atenção, mas no nosso entendimento não é questão no complemento dos doentes oncológicos criados para esse efeito. E a questão realmente, e tenho essa pertinência que é de levantar aqui uma questão que a verdade é

que já foi várias vezes discutida nesta casa, não é de agora, mas sim também no passado, que é o facto de realmente o valor e a tabela de comparticipação das diárias dos doentes deslocados deverá ser atualizada, e se não deverá ser atualizada, se os valores estão, vão ao encontro daquilo que é a realidade na nossa região ou não, porque por exemplo, no caso dos alojamentos, todos sabemos que hoje em dia, num período de época alta o valor de um alojamento é muito diferente de um período de época baixa, de ajustar aquelas que são deslocações de longa duração a uma que é uma deslocação de curta duração, outras patologias que deveriam ser, deveriam ser beneficiadas pelo primeiro escalão, portanto, há aqui realmente uma questão, que é uma questão que já é falada, não é de agora, no anterior Governo já se falava muitas vezes desta questão que era o facto deste valor ser suficiente, e a verdade é que no caso do CDS muitas foram as vezes que em plano e orçamento apresentamos essa proposta de alteração, que foi efetivamente aprovada, neste plano e orçamento temos essa, esse compromisso por parte do Governo regional que é de um aumento de 10% no primeiro semestre de 2022, no valor desta comparticipação, o apelo que fazemos é que efetivamente este aumento dos 10% se concretize,...

Deputado Rui Martins: Muito bem!

A Oradora: ... se não estaremos aqui para apresentar uma iniciativa para que se isso realmente se concretize, e eventualmente até poderemos avaliar o facto desses 10% nem ser suficiente, mas não é agora, e se calhar também não era no passado. E a verdade é que todos nós sabemos as dificuldades que muitas pessoas enfrentam quando fazem a sua deslocação, e como tal no nosso, no nosso entendimento, a questão prende-se, não é o facto destes doentes não precisarem de um maior apoio, como existem outros doentes que também precisam de um maior apoio, deve-nos levar sim para uma discussão de que realmente temos de atualizar a tabela de comparticipação das diárias dos doentes deslocados, temos de avaliar se realmente faz sentido serem atribuídos, tendo em conta outros critérios e é essa discussão, que no nosso

entendimento, deve ser feito, não é colocar os doentes transplantados que são doentes com características diferentes, e aqui não é a questão que muitas vezes, e até na própria urgência foi levantado que é, colocar doentes contra doentes,...

Deputado Gustavo Alves: Muito bem! Muito bem explicado!

A Oradora: ... isso não é um argumento válido, porque senão, se for assim, é também colocar doentes contra doentes, os doentes transplantados e não meter os doentes, por exemplo, com esclerose múltipla, por exemplo. E, portanto, acho que não é essa a discussão que deve ser feita, é sim, e acho que é reconhecimento de toda esta casa que isto é um problema, que realmente muitos doentes com determinadas patologias devem ser apoiados de outra forma, o nosso entendimento e julgo que, e sei que legítimo, é que realmente não deve ser por via de um complemento que é específico para os doentes oncológicos. Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Tem a palavra, Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo, ao ouvir a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, de facto, o trabalho em comissão e a baixa à comissão desse diploma, permitiu que percebêssemos melhor onde é que nos movimentamos nesse aspeto. Mas também teve uma outra virtude, ou teria tido uma outra virtude porque no debate da urgência todos falamos disso com a Sra. Deputada, que até a Catarina Cabeceiras acabou aqui de dizer que, de facto, há uma discriminação positiva dos doentes oncológicos em relação a outros doentes

que também carecem de apoio nas deslocações, aliás, todos os doentes deslocados carecem de apoio independente,...

Deputado Joaquim Machado: Eles têm todos!

O Orador: dependentemente dos seus rendimentos, porque também é óbvio que da forma que está regulamentado em portaria abrange todos e nós entendemos que não deve abranger todos, deve abranger aqueles que precisam mais e menos aqueles que precisam menos, e nesse aspeto, a baixa a comissão teria tido a grande virtude de ter dado tempo ao Governo de rever a portaria. Aí é que presidente do Governo que reside o tal transformismo que o senhor gosta de falar, que era, o Governo tinha obrigação e eu tenho pena do Sr. Secretário, por motivos de saúde não estar aqui hoje, o Governo tinha tido a obrigação de tendo este diploma baixado à comissão e tendo sido levantados todos os problemas no debate da urgência que já todos nós sabíamos, inclusivamente a concordância do Sr. Secretário da tutela sobre a necessidade de rever a portaria, que hoje nos chegasse aqui, na ausência do Sr. Secretário regional da saúde e do desporto, o subsecretário, o senhor presidente do Governo, nos dissesse que isto não tem razão de ser, o que já está feito. Era isso que nós devíamos estar aqui a debater, era o partido Socialista que não tem nada que apresentar esse diploma porque o Governo já resolveu o problema de todos os doentes deslocados da região Autónoma dos Açores com um DRR, uma portaria nova, a forma legal, a forma jurídica que entendesse o Governo fazer. Mas não, e nesse sentido sem querer por doentes contra doentes, uma coisa que, aliás, foi o CDS que fez quando criou o CID, pôs os doentes oncológicos contra os outros todos, ou os outros todos contra os doentes oncológicos porque foi, de facto, uma medida que tendo sido importante na altura para esses doentes, é uma medida de discriminação de todos os outros doentes deslocados, que foi aprovada, nesta casa, presumo com os votos do PS ou do PSD,...

Deputada Catarina Cabeceiras: Por unanimidade!

O Orador: ... Eu não estava cá, foi por unanimidade, portanto, houve uma medida discriminatória que foi aprovada nesta casa por unanimidade. E muito bem, e muito bem, esqueceram-se foi dos outros todos, e ao longo desses anos todos, esqueceram-se dos outros todos, e ao longo desses meses que o diploma esteve na comissão, esqueceram-se dos outros todos. Vamos, pelo menos, garantir que até o Governo resolver o problema dos outros todos, ou algum dos grupos parlamentares, ou alguma das representações parlamentares, pegar nesse diploma, nessa portaria, e transformar em DLL, e trazer aqui a esta casa porque resoluções já não resolve nada, porque estamos fartos de fazer resoluções, que o Governo faz delas orelhas moucas, como diz o nosso povo, pelo menos, pelo menos, pelo menos vamos dar este complemento a estes transplantados, a estes deslocados transplantados que nalguns casos são pessoas que fazem um esforço enorme para,...

Deputado Pedro Pinto: O Sr. Está discriminando os outros todos!

O Orador: Estou discriminando, menos senhor Deputado. Estou discriminando menos! E o senhor continua a discriminar também esses! A diferença é essa! O seu partido continua a discriminar também a estes e eu já estou discriminando menos, e eu não, e eu não concordo com essa discriminação. O que é preciso é resolver o problema na raiz,...

Deputado Pedro Pinto: E V. Exa. resolveu!

O Orador: ... e o Governo, do qual o seu partido faz parte, foi incapaz enquanto esse diploma esteve na comissão, de resolver esse problema.

Não resolvi, mas eu sou sozinho! Os senhores são três e não fizeram!

Deputado Pedro Pinto: Apresente!

O Orador: Os senhores têm um Governo inteiro e não fizeram! E aquela portaria altera-se em três dias, o pessoal que tem a secretaria. Assim é que é! Assim é que é! E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, senhores membros do Governo, a Iniciativa Liberal vai associar-se a esse diploma do partido Socialista porque entende que ele melhora as condições dos doentes transplantados.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Senhora Deputada Ana Quental, faça favor, tem a palavra.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Senhora Deputada Ana Quental, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Quental:** Muito obrigada, Sr. Presidente, boa tarde a todos senhores Deputados, senhoras Deputadas, Sr. Presidente do Governo, senhores membros do Governo, a necessidade de deslocação entre ilhas e no Continente, ou até mesmo para o estrangeiro é uma realidade que é muito importante para os açorianos e que nós temos que a vivenciar, infelizmente. Apesar de toda a evolução tecnológica e o investimento em meios materiais e humanos, a nossa condição arquipelágica assim o obriga. Assim, associada à necessidade de deslocação surge também a necessidade de apoiar economicamente os doentes. O regulamento geral da deslocação dos doentes do serviço regional de saúde aprova a tabela de comparticipação diária dos doentes e dos seus acompanhantes constituída por cinco escalões tendo em conta o rendimento mensal do agregado familiar. Existe uma discriminação positiva de direito ao escalão máximo, ao escalão A, não só aos beneficiários do RSI, os isentos do IRS, as grávidas, os transplantados após alta clínica enquanto permanecerem deslocados. Ora, esta majoração pelo escalão máximo não existe para o doente oncológico, o doente oncológico recebe pelo escalão a que tem direito tendo em conta o rendimento do agregado familiar. Esta majoração introduzida pelo regime de apoio aos doentes deslocados teve como objetivo central mitigar o sofrimento de quem, entre os doentes deslocados, mais precisava, pois sabemos bem que estes doentes se se deslocam é porque necessitam de tratamentos e não porque o fazem na região, daí que apareceu o CID como um complemento positivo para ajudar estes doentes, uma vez que eles não tinham direito ao escalão máximo, que é o escalão A. Portanto, assim sendo não devemos nem podemos comparar transplantados que estão à partida tratados, e que estão em vigilância anual, normalmente de 2, 3 dias que se deslocam simplesmente para vigilância e ao

contrário dos doentes oncológicos que vão várias vezes no ano para tratamentos. Esta iniciativa do PS peca por vários motivos, por várias razões. Em primeiro lugar, acho que por desvirtuar o nome CID e a sua génese, levando a que os próprios transplantados sintam algum estigma ao integrar um subsídio destinado a doentes oncológicos. Em relação ao espaço temporal, não define um limite de tempo, é para a vida toda, é durante X anos, não define, portanto, está no geral, ao passo que o doente oncológico o CID define até à sua remissão. A nível de imunodeprimidos, são vários os doentes, não é só o doente que tem transplante que vive com uma imunossupressão, são várias as doenças que têm tratamentos para a imunossupressão, não tem em conta a penosidade dos tratamentos oncológicos, bem como o prolongamento do tempo das deslocações, a maior dependência dos doentes muitas vezes relacionada com o uso de tratamentos agressivos. O doente oncológico desloca-se para tratamentos, o doente transplantado descola-se em ambulância e monitorização. Resta também perceber que tipo de transplante é que nós estamos a falar, são todos? Da córnea, hepáticos, renais, cardíacos, pulmonares?

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

A Oradora: Acho que deveríamos fazer uma diferenciação positiva tendo em conta se calhar a penosidade e o estado de saúde do doente. Não têm em conta a duração da deslocação, que no caso do doente transplantado é só de 2, 3 dias, e no caso de outras patologias, nomeadamente os doentes com, que vão fazer reabilitação, as grávidas, ou outras patologias que ficam meses fora de casa.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: Não têm em conta o grau de dependência do doente, como é o caso das doenças raras, degenerativas, as demências, e outros. Esta iniciativa torna-se, por isso, muito vaga, muito ampla, criando injustiças relativas perante tantas situações crónicas e incapacitantes, ao invés do transplantado cujo tratamento tende para a cura e para uma vida normal. Todos nós

conhecemos alguém que fez um transplante e que tem o seu emprego, e que faz a sua vida normal. Relembro também os esclarecimentos feitos pelos três hospitais em comissão, que foram (impercetível) em dizer que o doente transplantado tende para a cura, tende para a melhoria, e a fazer uma vida normal. A manter esta proposta, estamos a discriminar positivamente o doente transplantado, em detrimento de vários outros doentes que também necessitam de ser deslocados, não só o doente oncológico, mas doenças raras, doentes para reabilitação e para doenças degenerativas. Gostaria também de relembrar que o Governo, no DLR 38 de 21/A, de 24 de dezembro para o orçamento da região no seu artigo 57º, acrescenta um aumento de 10% no primeiro semestre de 2022 para comparticipação na diária dos doentes deslocados para o serviço regional de saúde.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

A Oradora: E no artigo 59º, 10% para o CID. Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Subsecretário Regional da Presidência, faça favor, tem a palavra.

(*) Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, e senhores membros do Governo, esta proposta de alteração, este decreto-lei, este projeto de decreto legislativo regional que altera o diploma que regula o complemento especial para o doente oncológico, em nosso entender, e no entender do Governo, tem, à partida, erros que dificultam aquilo que efetivamente deve ser feito pelo apoio dos doentes deslocados. Por isto, porque há um regime, que é este regime que agora pretende ser alterado com este decreto legislativo regional direcionado para um determinado tipo de doentes, que são os

doentes oncológicos. Agora, temos, tendemos a incluir neste regime, pretendemos incluir neste regime uma tipologia de doentes diferentes que tem obviamente características diferentes, desde logo porque, desde logo porque o doente oncológico desloca-se para fazer como aliás aqui já foi dito, tratamento, o doente transplantado desloca-se para fazer basicamente acompanhamento. É uma diferença estrutural na razão da deslocação. Depois, esta iniciativa hoje aqui apresentada também não clarifica o apoio, se é direcionado para casos concretos, e quanto também à duração do mesmo. É preciso ter em conta precisamente também a quantificação, o que é que está aqui em causa, em termos orçamentais, no que diz respeito a esta alteração. Ora bem, a comparação entre os doentes oncológicos e os doentes transplantados decorre que, decorrente desta iniciativa, é além de desajustada, como vos disse, por serem situações muito diferentes, é desajustada por serem situações muito diferentes e, portanto, é aceitável que haja, efetivamente, apoios a doentes transplantados, como aliás já decorre do regime que está em vigor, e como também já aqui foi referido, este regime tem tido as atualizações decorrentes do orçamento da região. Mas se efetivamente pretendemos que os doentes transplantados tenham uma, um apoio específico, então que se estude as características próprias das necessidades dessas deslocações dos doentes transplantados, e se promova um diploma nesse sentido. Isto é o que foi dito também, foi referido em comissão pelos membros do Governo envolvidos nesta matéria, entendemos que é o mais razoável, e isto desvirtua os doentes na sua natureza, na sua, na sua especificidade de doença, sendo que o complemento, portanto, este apoio aos doentes oncológicos fica efetivamente aberto a tudo o resto e não, e a partir de agora o espécie de caixa de pandora que é aberta com este apoio aos doentes transplantados, e daí que o Governo entenda que este não é o caminho. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Subsecretário. A Mesa, neste momento, não tem inscrições. Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Alexandra Manes:** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. membros do Governo regional, parte da minha intervenção já foi aqui referida pelo Sr. Deputado Nuno Barata, não vou, não vou, repare, não vou repetir, à exceção de que há um problema na região, e continuamos sem ir à raiz do problema. E não continuamos, e não vamos à raiz do problema já há alguns anos, porque quando falamos de doentes deslocados, não estamos a falar da doença em si, mas sim do problema que estas pessoas têm para fazer face a despesas extra. E é isso que tem que ser pensado aqui, são as despesas extra que estas pessoas têm, e é por aí que temos que ir e não pelo, pela especificidade da doença, mas considerando todas aquelas, toda a análise que decorreu em comissão, salientando ainda as palavras da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras que ainda me dá mais segurança para a proposta que nós fizemos entrar que é, vamos abranger, vamos alargar então esta possibilidade a mais patologias, e só podemos fazer isso de uma maneira, é introduzindo aqui as especificidades que a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras elencou e que a partir do discurso dela, calculo que ela acompanhe a nossa iniciativa votando favoravelmente, que a fizemos entrar, sim, fizemos entrar, portanto, alargando, alargando esta proposta do PS, que pelo que eu percebi, alarga-se apresentou a proposta de alteração que se alarga aos candidatos a transplantados, e nós queremos torná-la ainda mais abrangente aos doentes oncológicos, aos pré transplantados, aos transplantados e vamos então também alargá-la a todo, claro, eu sei que isso faz-lhe alguma, não deixar ninguém de fora, faz-lhe sempre alguma, e a todos os doentes cuja patologia implique uma deslocação frequente de pelo menos três ou mais viagens no período de 12 meses, até obtenção de alta clínica, encaminhados ao abrigo do programa deslocação de doentes.

Deputado Pedro Pinto: Quais são os doentes?

A Oradora: Infelizmente, infelizmente vivemos numa região pobre, vivemos numa região de precariedade, onde muitas vezes os ordenados que as pessoas recebem ao fim do mês, não dão para pagar as suas despesas mensais, muito menos para ter despesas extras. A saúde é um direito e nós estamos aqui e deve exatamente ser para proporcionar-lhes também um direito à saúde. Eu sou de uma ilha em que vi muitas pessoas saírem da sua ilha, e provavelmente o Sr. Deputado Bruno Belo também terá sabido de situações idênticas, em que as pessoas muitas vezes escolhem entre uma única refeição para fazer. Porquê? Porque o dinheiro que têm não dá para a segunda refeição, portanto, vamos tentar aqui ser justos, ser justos e permitir que todos os doentes deslocados tenham um apoio mais digno, e vamos então, enquanto não formos à raiz do problema, que concordo com o Sr. Deputado Nuno Barata que diz que o Governo poderia ter apresentado aqui uma proposta que fosse justa, não é?

Deputado Gustavo Alves: A sério? Ui!

Deputado Paulo Estêvão: O Deputado Nuno Barata é agora uma referência para o Bloco!

A Oradora: Porque este, este, isto desceu a comissão e ainda bem e aqui reitero as palavras da Sra. Deputada Catarina em que tinha, portanto, tinha feito uma tentativa de dizer que uns estavam contra os outros. Sim, disse, disse, e na altura, realmente, parecia-me isto, mas na verdade, na análise em comissão, ficou uma coisa bem patente, é que há uma necessidade, é que há uma necessidade efetiva de alterar os valores. E já que eles não foram alterados ainda, vamos então permitir a todos os doentes deslocados que possam ter o mesmo.

Deputado Gustavo Alves: Neste momento?

A Oradora: Neste momento. Pode ser uma medida transitória, até no futuro se houver coragem política para isso, pode-se eventualmente revogar o CID porque já não há esta necessidade. Se houver... se houver uma posição

política de coragem, revoga-se o CID e dá-se a todos os doentes deslocados a mesma, as mesmas, as mesmas quantias porque é disso que as pessoas precisam. Uma pessoa muitas vezes doente oncológica pode, eventualmente, ter mais possibilidades do que uma outra pessoa que se tenha que deslocar de uma doença neurodegenerativa. A verdade é essa, e não podemos estar aqui, e não podemos estar aqui a brincar com as doenças das pessoas...

Deputado Pedro Pinto: Quem está a brincar é a Sra. Deputada!

Deputado Gustavo Alves: A senhora é que está a colocar doentes contra doentes!

A Oradora: ... e nem a fazer, nem a fazer bandeiras políticas, nem a fazer bandeiras políticas de doenças, por isso então se a nossa intenção aqui é proporcionar mais dignidade às pessoas que se deslocam, mais poder de dinheiro das suas deslocações para fazer face às despesas extras, então vamos ser coerentes, e vamos também ouvir as palavras da Sra. Catarina, da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras que disse, e muito bem, e que vai de encontro, vai ao encontro das nossas propostas de alteração que deram entrada, e pelo que eu deduzo, pelas palavras da Sra. Deputada Catarina, que a bancada do CDS, irá acompanhar a nossa proposta. Muito obrigada.

Deputado Rui Martins: A Sra. Deputada não ouviu nada!

Deputada Alexandra Manes: Ouvi!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo, a Sra. Deputada Alexandra Mano, e ainda bem que me estou a referir sempre a si, Sra. Deputada, mas quero-lhe dizer que a senhora está com um problema de uma audição seletiva, porque o que eu disse, o que eu disse foi que reconhecia que existiam doentes, inclusive os transplantados, ou pré transplantados e outras patologias que poderiam necessitar de um apoio ou do aumento por via da deslocação dos doentes deslocados e que não, mas

que não concordava, que esse apoio fosse dado por via deste que é um complemento especial ao doente oncológico. E o que querem fazer, é colocar no complemento especial ao doente oncológico, que nada tem a ver com a deslocação dos doentes, que nada tem a ver com a deslocação dos doentes, querem introduzir todas as patologias neste complemento especial. E o intuito deste complemento especial foi realmente criar condições e apesar, pode existir quem não concorde, mas a verdade é que a propositura do CDS, na altura, para apresentar esta medida foi no entendimento daqueles que vão ter que percorrer este longo percurso derivado à sua doença, tivessem este complemento especial, estes doentes. E quando falo na questão das deslocações, eu percebo, eu percebo que a diária, como já disse anteriormente, tem que ser avaliada, tem que ser atualizado, mas isso são coisas separadas, isso tem a ver com a diária dos doentes deslocados, e realmente avaliarmos quanto ao tipo de duração, quanto ao tipo de patologias, e não ser só, por exemplo, neste caso os doentes transplantados que já beneficiam do primeiro escalão, e, portanto, avaliar isso por via deste, desta deslocação do, e não colocar no complemento especial de doentes oncológicos todas as patologias,...

Deputado Gustavo Alves: Muito bem explicado!

A Oradora: ... porque são coisas distintas. É esse o nosso entendimento. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes:** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, longe de mim ter uma audição seletiva, infelizmente ouço mais do que eu queria ouvir, mas pronto, ou contam-me mais do que aquilo que eu queria que me contassem. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, eu também referi uma coisa, é que isto poderia, eventualmente, neste momento, até porque sabemos todos que

estamos a fazer, vamos enfrentar uma crise, devia ser de caráter transitório, até haver uma coisa nova e que fosse justa para todos. Portanto, quando houvesse a revisão da portaria, e das diárias, poderia, e até, até coloquei a hipótese se houvesse coragem política, podia-se eventualmente revogar o CID, revogar o CID, e fosse para todas as pessoas. Agora, podendo ser, tendo nós aqui uma possibilidade, tendo nós aqui uma possibilidade de num momento destes tornar esta proposta mais abrangente para outras patologias, nas quais, das quais nós ainda nos demos, nós ainda definimos aqui à terceira, pelo menos, com três ou mais viagens no período de 12 meses até obtenção de alta clínica. Portanto, nós definimos aqui quais as condições ou os critérios para tornar esta proposta mais abrangente, utilizarem que isto é uma proposta para os doentes oncológicos, isto é a designação dela, nada impede, nada impede que se possa abranger mais pessoas. Eu não vi nada na legislação que impedisse a inclusão de outras doenças aqui, de outras patologias. Não queremos porque é uma proposta que tem paternidade, não quero, mas compreendo.

Deputado Gustavo Alves e Paulo Estêvão: “Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!”

A Oradora: Não quero, mas compreendo porque é um argumento que já vem de trás. Agora, dizer que há necessidade de ir à raiz do problema e dizer que há outras, há outras patologias, é verdade, há. E por haver outras patologias nas quais há bastantes deslocações e as pessoas que vivem em ilhas sem hospital e que todos, todos os Deputados e Deputadas que estão aqui sabem bem o que é viver numa ilha sem hospital, e que tem as deslocações frequentes, frequentes, e que também doentes oncológicos, também têm outro tipo de patologias que as leva a ausentar-se ou a procurar consultas, tratamentos fora da sua ilha, e toda a gente sabe do que é que eu estou a falar aqui, eu estou a falar de dificuldades financeiras que estas pessoas têm de enfrentar, à semelhança dos doentes oncológicos. O problema que está aqui, o problema que está aqui é que as pessoas doentes deslocadas,

todas elas podem apresentar problemas de dinheiro e já que estamos a mexer nesta, nesta questão, porquê? Nem que seja de uma forma transitória, permitir que mais pessoas tenham direito a isto, é só. É só! E isto é uma questão, aqui eu não estou a por ninguém contra ninguém, nem coisa, estou a falar naquilo que é a questão de igualdade, é só isso.

Deputado Vasco Cordeiro: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e senhores membros do Governo, o PAN associa-se a este diploma não porque acha que está perfeita, muito pelo contrário, é porque é uma discriminação negativa para todas as outras patologias que não os transplantados. Mas é o que nós temos aqui na Mesa, é o que nós temos aqui na Mesa, não se viu mais, pelo menos tanto do próprio PAN, o PAN também é culpado, também o poderia ter feito, ou da própria coligação, fazer com que todo, com que nós abrangêssemos todos os doentes que necessitassem de uma deslocação. E com esta proposta de alteração, da parte do Bloco de Esquerda, consegue obviamente reduzir essa necessidade premente, e a nossa dúvida seria mesmo sobre a forma de orçamentação, mas já, já fomos esclarecidos que se for necessário, esse orçamento consegue ser retificado relativamente ao CID. Temos pena que isto não abranja de uma forma bem mais, bem mais sucinta e simples todas as patologias, é isto que está na Mesa, e obviamente que o PAN não poderá votar contra aquilo que é uma necessidade de todas as patologias, não só dos transplantados. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco:** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, na doença às vezes costuma-se dizer que se vê os amigos, não é? Aqui neste caso, onde é que se vê o Estado? Estava aqui a ouvir com atenção esta

discussão e pensava naquelas pessoas que realmente têm alguma dificuldade. Eu ouvi de um lado e de outro muitas verdades e até concordo com todas elas, mas também ouvi que houve uma inatividade nesse processo todo em que se podia ter resolvido alguma coisa, ou seja, podíamos ter dado um passo em frente. Concordo, podemos melhorar. concordo, já se devia ter melhorado. Quem está em casa são as pessoas que vão usufruir disto e esperamos sempre que nunca seja um de nós, especialmente aqueles que têm menos recursos, eles não estão nada preocupados com esta nossa briga, mas estão mesmo preocupados em que a situação fique resolvida, e que o Estado aqui, sim, tenha este papel fundamental de ajudar quem precisa num momento que é muito difícil, que é o momento da doença. O que devia ter sido feito e o que deve-se fazer, depois estamos a tempo disto e devemos fazer o mais rapidamente possível. Podíamos ter feito, como disse o Sr. Deputado e houve oportunidade, não se fez porque é a velha questão, fica-se à espera que alguém dê o primeiro passo. Aqui tem que ser o Governo a dar o primeiro passo porque é o Governo que governa, é o Governo que tem esta finalidade. Da nossa parte, não nos vamos meter nesta briga. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Mais inscrições? Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, o CDS é livre de apresentar propostas de alteração à iniciativa que nós temos aqui em apreço, se entendem que outras situações há que necessitam de atenção, então que proponham, ainda estão a tempo disso. Nós não fazemos comparação entre doentes oncológicos e doentes transplantados, quem está a fazer essa comparação é o CDS,...

Deputado Gustavo Alves: Demagogia!

O Orador: ... e aliás, foi essa comparação, foi essa comparação que deu origem, foi essa comparação que deu origem ao CEDO e, portanto, se os

senhores criticam alguma comparação que possa ser feita, estão-se a criticar a vocês próprios porque foi o CDS, e na audição que nós tivemos na comissão de assuntos sociais, que assumiu que em 2015, equiparou o CEDO ao atleta deslocado.

Deputado Vasco Cordeiro: Muito bem!

O Orador: Foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, portanto, de comparações falando, ou de comparações já estamos devidamente falados, agora Sra. Deputada Ana Quental, que a majoração pelo escalão máximo é suficiente...

Deputada Catarina Cabeceiras: O que é que o senhor achava?

O Orador: ... para apoiar um doente deslocado e o acompanhante para o transplante de um órgão? Acha que é suficiente? A questão que se coloca é essa: acha que é suficiente o apoio, a majoração pelo escalão máximo para um acompanhante e para o doente que tem que ser submetido a um transplante de órgão? No entendimento do grupo parlamentar do PS, não é suficiente, e quando questiona o tipo de transplante, questiona-se então também qual é o tipo de cancro. E isso não foi tido em consideração quando foi implementado o CEDO, ninguém distingue tipos de cancro, portanto, ninguém está aqui a distinguir tipos de transplante. O que está aqui em causa, e isso já foi uma discussão que eu tive também com o Sr. Deputado João Bento da Costa, em dezembro, o que está aqui em causa é um apoio, garantir um apoio a uma deslocação, é isto que está em causa, não é a patologia. Ninguém está aqui a querer diferenciar patologias, e lamento que ao fim ao cabo o debate fuja para essa, para essa vertente.

Deputado Berto Messias: Muito bem!

O Orador: E por último, lamento, lamento da minha parte, e penso que toda a parte do grupo parlamentar do partido Socialista, o Sr. Subsecretário e a sua intervenção, quer dizer, que se estude, Sr. subsecretário. Então, o que andou a fazer o Governo desde dezembro?

Deputado Gustavo Alves: Pelo amor de Deus! É preciso ter lata!

O Orador: Esta iniciativa foi apresentada em dezembro, e o Governo teve todo o tempo para apresentar uma portaria que revisse todo o apoio que é dado ao doente deslocado e nada fez! Da parte do grupo parlamentar do PS, estamos só a fazer, apenas e só o nosso trabalho. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Gustavo Alves: Pelo amor de Deus! Um tema tão complexo!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Ana Quental, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Quental:** Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e senhores membros do Governo. Sr. Deputado Tiago Lopes, não é suficiente a resposta.

Dirijo-a para si que há pouco menos de 1 ano e meio, para vocês era sempre suficiente,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, nenhum de vocês aumentou. Eu devo relembrar quem sou eu de não podermos falar em igualdade, falamos em equidade,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... dar mais a quem mais precisa, daí que nós temos uns escalões, portanto, a tabela de deslocamento tem 5 escalões, tendo em conta o IRS, tendo em conta o ordenado de cada um no fim do mês, o rendimento mensal, peço desculpa. portanto, quando fala nos vários tipos de cancro, nós sabemos e infelizmente que nos Açores já temos, na Terceira e em São Miguel, alguns tratamentos que os doentes não precisam de se deslocar ao

continente, só se deslocam ao continente situações muito específicas, da mesma maneira que os doentes das outras ilhas vão uns para Ponta Delgada, outros vão para Angra. Portanto, aqui não tem nada a ver com o tipo de cancro, mas com as situações em que são tratados cá, e os que são tratados no continente. A questão da vossa iniciativa tem a ver com o tipo de transplante, é evidente que não posso comparar um doente que tem um transplante da córnea,...

Deputada Andreia Cardoso: A senhora até agora nunca comparou com doentes oncológicos!

A Oradora: ... um doente que tem um transplante renal que faz a sua vida normal, que tem um emprego, com um doente que tem um transplante hepático e que até é considerado doente oncológico, e com um doente que faz um transplante cardíaco e pulmonar. Pronto, realmente nós não podemos comparar, há que diferenciar, portanto, era isto que eu lhe queria relembrar, portanto, se não era suficiente, não era suficiente no seu tempo, e por isso é que o Governo agora vai aumentar 10%...

Deputada Andreia Cardoso: A todos! Sejam oncológicos do útero, da mama... A todos!

A Oradora: ... segundo o artigo 57º que já, já lhes dissemos. Obrigada.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, afinal o que é que mudou desde que esse projeto de DLR foi apresentado pelo partido socialista na altura com urgência e dispensa de exame de comissão até aos dias de hoje? Não mudou nada. Foram ouvidas pessoas, foram tiradas conclusões, houve muitas boas intenções, e afinal aparece agora umas propostas de alteração à última hora para serem avaliadas, à última hora.

Deputada Andreia Cardoso: Qual última da hora? É regimental!

Deputada Alexandra Manes: Não pode?

O Orador: É assim, eu até podia acreditar como qualquer doente, como qualquer doente que possa beneficiar desse, desse modelo novo, eu até podia acreditar que há boa-fé das pessoas, mas depois a boa fé fica questionada quando efetivamente essas propostas aparecem aqui em cima da hora. Afinal, afinal o que é que se está a passar aqui? Afinal está-se a usar a fragilidade das pessoas doentes...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... para fazer política, afinal está-se a acusar o Governo de ter sido inerte nessa situação se todos fomos a começar por mim que sou Deputado único, que tenho um gabinete apenas com um elemento, mas que também tinha obrigação, se calhar, de dar um contributo para esse diploma. Eu não aceito é que partidos maiores e que representações com mais elementos tenham agora o bom gesto, fora de horas, de apresentar propostas para uma coisa que é para resolver o problema das pessoas. Não se pode acusar o Governo de não ter resolvido o problema em meses, quando em 24 anos houve um Governo que também não resolveu problema! Esse problema existe há anos,...

Deputado Joaquim Machado: Muito bem!

O Orador: ... doentes transplantados não existem há 15 meses, doentes transplantados existem há anos, e agora é que a compaixão do partido socialista, e da bancada do partido socialista, não! Isso é política, meus senhores, isso não é vontade de resolver o problema às pessoas! Vontade de resolver o problema às pessoas é de outra maneira, com propostas a tempo e horas, de forma séria, é assim que se resolve o problema às pessoas, com propostas para serem discutidas e pensadas de forma a que surtam efeito, que resolvam o problema às pessoas, tudo o resto, tudo o resto, meus senhores, é imagem para as pessoas verem lá fora. Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso: Nota-se!

Deputado Carlos Silva: Qual é a sua proposta?!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes:** Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, e membros do Governo, é uma interpelação à Mesa para perguntar até que horas é que podem, até que momento é que pode entrar propostas de alteração nas discussões dos diplomas? Muito obrigada.

Deputado Gustavo Alves: Pelo amor de Deus, faça política séria! Isso é política séria? É política de borracha!

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Se elas foram admitidas é porque podem ser. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo, eu estou espantado com algumas das questões que aqui têm sido levantadas, nomeadamente pelo Sr. Deputado Tiago Lopes. Apetece-me perguntar-lhe o que é que o senhor fez, o que é que o senhor fez, quais foram as suas responsabilidades, até há um ano e meio?

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: O que é que o senhor deixou estudado, o que é que o senhor deixou proposto sobre esta matéria? Teve agora, de repente, teve agora, de repente, uma inspiração de Espírito Santo,...

Deputada Andreia Cardoso: Não invoque o Espírito Santo em vão!

O Orador: ... porque vossa Excelência considera esta matéria relevante, e critica o Governo por durante um ano e meio não ter aqui apresentado uma alternativa, e eu pergunto-lhe, e no momento que vossa Excelência tinha responsabilidades diretas sobre esta matéria, o que é que aconteceu? como é que não se lembrou? Como é que vossa Excelência não tinha, como é que vossa Excelência não tinha ideias sobre esta matéria? Não tinha este sentido de prioridades? Queria-lhe perguntar o que é que o senhor andou a fazer nos anos todos em que teve essa responsabilidade? A pergunta é essa, é inevitável

e eu só lhe faço essa pergunta porque o senhor fez previamente a pergunta, o que é que estiveram a fazer neste ano e meio? Eu acho que na comparação vossa Excelência fica sempre a perder, é uma comparação cronológica, o senhor durante muito mais tempo teve outras responsabilidades e responsabilidades diretas, ou será que lhe foi dito que não podia ser? Ou foi um veto, do ponto de vista, orçamental? Ou foi objeto de qualquer impedimento por parte dos responsáveis políticos de então? Vossa Excelência terá oportunidade aqui de confessar, e de descrever esses fatos. Mas eu quero dizer é o seguinte, nós temos um diploma que funciona, funciona, e vossas Excelências, e vossas Excelências, com a complexidade que estão a introduzir no diploma o que acontece é que estão a colocar em causa, estão a colocar em causa os resultados concretos que estavam a obter até ao momento. Este não me parece o melhor método. Não me parece o melhor método legislativo, poucas vezes assisti a este tipo de alterações. Não fazem sentido! Afetam um diploma que estava a funcionar! Há um problema para resolver, mas não é assim que se resolve. Eu até me apetece dizer, como dizia a Sra. Deputada Zoraida Soares, que uma grande parlamentar desta casa, que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, e parece-me que é preciso relembrar esta, esta verdade, este princípio. São coisas diferentes, são coisas diferentes, e o que é importante é que não se afete, não se afete a qualidade de um diploma que está a, que está a funcionar bem, e que essas verbas não possam ser colocadas em causa. E mais, que não sejam, que não sejam criados outro tipo de injustiças, porque isso é que é completamente inaceitável, e é isto que está a ser feito. E por isso eu apelo a vossas Excelências que em relação a esta matéria que não continuem a cometer este erro, que não insistam, não insistam num erro que irá apenas provocar problemas...

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

O Orador: ... em relação ao funcionamento de um diploma que tem estado a funcionar, que tem que ser revisto, tem que ser melhorado sim, com certeza,

mas não é, não é com esta salganhada que vossas Excelências estão aqui a organizar.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto à câmara se há mais inscrições? Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, peço a palavra para uma intervenção muito breve, apenas para responder ali ao Deputado Paulo Estevão e à Sra. Deputada Ana Quental. A questão do ano e meio é válido para todos nós, e a única coisa que ressalva deste, ou que ressalta deste ano e meio é precisamente a incapacidade deste Governo fazer melhor do que aquilo que o Governo do partido Socialista fazia. Faz melhor o Governo, faz melhor a oposição, o partido Socialista e até o Bloco de Esquerda com a iniciativa que apresenta do que propriamente o Governo nas suas funções executivas, portanto, é isso que neste ano e meio, este Governo e o seu partido, e o CDS, e o PPM, nos estão aqui a demonstrar. Em ano e meio, não são capazes de fazer melhor, e, portanto, tanto o PS como o Bloco de Esquerda são capazes de fazer melhor na oposição. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) **Deputada Ana Quental:** Obrigada, Sr. Presidente. Srs. Deputados, senhoras Deputadas, Sr. Presidente, senhores membros do Governo,

realmente ano e meio somos ainda aprendizes, tendo em conta os 20 anos de PS, 24, ainda somos aprendizes.

Deputado Gustavo Alves: Uiii!

Deputado José Contente: Estiveram antes 20 anos!

A Oradora: A minha questão tem a ver com a Deputada Alexandra Manes, gostaria que ela me esclarecesse aqui na nova, portanto, já agora falta-me o termo, a nova proposta apresentada, em que refere que todos os doentes cuja patologia implique deslocação frequente, pelo menos três ou mais viagens num período de 12 meses até alta clínica, ou seja, menos de três viagens não tem direito ao CEDO, é isto?

Deputado Pedro Pinto: Discriminação!

A Oradora: Pronto, era isto que eu queria ter a certeza porque nós falamos e equidade, e não em igualdade, quando falou há bocadinho que conhece algumas pessoas que não têm, que não conseguem dinheiro para comer, e que passam fome porque o dinheiro que lhes é entregue não é o suficiente, eu pergunto se realmente não está em questão se calhar uma, uma falta de organização,...

Deputada Andreia Cardoso: Falta de organização de quem? Dos doentes?

A Oradora: Não sei, da parte de quem decide porque as tabelas de comparticipação falam em 5 escalões,...

Deputado Carlos Freitas: É verdade!

A Oradora: ... e além, no primeiro escalão engloba todas as pessoas que não fazem IRS, pessoas com RSI, e para além dos transplantados e das grávidas, e a própria diária do doente, bem como do seu familiar, bem como da participação a nível de transportes é diferenciada por este escalão. Eu espero que não haja erros para que esta gente passe fome porque isto realmente custa-me muito. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo, Sr. Deputado Tiago Lopes não respondeu à pergunta que eu lhe coloquei, e a pergunta é, onde é que esteve o senhor no verão passado?

Deputada Andreia Cardoso: E o senhor?

O Orador: Onde é que o senhor esteve? Eu vou-lhe dizer, o senhor esteve no Governo, o senhor esteve, o senhor esteve, o senhor esteve com responsabilidades diretas nesta matéria. Porque é que vossa,...

Deputado Tiago Lopes: Qual é a sua alteração?

O Orador: Eu já perguntei se vossa Excelência tinha deixado algum trabalho feito, algum TPC? Mas já percebi que não também. Vossa Excelência, sobre esta matéria não fez nada e eu perguntei-lhe, quem é que não o deixou fazer, Sr. Deputado? Quem é que não o deixou fazer? Quem é que o impediu de fazer o trabalho sobre esta matéria sobre a qual vossa excelência tem agora tantas convicções e tão recentes? O que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que nesta matéria o senhor, nesta matéria, o senhor tem graves responsabilidades, tem graves responsabilidades, isto é que é a solução. Isto é que é a solução. Olhe, como é que se chama isto? Cria um complemento especial para o doente, para o doente oncológico, é este o diploma que estamos a estudar. É este o diploma que nós estamos a estudar. E as vossas alterações, as questões que aqui estão a colocar só colocam problemas do ponto de vista de execução. Criam mais desigualdade, criam problemas de ponto de vista de execução do diploma, criam insegurança, criam insegurança jurídica em relação às pessoas que vão ser os beneficiários. Criam insegurança jurídica, criam insegurança do ponto de vista da sua aplicação prática, os senhores têm aqui um mau diploma, e isto não é, esta não é a alteração, esta não é a alteração que deve ser feita,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias: Hoje não é um bom dia para si!

O Orador: ... e vossa excelência diz, durante um ano e meio, os senhores, os senhores não conseguiram fazer melhor do que nós fizemos em 24 anos? Bom, o que lhe quero dizer é que eu pretendo no final desta legislatura fazer melhor, no final de 4 anos fazer melhor do que os senhores fizeram em 24, mas um ano e meio, para um ano e meio aquilo que tem sido feito pelo Governo regional nas diferentes áreas, eu devo-lhe dizer, eu penso que nós estamos a conhecer uma espécie de revolução tranquila, com alterações, com alterações muito significativas, com alterações muito significativas e fundamentais, e é isso. Agora, não é com foguetório habitual, não é com foguetório de antigamente, não é assim tão, não é tão propagandeado, mas as alterações estão aí e os açorianos reconhecem que essas alterações estão a ser feitas Sr. Deputado e são de enorme importância, Sr. Deputado.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

O Orador: E é por isso que as alterações que estão a ser feitas por parte deste Governo não são deste carácter, que isto não é nada o que os senhores estão a fazer. São de carácter estrutural, são bem preparadas, são racionais, são bem estruturadas, ao contrário do que o senhor aqui está a fazer, e o bloco de esquerda que acompanha a música.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias: Hoje não é um bom dia para dizer isso, Sr. Deputado!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhores membros Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado Paulo Estevão, permita-me a brincadeira consigo, mas está em baixo de forma porque o Sr. Deputado acaba de reconhecer que o Governo do partido socialista é que estava bem...

Deputado Paulo Estêvão: Não! O CDS!

O Orador: ... porque não quer alterar uma medida que já vem desde o Governo do partido socialista. Foi este Governo que prometeu fazer diferente e fazer melhor. Então, porque é que não o faz? Esta iniciativa foi apresentada aqui em dezembro. Não há nenhuma proposta de alteração, nem do CDS, nem do PPM, nem do PSD, e nem do Governo regional. Os senhores é que prometeram fazer diferente e melhor, e é isso que nós não vemos, e, portanto, é isso que o povo está atento, Sr. Deputado.

Deputado Gustavo Alves: Isso tem uma complexidade muito maior do que a que os senhores estão a dar!

O Orador: É isso que os doentes transplantados estão atentos. Efetivamente, quem ainda continua a governar é o partido socialista com as propostas que faz, lamentavelmente, é isso que nós verificamos. E, portanto, para quem prometeu efetivamente fazer diferente e fazer melhor, esperava-se muito mais. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa: Prescindo.

Presidente: Prescinda. Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

Deputada Alexandra Manes: E o tempo?

(*) **Deputado Paulo Estêvão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhor presidente e membros do Governo, estão preocupados com o tempo que eu tenho. Quando ficam preocupados com o tempo que eu tenho ou ainda por ter tempo, isso quer dizer, isso quer dizer que ficam, que ficam preocupados com os argumentos e é porque eu afinal não estou assim em tão baixa forma. Mas o que eu quero, Sr. Deputado, continua sem responder à questão, porque é que não o fez, Sr. Deputado? Confesse-me aqui, fica só entre nós os dois, quem é que o impediu, quem é que o impediu de fazer esta alteração, Sr. Deputado? Sr. Deputado estava convictamente cheio de razão nesta matéria, o que é que aconteceu?

Deputada Andreia Cardoso: Sr. Deputado, isto não é uma Comissão de Inquérito?

Que data tem o CEDO? Quando é que foi criado?

O Orador: Que prioridades, que prioridades o Governo estabeleceu que não lhe permitiram arranjar dinheiro para resolver este problema numa área da saúde e tantas outras que são da sua responsabilidade? Sr. Deputado, pode dizê-lo, pode dizê-lo que nada lhe acontece. Nada lhe acontece. Pode dizer aqui porque é que o senhor não o fez? Porque é que o senhor não o fez? E o senhor, a senhora, a senhora ex-secretária...

Deputada Andreia Cardoso: Quando é que foi criado o CEDO?

O Orador: ... está aqui a protestar, está aqui a protestar a dizer, bom, que esta questão não interessa. Interessa, interessa muito, interessa muito porque a alteração que os senhores estão aqui a fazer, veja bem, outra vez, criam o complemento especial para o doente oncológico, especial, especial. Isto parece, parece espacial, mas é especial, parece espacial, mas é especial. O que eu vos quero dizer é que considera que as alterações que estão a ser feitas têm o mínimo de racionalidade, em relação a um diploma que tem esta designação e que tem esta estrutura? Acha que tem? Não acha, não acha que cria um problema, que cria problemas...

Deputado Berto Messias: Não!

O Orador: ... em relação à sua execução? Não acha que tem, não acha que passa a ter, passa a ter um carácter extremamente subjetivo?

Deputada Andreia Cardoso: Não! Não é nada subjetivo!

O Orador: Não acha, não acha, não acha que passa a ter um carácter arbitrário? Não acha que passa a ter um carácter arbitrário? Não acha que, não acha que afeta, afeta a execução de um diploma que está a funcionar, não acha, não acha isso? O Sr. Deputado, o Sr. Deputado ao longo deste tempo todo com um grupo parlamentar desta dimensão, o senhor não consegue apresentar aqui nenhuma proposta devidamente estruturada e que não crie mais problemas do que aqueles que já existem, do que aqueles que já existem e por isso é que eu lhe digo que este diploma é mau, é mau, é uma técnica legislativa péssima. E vossa excelência, o que também o bloco de esquerda dizia aqui, bom, aqui onde dizia doentes oncológicos, também podemos colocar outro tipo de doenças e outro tipo de patologias, mas isso é alguma coisa? Mas isso faz algum sentido? Faz algum sentido? Faz algum sentido num diploma que tem essa designação, que responde a este conjunto de problemas, colocamos lá tudo o que nós queremos? E aquilo que não nos lembrarmos, não nos lembrarmos agora, vamos meter mais tarde? Mas isto faz algum sentido em algum sítio do mundo? Em algum parlamento do mundo?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, senhor presidente do Governo regional, Sras. e Srs. membros do Governo, bem, Sra. Deputada Ana Quental, eu assumo que fiquei perplexa porque, perplexa e numa dúvida porque não percebi quem são as pessoas que a Sra. Deputada

classificou como essa gente. Essa gente, eu não sei se a Sra. Deputada se refere que essa gente desorganizada será quem submete a folha de IRS, se essa gente desorganizada será a assistente social, ou se essa gente desorganizada serão os doentes? Eu fiquei sem perceber quem é essa gente, mas a Sra. Deputada fez aqui uma acusação muito grave. Fez uma acusação grave, fez uma insinuação muito grave, até podendo as pessoas que estão em causa eventualmente pensarem que têm culpa dos seus fracos rendimentos, Sra. Deputada. E isso não pode ser! O que nós estamos a falar aqui, e retomo, e retomo o assunto, é uma questão de deslocações e de doenças. A nossa proposta está bem clara, a redação está claríssima, claríssima. Sra. Deputada, mantemos os doentes oncológicos que foi a essência deste diploma, os doentes transplantados e todos os doentes cuja patologia, a patologia implique uma deslocação frequente, é só aquela patologia que exija uma, uma deslocação frequente. Geralmente, e para as pessoas, torno a dizer, para as pessoas que moram numa ilha sem hospital, têm a noção do que é isso, e muitas vezes a primeira ida a uma consulta, quando vão através do médico de família é para eventualmente detetar se há alguma, vão a uma especialidade e se há algum problema, podendo vir para a ilha outra vez, ou não, à espera de ir fazer exames complementares. Se há uma terceira saída, por essa razão, Sra. Deputada, aí é que temos um problema e aí, é por isso que nós falamos em três deslocações e mais deslocações, é só por isso. É porque as pessoas que vivem sem hospital estão extremamente condicionadas e só quem vive nessas ilhas é que sabe os constrangimentos que uma pessoa doente tem, por exemplo, num grupo ocidental onde para além disso tudo existem cancelamentos, o avião da força aérea pode eventualmente não aterrar, e uma data de condicionantes. A isto tudo junta-se muitas vezes os problemas económicos, e é isso que nós estamos a falar aqui, é que a doença, em si, não determina se deve ou não ter mais dinheiro. O problema aqui são as pessoas que saem das suas ilhas muitas vezes com pouco dinheiro, e muitas vezes têm de fazer opções de comida, parece que é populismo, mas não é,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Nãooo!

A Oradora: ... isto é factual, dizem os Srs. Deputados que vivem em ilhas com hospital. Claro, eu também, se eu tivesse, se eu tivesse numa outra ilha e não tivesse a experiência, eu não sabia o que é que uma pessoa passa quando tem que sair de uma ilha para ir fazer tratamentos. A verdade é essa e não me digam, Sr. Deputado Gustavo Alves, o Sr. Deputado Bruno Belo, o Sr. Deputado José Gabriel, que não sabem o que é essa realidade, que já não tiveram queixas de pessoas que se queixam que têm que sair da ilha e que não têm rendimentos para isso. É verdade ou é mentira, Srs. Deputados? É verdade ou é mentira?

Deputado Bruno Belo: É verdade!

A Oradora: É verdade ou é mentira? Então, então, sejamos aqui, então vamos ser honestos. Então, vamos dar a possibilidade, neste momento que se está a tocar, que estamos a mexer neste diploma de ser mais justo e aplicá-lo a todos os doentes, independentemente se vão por uma questão de doença oncológica, se vão por uma questão neurodegenerativa, aqui a questão é a falta de capacidade financeira, muitas vezes para fazer face às despesas. E depois, não nos podemos esquecer, não nos podemos esquecer que quando há uma deslocação, há sempre despesas extra, as pessoas podem eventualmente, já ganham mal, ou podem eventualmente...

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine.

A Oradora: Acabo já Sr. Presidente. Podem, eventualmente, ter rendimentos para pagar as suas contas mensais, mas não têm rendimentos para fazer face às despesas que vão ter fora, e é isso que a gente quer salvaguardar aqui. Não é, Sr. doutor, se o Sr. doutor ainda não entendeu até agora, Sr. Deputado,...

Deputado Gustavo Alves: Um rendimento!

A Oradora: ... a gente quer dar a possibilidade de todos os doentes deslocados com patologias que impliquem uma deslocação com frequência tenham os mesmos direitos. Pronto, tenham o mesmo apoio, é isso. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sra. Deputada. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate deste diploma, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhor presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, eu queria começar por manifestar a minha enorme perplexidade e frustração mesmo, de assistir num debate neste parlamento, uma forma tão populista e demagógica de tratar o tema da doença..

Deputada Alexandra Manes: Sr. Deputado, leia os seus diários!

O Orador: ... e desde logo da doença oncológica nos Açores. Eu acho, eu acho que chegamos a uma altura do debate parlamentar neste diploma, em que não pode valer tudo, para fazer politiquice com a doença e com a fragilidade e as dificuldades de alguns, grande parte dos açorianos que vivem com alguma doença mais séria. O CEDO foi criado durante uma maioria parlamentar do partido socialista, por iniciativa do CDS-PP porque todos se aperceberam, penso eu, daquela que era a importância de estabelecer uma diferenciação dos doentes oncológicos nos açores, percebendo a gravidade e o drama que vivem essas pessoas, e essas famílias.

Deputado António Lima: O PSD não disse isso!

O Orador: Sabemos bem, sabemos bem que esta é uma região pobre como diz o bloco de esquerda, em que grande percentagem dos açorianos vive com dificuldades e que se não for o estado social essas dificuldades são exponencialmente maiores e nós temos obrigação de trabalhar para que elas sejam diminuídas como foi feito ao longo da aplicação do CEDO para distinguir os doentes oncológicos. O partido socialista não tendo tido a coragem política, a vontade política e a oportunidade política, se assim quiser Sr. Deputado Tiago Lopes, durante a sua governação de mexer nas diárias das deslocações no sentido que propõe agora no âmbito deste diploma, encontrou aqui uma fórmula populista e demagógica de incluir num diploma que foi feito para apreciação e para distinção da doença oncológica incluir outras

patologias, nomeadamente os transplantados e os pré transplantados. E isto é grave! Já de si é grave dividir aquele que é o bolo do CEDO que tem uma verba própria no orçamento regional.

Deputado António Lima: Que os senhores podem alterar a qualquer momento!

O Orador: Eu não posso alterar.

Deputado António Lima: Pode, pode!

O Orador: Não, Sr. Deputado, esta assembleia não pode alterar. Desde logo, esta assembleia, esta assembleia está aqui na sua centralidade a trabalhar, até tivemos um plano e orçamento que foi aprovado e discutido e tudo mais, sem que houvesse, como eu comecei por dizer também, a vontade política do partido socialista no âmbito do debate do plano e orçamento de fazer uma única proposta que pudesse criar ou sequer a previsibilidade deste apoio...

Deputado Joaquim Machado: Muito bem!

O Orador: ... e esta periodicidade para os doentes transplantados. O problema que agora é avolumado de uma forma absolutamente, eu diria pior do que politqueira ou do que demagógica, ou populista, é absolutamente escandalosa como a proposta de alteração do bloco de esquerda que agora já não é só também os pré transplantados e os transplantados. Este bolo do Chega, para os açorianos perceberem, há um bolo, há uma verba no orçamento do CEDO,...

Deputada Andreia Cardoso: Sr. Deputado, isso não é verdade!

O Orador: ... peço desculpa, é que olhei para o Sr. Deputado do Chega e por isso disse Chega, inadvertidamente. Para que os açorianos percebam, há uma verba no orçamento para o CEDO, há uma verba que é aplicada para distinguir esta deslocação dos doentes oncológicos através do diploma que cria o complemento especial para doentes oncológicos.

Deputada Andreia Cardoso: Que este ano foi reduzida!

O Orador: ...E essa verba, essa verba existe tendo em conta uma previsibilidade de doentes, de situações, é um histórico que vem com a

aplicação deste diploma, como aliás a senhora secretária, ex-secretária Andreia Cardoso sabe muito bem e por isso está tão incomodada com o que está aqui a fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso: Estou, estou! Estou incomodada porque é mentira!

O Orador: E para isso, só para concluirmos isto para os açorianos perceberem bem, é que pior do que aquilo que o PS pretende fazer que é aumentar o universo destes doentes que têm acesso a esta verba, o bloco de esquerda quase que quer generalizar...

Deputada Andreia Cardoso: Isso é uma mentira generalidade!

O Orador: ... a um universo totalmente diferente de doentes,...

Deputado José Ávila: Que demagogia!

Deputada Alexandra Manes: Isso é que é populismo!

O Orador: ... em que, eu não estou a dizer que é injusto, Sr. Deputado, não confunda, não seja demagogo populista. Seja sério no debate parlamentar! O senhor tem uma verba e quer que essa verba seja rateada por uma série de universo totalmente diferente daquele que estava previsto. E o que isso pode levar, Sr. Deputado, Srs. Deputados do partido socialista, com a aprovação desta proposta, o que pode levar é que daqui a uns meses, o senhor que tem um cancro e que precisa de deslocações e que tem o apoio do CEDO, não vai ter verba porque entretanto a verba foi esgotada num universo muito maior, e isso é lamentável que esteja a ser feito nesta casa, e logo pela mão do partido socialista, que foi quem que quando tinha a maioria absoluta criou este complemento especial para o doente oncológico. Sr. Deputado Tiago, Tiago Lopes, vossa excelência com as responsabilidades que teve vir defender este

diploma quando há poucos meses atrás no âmbito de um debate de plano e orçamento não teve coragem de apresentar uma única proposta...

Deputada Andreia Cardoso: Demagogia é isto!

O Orador: ... que pudesse prever que houvesse verba para sustentar aquilo que agora propõe, Sr. Deputado, fica-lhe mal, porque o que o senhor está a fazer, o que o senhor está a fazer não é a prejudicar a ação deste Governo, o senhor está a prejudicar açorianos que com o CEDO viram a sua vida um bocadinho menos dificultada porque havia um diploma especial para os doentes oncológicos, e que os senhores agora querem desvirtuar, e eu diria mesmo, querem acabar com esta distinção, e isso, na minha perspetiva, na nossa perspetiva é absolutamente lamentável. Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e senhores membros do Governo, Sr. Deputado João Bruto da Costa, se bem me recordo este Governo anunciou o plano e orçamento para 2022 na área da saúde como o maior de sempre,...

Deputado Joaquim Machado: Foi para pagar as dívidas que o senhor deixou!

O Orador: ... portanto, eu não quero acreditar que seja uma questão de verba ou de falta de verba para poder apoiar a deslocação de doentes oncológicos e doentes transplantados. E Sr. Deputado Paulo Estevão, a questão que colocou, eu penso que a colocou do modo errado, não é porque é que não fez, é porque é que não o faz. Porque é que este Governo não o faz, efetivamente, melhor, do que aquilo que está atualmente em vigor naquilo que diz respeito

aos apoios, às deslocações, aos doentes transplantados? Porque é que não o faz? O que está aqui em questão, diga Sr. Presidente?

Presidente do Governo Regional: É o “maná” que caiu!

O Orador: Diga? Não percebi. Tem uma? Quem? Não percebi. Não sei se pode ser transcrita a declaração à parte do senhor Governo regional. O que está aqui, o que está aqui em questão é darmos um apoio de uma diária de 20 euros ao doente transplantado, o direito a um acompanhante também ele com direito a uma diária e à partida da sua ilha de residência, desde logo o montante correspondente a 1/3 do tempo estimado para a deslocação. É isto que nós estamos aqui a falar! Portanto, quando os senhores vêm falar sobre o passado, sobre o que foi feito, ou o que não foi feito, a questão aqui que se coloca, Sr. Deputado Paulo Estevão, é porque é que não é feito, porque é que não o fazem? O tempo é agora, não é no passado.

Deputado Gustavo Alves (CDS-PP): Agora exige tudo!

O Orador: Querer falar do passado é justificação para não falar do futuro e do presente, do presente e do futuro desta região. É isto que os senhores não querem falar! É isso que os senhores não querem fazer e, portanto, a questão aqui que se coloca é, querem ou não querem apoiar os doentes transplantados e deslocados da sua ilha de residência, é isso que está aqui em discussão. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Gustavo Alves: Isso é demagogia!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras: Muito obrigado, muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, senhores, Sras. e Srs. membros Deputados, senhores membros do Governo, há pouco na minha última intervenção esqueci-me de referir porque o Sr. Deputado Tiago Lopes levantou a questão

de em 2015 o Sr. Deputado, na altura, Artur Lima, agora Vice-Presidente do Governo, tinha levantado a questão do financiamento, a questão dos doentes, dos atletas deslocados e tenho que fazer aqui uma confusãozinha com essa situação. O que na altura e o senhor pode pedir os diários da sessão dessa altura, o que foi feito e o que foi dito pelo senhor ora então Deputado Artur Lima foi que o que se pretendia era que os doentes oncológicos tivessem, em termos financeiros, o apoio que era dado aos atletas deslocados, e foi isso que foi dito, e não aquilo que o senhor parece querer fazer crer que foi colocar os doentes oncológicos no mesmo embrulho que são os atletas deslocados, como se fosse a mesma coisa, e não foi nada disso que foi, que foi dito na altura, na altura do, em 2015. Depois dizer que a discussão vai longa, e a verdade é que o nosso entendimento e aquilo que foi dito sempre aqui pela bancada do CDS, é que realmente o mecanismo não é este, não é colocar num complemento que é dado aos doentes, especial para doentes oncológicos, alargar o leque a todas as patologias, não pode ser esse o entendimento, não pode. No nosso entendimento não é colocar neste complemento especial para doentes oncológicos os doentes, ainda não percebi bem se transplantados, se não, porque parece que entrou aqui uma proposta de retirada da iniciativa da proposta de alteração do PS e, portanto, eu não percebi se é os transplantados, se é os pré transplantados, se o que é que será.

Deputado Pedro Pinto: Até o PS não sabe o que quer!

A Oradora: E, portanto, e, portanto, a questão que está aqui é que o nosso entendimento é que realmente não é por via deste, deste complemento e a verdade é que, e a verdade é que, dada esta aprovação desta iniciativa, existe uma verba que foi contemplada para os doentes, para este complemento dos doentes oncológicos e que será comprometida se alargarmos o leque para mais, para mais doentes. Isto claro, é natural que aconteça, é natural que aconteça, não é? E, portanto, o nosso entendimento é que realmente não é por esta via que se deve tentar criar ou aumentar os apoios que já existem a outros, a outros doentes, e também queria dizer que a verdade é que esta

proposta foi aprovada por unanimidade nesta casa em 2015, estamos a 19 de abril de 2022, e não é de agora que todos reconhecemos que existia uma necessidade, ou que existe uma necessidade de outros doentes de outras patologias, ou os doentes deslocados por via da deslocação de doentes que deve ser aumentada, mas agora vem esta casa, e o CDS teve a propositura, concordem ou não concordem, de apresentar um complemento especial para os doentes oncológicos, que todos nós concordamos. E a questão aqui é que o mecanismo para tentar criar melhores condições, Deputada Alexandra Manes fala dos relatos que tem e claro que nós, que vivemos em ilhas sem hospital, todos nós, e até mesmo os que vivem em ilhas com hospital, que se deparam com doentes deslocados, sabemos que muitas vezes a verba é insuficiente e tem existido esse compromisso, há o compromisso de aumentar em 10% o valor da diária, é preciso avaliar toda a conjuntura em que vivemos relativamente a esse valor. Agora, não é por via do complemento especial ao doente oncológico que o caminho se deve fazer. E é esse o nosso entendimento. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigada, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa: Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, eu pedi a palavra, não estava para voltar a intervir neste debate, mas a intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes obriga-me, obriga-me a vir esclarecê-la, Sr. Deputado. O Sr. Deputado não sabe o que é que está a propor! O Sr. Deputado nem sequer sabe o que é que está a propor. É porque o senhor diz assim, bom, os senhores apresentaram-se aqui como tendo o maior orçamento de sempre para a saúde, portanto, há de lá haver verba para

isto. Sr. Deputado, artigo 5º do DLR de 2015/A, que é o CEDO que o senhor está a alterar, atribuição do CEDO compete ao departamento regional, do Governo regional como matéria, com competência em matéria de segurança social, não tem nada a ver com orçamento da saúde, tem a ver com o orçamento da segurança social.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): E?

O Orador: Portanto, o senhor nem sequer sabe de onde é que quer ir buscar o dinheiro. E, portanto, é isso que eu, o senhor não sabe, o senhor nem sequer sabia, o senhor nem sequer sabe, o senhor disse, os senhores têm para lá dinheiro no orçamento, podem lá encontrar dinheiro para dividir por mais, eu já avisei e acho que é avisado, todos nós percebemos que há uma verba que se for dividida por mais é como um rateio. Ou há menos, ou acaba! E quando ela acabar, os senhores vão ser responsáveis por justificar aqueles açorianos que têm realmente o benefício deste complemento especial para doentes oncológicos que os senhores quiseram repartir a verba que estava disponível para este ano por eles, por outros doentes alargando o universo e isso o senhor devia saber, quando fez esta proposta.

Deputado Miguel Costa: O senhor pode alterar sempre!

Deputada Andreia Cardoso: Sr. Presidente do Governo, isto é desonesto! Dizer que colocaram menos verba para o doente oncológico, isso não é verdade!

O Orador: O senhor devia saber, e se o sabia ainda é mais grave do que a ignorância que revelou ao não saber de que zona do orçamento é que sai a verba para pagar o CEDO. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

Deputada Catarina Cabeceiras: Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. que pertencem aos membros do Governo, a questão que queria colocar era ao bloco de esquerda e há bocadinho passou-me, que era quanto à proposta de alteração, pois, ok. É que a questão é realmente, se é menos de três viagens, se a questão é, depois tem efeitos retroativos aqueles que ultrapassam as três viagens e que fizeram a primeira e segunda viagem, ou, por exemplo, um doente que faz só uma viagem, que é pré transplantado, vai para o continente aguardar o transplante e só faz uma viagem, está um ano à espera, é beneficiário ou não é beneficiário? Mas pronto, não têm tempo, portanto, a gente depois esclarece.

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

Deputado Tiago Lopes: Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e senhores membros do Governo, peço a palavra para participar neste debate porque reconhecendo, como não poderia deixar de ser, obviamente, a qualquer um dos Deputados e dos partidos políticos representados nesta casa, o direito de, como já aqui foi expresso, entenderem que esta não é a forma de contemplar este apoio, ou prever este apoio, há, contudo, alguns argumentos que foram aqui aduzidos e que foram aqui invocados que não podem deixar de ser contestados. Se é certo que eu posso reconhecer a legitimidade de um Deputado, ou de um partido, entender, “não, nós não concordamos com esta forma”, não posso é aceitar que sejam invocados aqui alguns argumentos que minorizam a legitimidade política de Deputados e de grupos parlamentares de apresentar propostas. E é isso que se faz quando se invoca, por exemplo, como fez o Sr. Deputado Paulo Estêvão, então o que é que os senhores fizeram durante 24 anos? Mas que raio de argumento é este?

Deputado Paulo Estêvão: É o argumento que usaram há um ano e meio?

O Orador: E sabem porquê? E é um argumento, e é um argumento que o Sr. Deputado Paulo Estevão, na sua sanha de ataque ao PS, não percebe que o afeta também a ele, e isso é dito pelo partido que nem sequer foi o autor inicial desta proposta. A proposta do CEDO surgiu neste parlamento apresentada por um partido que não era sequer do Governo! E, portanto, o que é que fizeram durante 24 anos? Em primeiro lugar, pode ser dirigido ao PS como é dirigido a qualquer um dos partidos políticos que está aqui nesta casa e que já estava antes. O que é que o senhor fez, Sr. Deputado Paulo Estevão?

Deputado Gustavo Alves: Um contra trinta!

O Orador: Nem sequer apresentou a proposta! É que o CDS ainda apresentou a proposta e foi aprovada, mas, Sr. Deputado Paulo Estevão, há um outro argumento e aliás, é um argumento em que esta maioria tem sido reincidente, que é o seguinte: o PS tem, de certa forma, a sua capacidade diminuída porque há coisas que o PS não pode propor, não pode dizer e não pode falar. Se não apresenta propostas é porque não apresenta propostas, o PS apresenta propostas, é politiquero, é demagógico, inclusive eu também já fui brindado com o epíteto de hipócrita e de irresponsável. Senhores, decidam-se! Ou podemos apresentar propostas ou não podemos apresentar propostas. Mas há algo que tem que ficar aqui perfeitamente claro, se os senhores querem discutir o passado do Partido Socialista estão inteiramente à vontade, a nós interessa-nos sobretudo discutir e propor medidas...

Deputada Ana Luís: Muito bem!

Deputado Gustavo Alves: É propor dessa forma!

O Orador: ... para os desafios do presente e do futuro dos Açores e dos açorianos. Mas há uma outra falácia em que que incorre o Sr. Deputado João Bruto da Costa, e eu vou-me ficar apenas pela falácia, não vou classificá-lo como demagógico. O Sr. Deputado Bruto da Costa, o grande argumento que apresenta contra este projeto de decreto legislativo é, - vejam lá -, “se vier a faltar dinheiro para o tratamento de doentes oncológicos, a culpa é do Partido

Socialista”. Não, Sr. Deputado! Porque quem aprovou nesta casa o poder do Governo Regional alterar livremente o Orçamento da Região foram os senhores, não fomos nós. E, portanto, se porventura chegássemos, - coisa que não acreditamos! -, mas se, porventura, chegássemos a essa situação, a culpa seria diretamente do Governo que ficou com a responsabilidade e o poder de afetar os recursos onde forem necessários, e indiretamente de Vossa Excelência que transferiu para o Governo essa responsabilidade. Mas reconduzindo à questão de fundo, este diploma foi apresentado com um pedido de urgência e dispensa de exame e comissão, e a questão parece-me é que estamos aqui um bocadinho, ou que os senhores estão um bocadinho, atrasados no argumentário. É que muitos dos vossos argumentos fariam até sentido se nós tivéssemos a discutir esta proposta com um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão. Mas, conforme teve oportunidade de lembrar o Sr. Deputado Nuno Barata, já passou algum tempo! O diploma foi à Comissão, qualquer um dos Srs. Deputados tem a possibilidade de apresentar propostas de alteração. Os senhores decidirã e até podem apresentar novos projetos. Os senhores decidirão se e como entendem apresentá-los, mas farão o favor de reconhecer que também nós temos a legitimidade e o poder de apresentar quando entendemos que devem ser apresentados.

Deputado Gustavo Alves: De acrescentar transplantados!

O Orador: E, portanto, a questão de fundo reconduz-se aquilo que este projeto é, tão simples quanto isto. Nós entendemos que estes doentes devem ter direito a um apoio diferenciado. Aliás, entendemos nós e, em bom rigor, entende também o CDS, porque no diploma inicial os doentes transplantados já tinham um tratamento diferenciado em relação ao CEDO, aos doentes oncológicos, e cai, por isso, também pela base, esse argumento. Bastará olhar para o artigo 23º do diploma inicial para ver que cai pela base o argumento de dizer, não, não, não, uma coisa são os doentes transplantados,

outra coisa são doentes oncológicos. Não, no diploma inicial já há um tratamento diferenciado de doentes transplantados.

Deputado Gustavo Alves: Diferenciado ou igual!

O Orador: E, portanto, a questão reconduz-se a isso. Se Vossas Excelências entendem que a proposta, a nossa proposta, faz sentido, pois muito bem. Se entendem que não faz, pois muito bem também. Não queiramos agora é, por um lado limitar aquela que é a nossa liberdade de, a qualquer momento, poder propor projetos ou propostas de alteração, e, em segundo lugar, invocar fantasmas, esses sim, Sr. Deputado João Bruto da Costa, demagógicos e falsos.

Deputado João Bruto da Costa: Falso o senhor demonstrou na sua argumentação que não é!

O Orador: E falsos! E sobretudo falsos e contraditórios com aquilo que foi a decisão que Vossa Excelência tomou na discussão do plano e orçamento. Foi dizer ao Governo Regional, os senhores são livres de fazer as alterações orçamentais que entenderem necessárias e importantes, e, portanto, só chegaremos ao cenário que Vossa Excelência invocou se o Governo quiser, com a sua responsabilidade direta e com a responsabilidade indireta de Vossa Excelência. Muito obrigado.

Deputada Ana Luís: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Sr. Presidente, senhoras e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quero agradecer com toda a humildade democrática as palavras de vossa excelência que, e aqui se calhar com um bocadinho menos de humildade democrática, confirmaram tudo aquilo que eu disse. Vossa Excelência, o Sr.

Deputado Vasco Cordeiro confirmou todos os nossos receios, as nossas preocupações e exatamente tudo aquilo que eu disse, porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse assim, bom, se faltar o dinheiro, que já se prevê que possa faltar, o universo é muito maior, estão 600.000 euros inscritos,...

Deputada Andreia Cardoso: E quanto é estava o passado?!

Deputado Gustavo Alves: O que é isso interessa?

Deputada Andreia Cardoso: Interessa!

O Orador: ... o universo é maior, quando, quando o dinheiro acabar. Não há dinheiro naquela verba! E, portanto, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro diz assim, bom, mas o Governo tem a liberdade de mexer no orçamento como quiser e, portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, aqui é que a sua demagogia esbarra na realidade, que é aquilo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não fez, nem o Sr. Deputado Tiago Lopes, nem ninguém do partido socialista em todo o tempo que este diploma esteve a ser discutido neste plenário e neste, nesta sessão legislativa e que é o seguinte, primeiro, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quanto é que custa esta medida e estendo a pergunta à alteração proposta pelo bloco de esquerda. Quanto é que custa esta medida para ser implementada? Segunda questão, quando estes 600.000 euros que estão aprovados no orçamento regional se esgotarem onde é que os senhores propõem que o Governo tire o dinheiro? É porque brincar com a realidade não é possível.

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E aquilo, por isso eu há pouco na minha primeira intervenção fiz questão de fazer esta referência.

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar dizendo, renovando esta referência. Eu estou verdadeiramente escandalizado com a forma como o partido socialista e o bloco de esquerda estão a tratar os doentes desta região e a fazer demagogia e populismo à conta da doença nesta região. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Sr. Deputado João Bruto da Costa, uma coisa lhe posso dizer relativamente ao custo desta medida, vai custar bem menos por dia, 20 euros por dia, vai custar bem menos do que aquilo que é pago a muitos dos membros do Sr. Presidente do Governo.

(Risos do Deputado Pedro Pinto)

Vai custar bem menos, e é para quem precisa Sr. Deputado, 20 euros por dia e direito a um acompanhante e a 1/3 do montante do tempo que a pessoa está deslocada, é incrível Sr. Deputado como é que o senhor coloca essa questão de quanto é que isto vai custar. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu não queria entrar por este caminho, mas já que Vossa Excelência quer ir por aí eu queria dizer-lhe o seguinte.

Deputado João Bruto da Costa: O senhor vai ter que ir sozinho porque eu já não tenho tempo!

O Orador: Então conter-me-ei um bocadinho. Vossa Excelência tem a coragem de chegar a esta assembleia e a uma discussão dessas invocar a questão da falta de dinheiro? Sr. Deputado João Bruto da Costa, o Governo, nos primeiros dois meses deste ano arrecadou mais 6 milhões de euros de impostos do que no ano passado, e o problema é o apoio aos doentes transplantados?! O Governo, de acordo com a proposta de orçamento de estado para 2022, beneficiará de um aumento nas receitas do IVA, de cerca de 21 milhões de euros, e o problema é a comparticipação dos doentes transplantados?!

Deputado Joaquim Machado: E a outra rubrica do Orçamento de Estado?

O Orador: Desculpe lá, mas nós estamos a falar de quê? Nós estamos a falar de quê, Sr. Deputado João Bruto da Costa?

Deputado Joaquim Machado: Isso é que é demagogia!

O Orador: Só naquilo que são aumentos de receitas com que este Governo não contava, estamos a falar de cerca de 30 milhões de euros. Aumento de 6 milhões de euros de receita fiscal em janeiro e fevereiro de acordo com o boletim de execução orçamental que foi tornado público pelo Governo Regional e aumento de 21 milhões de euros resultante da proposta de orçamento do Estado para 2022, que deu entrada na Assembleia da República, e que aumenta as receitas de IVA,...

Deputado Joaquim Machado: E as outras?

O Orador: ... e o senhor vem-me falar que o problema são as receitas e o custo desta medida?! Sr. Deputado João Bruto da Costa, Sr. Deputado João Bruto da Costa...

Deputado João Bruto da Costa: De onde é que o senhor tira o dinheiro?

O Orador: ... os 6 milhões de euros com que o senhor não estava a contar é francamente suficiente para pagar esta medida.

Deputado João Bruto da Costa: Não é!

O Orador: Os 21 milhões de euros com que o Governo não estava a contar é francamente suficiente para pagar esta medida.

Deputado Rui Espínola: E as dívidas todas que os senhores deixaram!

O Orador: Só não será se vossas excelências não quiserem! Agora, não me venha invocar a questão financeira, porque são os vossos dados que dão conta que o Governo tem, mesmo que não mexa em mais nada, tem mais do que margem suficiente para acomodar aquilo que, eventualmente, possa resultar desta decisão do parlamento.

Deputado João Bruto da Costa: Não é verdade!

O Orador: É, é verdade! Vá ver o boletim de execução orçamental em relação a fevereiro, em 2021, houve 159 milhões de euros de receita executada, receita fiscal, em 2022, 164 milhões de euros, há um aumento de 2.83% nas receitas fiscais face a igual período do ano passado.

Deputado João Bruto da Costa: Olhe, está aqui neste computador, e está aberto!

O Orador: Senhor, eu estou a ver isso no boletim de execução orçamental que está publicado na página do Governo, se o Governo se enganou. Execução do Governo regional em fevereiro,...

Deputado António Vasco Viveiros: Não é isso que está aqui!

O Orador: ... Sr. Presidente eu farei chegar à Mesa uma cópia já que tenho que chegar a este ponto, não, não, não, eu percebo o que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros está a fazer! É que o Sr. Deputado Vasco Viveiros está assustado,...

Deputado António Vasco Viveiros: Não estou!

O Orador: ... (o Sr. Deputado António Vasco Viveiros está assustado) com o crescimento de 113% que é a aquisição de bens e serviços que teve em janeiro e fevereiro face ao ano passado, mas isso é um problema que os senhores criaram, não venham é por em cima do partido Socialista, a responsabilidade daquilo que é o descontrolo de finanças públicas regionais...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

... e o facto de nós estarmos neste momento numa situação de que pese embora estes aumentos, os senhores estão a ver chegar o lume perto da estopa. Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado: No passado o senhor deixou 500 milhões de dívida e tem o descaramento de vir falar de dívida!

Deputado Vasco Cordeiro: Eu não tenho descaramento, tenho o mesmo direito que o senhor! Inscreva-se!

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. O partido Socialista também esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, o PSD também já não tem tempo, pede a palavra para? Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros:** O boletim orçamental que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro falou em que a execução, a cobrança de receitas fiscais até fevereiro de 2021 foi de 105 milhões de euros, e até fevereiro de 2022 foi de 111 milhões de euros e não os 150 milhões de euros que disse o Deputado Vasco Cordeiro. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado. Assim que a Mesa rececionar o documento, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, por interpelação também, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, e senhores membros do Governo, para dizer que o Sr. Deputado Vasco Viveiros tem razão. O engano foi meu! Não obstante, a diferença entre 111 milhões de euros de receita fiscal em 2022 para 105 milhões de euros de receita fiscal em 2021, não invalida qualquer dos argumentos que eu aqui apresentei. Tem toda a razão, são cerca de 6 milhões de euros. Muito obrigado.

Deputada Ana Luís: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo, tivemos oportunidade de verificar aqui o Sr. Deputado Vasco Cordeiro a dizer que uma diferença de 50 milhões de euros ou de 6 milhões de euros não invalida o argumento! Não há, não há nenhuma diferença na viabilidade e na viabilidade do argumento, apesar desta diferença, desta diferença ser tão significativa.

Deputado Vasco Cordeiro: Sr. Deputado Paulo Estevão, seja sério! O Sr. Deputado António Vasco percebeu o que eu quis dizer e corrigiu!

O Orador: Foi o que vossa excelência disse! Sou sempre sério! Bom, Sr. Presidente eu já tenho poucos segundos, poucos segundos, e eu vejo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro está destabilizado, mas o argumento Sr. Deputado foi de vossa excelência, foi de vossa excelência e está incorretíssimo, e descredibiliza a sua intervenção.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Seja sério! 6 milhões a mais de receitas fiscais!

O Orador: O que eu quero dizer é o seguinte, perguntava ao partido socialista o que é que foi feito na saúde? Muita coisa, por exemplo, pagar uma parte significativa da dívida comercial que os senhores deixaram, que os senhores deixaram no âmbito da vossa gestão. Diz o Sr. Deputado, e para quem esteve aqui tantos anos como eu, Sr. Deputado Francisco Coelho também, então durante estes anos todos, o argumento era o Governo do PSD

que já tinha deixado de ser Governo em 96, mas em 2008 era o argumento, em 2012 era o argumento,...

Deputado Vasco Cordeiro: Não era nada!

O Orador: ... em 2020 ainda é o argumento! E agora...

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E agora, termino já Sr. Presidente, e agora que só passou um ano e meio, já o passado está diabolizado, já não se pode falar do que aconteceu há um ano e meio, ainda por cima com responsáveis diretos que ainda aqui estão no âmbito da gestão, quer o Presidente do Governo, quer o diretor regional da saúde, com responsáveis diretos já não se pode falar do que aconteceu há um ano e meio. É inacreditável e quem está a ouvir este debate e teve oportunidade de ouvir ao longo dos últimos 24 anos os debates, pois, percebe a incongruência tremenda. Termino Sr. Presidente que estou, estou sem tempo, mas a verdade é esta. A verdade é esta, é que este diploma não faz sentido nenhum! Coloca em causa o futuro dos doentes oncológicos,...

Deputada Ana Luís: Isso não é verdade!

O Orador: ... a verdade é esta! Com uma irresponsabilidade enorme do partido socialista, que o que disse aqui foi, não há dinheiro! Os senhores desenrasquem-se!

Deputada Ana Luís: Isso não é verdade!

O Orador: Foi o que os senhores aqui acabaram de dizer, isso é inaceitável Srs. Deputados, é preciso garantir o futuro destes doentes, é evidente, é o apoio que tem que ser dado.

Presidente da Assembleia: Agradeço que termine.

O Orador: E os senhores o que estão a dizer, não queremos saber, ainda por cima com o argumento de que afinal o que os senhores dizem, não, os senhores estão falidos, não conseguem pagar. Os senhores estão falidos e não conseguem pagar, então os senhores têm dinheiro ou não têm dinheiro? Os senhores são irresponsáveis ou não são irresponsáveis? São irresponsáveis

porque os senhores estão a colocar em causa estes apoios, especificamente estes apoios.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo, rapidamente até porque também já temos pouco tempo e o PS não tem tempo, mas queria clarificar aqui uma questão que foi levantada pelo Deputado Vasco Cordeiro que disse que na proposta inicial do CEDO...

Deputada Andreia Cardoso: Na Portaria!

A Oradora: estava complementado, estava contemplado os doentes transplantados, e a verdade é que não. Só o artigo 23º que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro menciona é relativo ao regulamento, ao diploma que aprova o regulamento geral de deslocação do serviço regional de saúde.

Deputado Vasco Cordeiro: Que executa o CEDO!

O Orador: Essa portaria de deslocação referente à deslocação de doentes é que faz uma menção, uma menção aos utentes transplantados. Não, a questão é essa porque foi levantada aqui a questão que no diploma inicial do CEDO já previa os doentes transplantados, e isso não é verdade, e era só para clarificar, era para clarificar esta questão e dizer mais uma vez que sim, era neste diploma dos doentes deslocados que deveria ser feita uma alteração. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigada senhora, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Secretário regional das finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Duarte Freitas:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo, apenas duas ou três notas em relação a este diploma com toda a serenidade, mas também com toda a clareza. A lei travão existe na letra de um espírito, e aquilo que se pretende com a lei travão é que os documentos que são aprovados, os documentos orçamentais não sejam desvirtuados depois pelos parlamentos contra aquilo que tinha sido aprovado antes. E neste caso, neste caso tenho sérias dúvidas se não será isto que está em causa, porque ao fim ao cabo, os mesmos 20 euros, por pessoa, vão ter que ser distribuídos por muito mais pessoas, e vamos chegar a um momento do ano onde ou não temos dinheiro, ou temos que alterar os 20 euros,...

Deputado Tiago Lopes: Sr. Secretario, o senhor consegue estimar em 222 quantos doentes oncológicos vão surgir? O senhor está a brincar?

O Orador: Mas gostaria também de fazer outra questão, levantar duas outras questões. Um primeiro erro foi dizer que isso era das verbas da saúde, vimos que era da segurança social, e o segundo erro foi falar-se em 50 milhões de euros a mais e afinal são 6 milhões de euros, mas eu deixo aqui apenas uma questão no ar, é que a lei de, o decreto legislativo regional proposto pelo CDS-PP entrou nesta casa no dia 15 de abril de 2014, e no seu artigo 7º, entrada em vigor dizia, o presente decreto legislativo regional entra em vigor com orçamento na região autónoma dos Açores para 2015.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi correto e cauteloso. Não é o que se está a passar hoje aqui em relação à letra e ao espírito da lei travão. Acresce, acresce e permitam-me, acresce e permitam-me apenas uma nota política ou parlamentar que é esta, o diploma do partido socialista tem data de 15 de dezembro de 2021, isto é, cerca de 15 dias depois de não terem apresentado uma única proposta no orçamento regional para 2022.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Isto é, 15 dias depois de não terem apresentado proposta nenhuma já querem, por esta via alterar o orçamento regional. Isto também é bem revelador de quem eu acho, devia ter outro tipo de postura face às elevadas responsabilidades como maior partido da oposição, que o partido socialista é. Nesse sentido, ficam aqui estas notas e ainda iríamos a tempo de aprovar aqui uma proposta que fizesse entrar em vigor com o orçamento de 2023. Fica a nota aqui às Sras. e Srs. parlamentares.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa: E o artigo 5.º para que é que serve!

Deputado Berto Messias: Sr. Secretário, a Mesa admitiu o diploma!

(*) **Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Secretário regional. A Mesa admitiu e os serviços, com parecer favorável os serviços, assumiu as suas responsabilidades, todos os autores políticos têm mecanismos regimentais para contestar essa decisão da Mesa, ela não foi contestada,...

Deputado Berto Messias: Muito bem!

O Orador: ... todo o processo legislativo decorreu, as Sras. e Srs. Deputados tiveram oportunidade de fazer propostas de alteração incluindo esta que o Sr.

Deputado, que o Sr. Secretário regional acabou por mencionar, ela não deu entrada na Mesa, e, portanto, é a proposta que está admitida, relatada, com a proposta de alteração do BE, que vai ser colocada à votação e naturalmente num processo de democracia, o processo não determina e há outros atores que podem intervir neste processo como têm intervindo noutros processos. E, portanto, é assim a democracia, é assim que devemos proceder.

Deputado Berto Messias: Muito bem!

O Orador: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação. Vamos começar por votar na generalidade do diploma, e estamos a votar para que não haja dúvidas, o projeto de decreto legislativo regional nº 45/XII, primeira alteração ao decreto legislativo regional nº 16/15/A de 17 de junho, que cria o complemento especial para o doente oncológico CEDO, uma iniciativa apresentada pelo partido socialista. Vamos votar na generalidade, as Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As senhoras e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O projeto decreto legislativo regional número 45º/XII foi aprovado na generalidade com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 voto de abstenção do Chega e outro do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Secretário. Iniciamos o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para aqueles que ainda têm tempo? não havendo, vamos colocar à votação o artigo 1º do diploma. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As senhoras e os Srs. Deputados que votam contra, façam o

favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O artigo colocado a votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 voto de abstenção do Chega, e outro do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 2º do diploma. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Os Srs. Deputados, as senhoras e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e um do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 voto de abstenção do Chega, e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o artigo 2º do diploma, com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As senhoras e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O artigo 2º colocado a votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e um do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 voto de abstenção do Chega, e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, os restantes quatro artigos do diploma não foram alvo de proposta de alteração, pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto, o terceiro, o quarto, o quinto e o sexto. Não havendo oposição, então estão à votação o artigo 3º, 4º, 5º e 6º do diploma. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As senhoras e os Srs. Deputados que

votam contra, façam o favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: Os artigos colocados a votação foram aprovados com 25 votos a favor, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 voto de abstenção do Chega e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Votação final global. As senhoras e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As senhoras e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O projeto decreto legislativo regional nº 45/XII foi aprovado em votação final global com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 voto de abstenção do Chega e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Está encerrado este ponto da nossa agenda. Sras. e Srs., para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo, dizer que o que se aprovou aqui nesta casa e a nossa posição mantêm-se que consideramos o mecanismo de apoiar não era por via de uma alteração ao complemento especial do doente oncológico onde com estas alterações que foram propostas, por exemplo, um doente pré transplantado que até era o alvo desta proposta de alteração por parte do partido socialista, em que faça uma deslocação e apenas uma deslocação para ir, por exemplo, para Lisboa a aguardar o seu transplante durante um ano, não será beneficiado por este apoio...

Deputada Ana Luís: Não! Leia! Não é que está escrito! Oncológicos, transplantados e outras patologias!

A Oradora: ... uma vez que tem que ter pelo menos três deslocações. Dizer que a verdade é que aprovamos nesta casa uma iniciativa em que todos aqueles que ouvimos no trabalho de comissão não era este o seu entendimento. Para o CDS, para o CDS, para o grupo parlamentar do CDS, continuamos a dizê-lo que o mecanismo de apoiar, consideramos que existem lacunas que é preciso colmatar para determinados tipos de doentes que não estão contemplados por via deste diploma, mas não era pelo complemento especial de doente oncológico. Muito obrigada.

Deputada Andreia Cardoso: Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigada, Sra. Deputada. Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, nas últimas duas horas neste espaço fez-se mais política do que justiça,...

Deputado Vasco Cordeiro: Por isso isto não é um tribunal!

O Orador: ... e em função disso a votação que eu achei mais adequada em função desse momento foi a abstenção, porque eu acho que a abstenção é que no fundo reflete bem o serviço que prestamos nós aqui aos açorianos sobre esse diploma, e sobre o tempo que decorreu desde dezembro, da apresentação do mesmo, até hoje. Ou seja, houve mais abstenção de atividade do que propriamente vontade de resolver o problema. Não fomos justos, não fomos todos nós justos para com os doentes dos açores. Disse.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, o grupo parlamentar do PS congratula-se com a aprovação desta iniciativa, é uma iniciativa como tivemos oportunidade de referir, nosso entendimento reconhece devida e necessariamente o apoio aos doentes oncológicos, aos doentes transplantados e a todos aqueles que se desloquem para fora da sua ilha de residência para poderem obter os devidos e necessários cuidados de saúde, estamos a falar de um complemento de 20 euros, por dia, de deslocação, o direito a um acompanhante também ir com ele, também ele com direito a diária e de uma antecipação de um montante correspondente a 1/3 do tempo estimado da deslocação para o acompanhante e para o utente, assim que saem da sua ilha de residência. Isto é o mínimo que efetivamente se pode fazer por quem necessita, é essa a preocupação da parte do grupo parlamentar do PS nas iniciativas que apresenta, e não posso deixar de comungar também da opinião manifestada pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, de que se mais e melhor poderia e deveria ter sido feito, não o foi feito efetivamente da parte dos partidos que também suportam este Governo, e do próprio Governo regional, não houve iniciativa para isso, e demonstram efetivamente que não são capazes de fazer mais e melhor. Muito obrigado.

Deputada Ana Luís: Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Isto não é uma declaração de voto!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado João Bruto da Costa

(*) **Deputado João Bruto da Costa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, o grupo parlamentar do PSD não podia acompanhar esta proposta porque ela em si vai criar mais dificuldades a mais doentes do que esta aparência momentânea, eu diria até fugaz de que vai apoiar mais doentes.

Deputada Ana Luís: Só não apoiará se os senhores não quiserem, e serão responsáveis por isso!

O Orador: Nós somos uma região infelizmente com altos índices de dificuldades de rendimentos da nossa população e por isso mesmo estes apoios são essenciais, mas esta região também tem regras orçamentais, também tem equidade para cumprir, e nós não podíamos demagógicamente acompanhar esta proposta, porque ela é populista e porque o seu resultado pode ser muito mau para o fim que deveria atingir. Esta proposta que foi aqui aprovada hoje e que nós votamos contra vai alargar enormemente o universo de doentes que vão ser apoiados pelo CEDO.

Deputado Carlos Silva: E isso seria uma coisa boa!

O Orador: E isso seria uma coisa boa se tivesse sido previsto, orçamentado e discutido em sede própria que é em sede de plano e orçamento. E isso seria uma coisa boa se a previsibilidade das finanças públicas nos desse desde logo a garantia total de que essa verba que está inscrita no nosso orçamento não pode eventualmente ser insuficiente para este alargamento do universo de beneficiários. E por isso o que seria sério seria apresentar esta proposta ou em sede de plano e orçamento, ou com a sua entrada em vigor com o novo plano e orçamento.

Deputado Carlos Silva: Porque é que o senhor não propôs!

O Orador: E isso é que sério...

Deputada Ana Luís: Só o senhor é que é sério!

O Orador: ... e que nós poderíamos com seriedade discutir sem populismos e sem fazer das fragilidades que infelizmente com as governações do partido socialista, muitos açorianos ainda atravessam, sermos a região com maior índice de pobreza do país, e fazermos, não fazermos dessas pessoas a nossa arma de arremesso político, e de populismo como acabou de fazer o partido socialista, e infelizmente todos os que o acompanharam nesta votação. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Sra. Deputada Alexandra Manes, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Alexandra Manes:** Obrigada, senhor Presidente. Sr. Presidente da assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo, começar por deixar uma palavra muito especial a todas as pessoas que infelizmente necessitam deste apoio, felicitar as senhoras e os Srs. Deputados que votaram favoravelmente e mesmo aqueles que se abstiveram porque este pode ser, este pode ser o momento em que se deu, em que se venha a dar uma viragem e que haja a iniciativa de futura por parte do Governo, que esta proposta que foi hoje aprovada seja de carácter transitório e que no futuro se apresente uma proposta mais justa para todas as pessoas que se têm que deslocar. Espera o Bloco de Esquerda, espera o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda que em breve possamos estar nós aqui a debater outra proposta, a revogar estas, e a sermos todos mais justos e mais justas para todos os açorianos que necessitam. Obrigada.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estevão:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo, o que nós, o PPM votou contra porque nós estamos sempre contra a irresponsabilidade, estamos sempre contra o populismo, estamos sempre contra a demagogia, estamos sempre contra a demagogia, e o que é fundamental é que quem aqui aprovou esta proposta não queria saber se os doentes oncológicos ficavam prejudicados, se existia dinheiro para continuar,...

Deputada Ana Luís: Isso não é verdade!

O Orador: ... para continuar a dar o apoio que estava previsto, não querem saber. Não querem saber! O que lhes interessa é pura e simplesmente este número populista e demagógico...

Deputada Ana Luís: O senhor é que sabia bem fazer números!

O Orador: ...que aqui foi feito. E, portanto, esta irresponsabilidade, a irresponsabilidade de quem teve, de quem teve responsabilidades de Governo até há muito pouco tempo diretamente nesta matéria, mas que nunca se lembrou de proceder a qualquer alteração, nunca se lembrou de proceder a qualquer alteração, e de quem até há pouco tempo, no âmbito do debate do orçamento também se não se lembrou desta questão de garantir uma votação que permitisse responder a esta matéria, o que lhes interessou única e exclusivamente foi este populismo atroz que significa a aprovação de uma medida que tem conteúdos absolutamente arbitrários, subjetivos, mal feita, esta legislação, este diploma é do pior que eu já tenho visto nesta, neste parlamento,...

Deputada Ana Luís: Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: ... ao longo de todos estes anos nunca vi, nunca vi um diploma em que pura e simplesmente o que aqui se tentou fazer foi remeter a agenda política deste e daquele, e do outro, sem racionalidade do ponto de vista legislativo, porque nenhum jurista, nenhum Deputado poderá alguma vez dizer que isto tem a menor, que tem a menor racionalidade do ponto de vista legislativo. Não tem e os senhores sabem que não tem! E sabem também que colocam em causa a gestão do sistema, e colocam em causa doentes que até agora têm tido uma resposta positiva, e por isso eu não podia acompanhar o PPM, não podia acompanhar esta proposta, para nós teria sido muito simples, muito fácil entrar, entrar nesta carroça dos vencedores, na carroça da demagogia, para nós seria muito fácil, agora estaríamos ao lado de quem teria aprovado esta matéria. Mas há quem tenha, mas há, há que defender, há que defender aqui, há que defender aqui o sentido de responsabilidade,...

Deputado Nuno Barata: Demagogia é o que o senhor está a fazer aqui com essa declaração de voto!

O Orador: ... a seriedade, o sentido de responsabilidade, a defesa dos interesses das pessoas que estão em causa, que não foram devidamente acautelados, e por isso eu considero que esta medida que aqui foi aprovada, nestas condições sem segurança jurídica, e o futuro o dirá, sem segurança jurídica, com um texto, mal construída, péssimo, quem o fez, quem o fez, quem é o autor desta irresponsabilidade, eu penso que está muito mal enganado em relação ao que a população açoriana pensa sobre esta matéria, porque o que a população quer é que a legislação seja uma legislação eficaz, e justa. Não é este caso! Este é um gesto de total irresponsabilidade!

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Eu não posso, eu gostava de estar noutra. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo, a Iniciativa Liberal votou favoravelmente a esse diploma e votamo-lo ciente do impacto orçamental que pode ter, ciente da lei travão, ciente do artigo 5º que o orçamento aprovado nesta casa em novembro passado que permite ultrapassar os problemas dessa lei travão, ciente de que o próximo orçamento de 2023...

Deputado Joaquim Machado: Sem dizer de onde é que tira!

O Orador: ... não terá um artigo daquela natureza para, ou que dá jeito não ter para aquilo que não dá jeito, e ciente de que o António transplantado, o Francisco transplantado, a Maria transplantada, a Lina transplantada, a

Antónia transplantada, o Rui transplantado, o Vasco transplantado, possam no próximo ano ter um apoio complementar quando se desloquem em tratamento.

Deputado Paulo Estêvão: Já têm!

O Orador: E temos também um complemento, Sr. Deputado, e temos também, e votamos também cientes de que nenhum dos senhores Deputados nesta casa sabe o valor exato e o número exato de doentes oncológicos que vão necessitar do CEDO no próximo ano.

Deputado João Bruto da Costa: Este ano!

O Orador: E, portanto, não é irresponsável aqui este ano, não é irresponsável aqui acrescentar, mas nós não sabemos quantos, porque nós não sabemos quantos e é por isso que existem folgas orçamentais, e quem tem tido o cuidado de olhar para essa questão com seriedade sabe que desde o início deste diploma existe, tem existido sempre grande folga orçamental, e foi por isso, e cientes de tudo isso que aqui acabei de dizer que a Iniciativa Liberal votou favoravelmente esse diploma e bem haja ele ter passado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não existindo está encerrado este ponto da nossa agenda.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e senhores membros do Governo, eu queria informar a câmara que têm estado a assistir aos nossos trabalhos dois alunos e um senhor professor da escola básica e secundária de Santa Maria, a Catarina Castanho e o Martim Quadrado, acompanhados pelo Sr. Professor Rui Quadrado, eles deviam ter estado presentes neste parlamento na sessão do parlamento jovem do ensino básico que se realizou aqui no dia 21 de março, tal não foi possível por um imprevisto que aconteceu, mas a assembleia em conjunto com a secretaria regional da educação não quisemos deixar de criar condições para que pudessem vir ao nosso parlamento assistir aos nossos trabalhos,...

Deputado Vasco Cordeiro: Muito bem!

O Orador: ... e quero em nome deste parlamento dar-vos as boas vindas e saudar-vos.

(Aplausos da Câmara)

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 20 minutos, regressamos às 18h10.

Eram 17 horas e 51 minutos.

Presidente da Assembleia: Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 21 minutos.

Vamos entrar no ponto 3 da nossa agenda: projeto administrativo e regional, número 44/XII: regime jurídico do transporte de animais de produção na Região Autónoma dos Açores, iniciativa apresentada pelo grupo parlamentar do PSD. Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares:** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. E Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo. Esta proposta de decreto administrativo e regional que vamos aqui debater, que vamos aqui apresentar, procura criar na Região Autónoma dos Açores o regime jurídico do transporte de animais de produção. Este regime jurídico que nós propomos aqui é um regime jurídico equilibrado. Equilibrado porque, por um lado, acautela aquelas questões, questões muito pertinentes, relativas ao bem estar animal e, por outro lado, também acautela um importante sector da nossa economia, diria mesmo um dos grandes pilares da nossa economia regional que é a agricultura, a criação de animais e o seu consequente transporte. Portanto, esta é uma proposta equilibrada que

procura acautelar bem estar animal e procura acautelar um dos sectores muito importantes da nossa economia. Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa: Muito bem!

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves: Sr. Presidente, uma interpelação, se faz favor.

Presidente da Assembleia: Para uma interpelação. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Gustavo Alves: Sr. Presidente, queria pedir um intervalo regimental de 30 minutos, se faz favor.

Presidente da Assembleia: É regimental... regressamos daqui a 30 minutos.

Eram 18 horas e 24 minutos.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 04 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, a mesa neste momento não tem inscrições, pergunto se há inscrições? Sr. Secretário Regional da Agricultura, faz favor, tem a palavra.

(*) **Secretário António Ventura:** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. e Sra. Secretária Regional. Umas breves considerações e uma informação sobre alguns dados que, julgamos ser pertinente a este momento informar a Câmara para que, esses mesmos dados, possam fazer parte do debate e da decisão política. Aliás, tendo em conta, também, o elevado, o que enriquece o diploma, o elevado número de propostas de alteração aqui apresentadas e que sei que correspondem a um bom sinal de democracia e de participação na alteração

de uma iniciativa para que o resultado final seja um resultado mais ajustado, mais realista e que possa cumprir a ambição e o dever do bem-estar animal, uma temática que, hoje em dia, exige atenção política. Desde logo, é desejável e útil que na Região Autónoma dos Açores exista um regime jurídico de transporte de animais de produção. É necessário, de facto, haver uma legislação adaptada. Não é que a legislação nacional não pudesse colmatar, ir de encontro às necessidades, mas, nós necessitamos de uma legislação ajustada à nossa realidade arquipelágica, acima de tudo. E, também, é uma legislação que irá permitir referenciar os Açores para um bem que, hoje em dia, toda a sociedade, desde a produção ao consumidor, estão atentos, que são as questões do bem-estar animal, no caso em apreço, no âmbito do transporte marítimo de animais de produção. E, portanto, toda esta legislação que hoje vai ser discutida, debatida e decidida politicamente, nós encaramos como um bem para o agroprodutivo no âmbito da pecuária nos Açores e para aquilo que é a imagem dos Açores no mundo, nas sociedades atuais e naquilo que é o planeamento e a orientação produtiva no âmbito, também, dos planos estratégicos, quer da produção de leite, quer da produção de carne, que estiveram em consulta pública recentemente e que estão orientados para os próximos 10 anos. Ora, na transposição e do ajustamento do DL n.º 265/2007, de 24 julho, temos que reconhecer que quem tomou a iniciativa foi, de facto, o PAN trazendo a esta casa o assunto, levando as pertinentes dúvidas que o assiste, mas, também, abrindo novas temáticas e novas realidades. Agora, o PSD traz uma iniciativa e a iniciativa será enriquecida por um conjunto de propostas de alterações apresentadas, quer, novamente, pelo PAN, pelo PS e pelo Bloco de Esquerda, e, portanto, partidos que querem participar na alteração e na construção de um diploma que esteja mais atento e mais real com a nossa produção. De todas as propostas apresentadas, mas, recuando, até, de forma temporal, relativamente à iniciativa do PAN, há algo que agrada o Governo Regional e que representa uma base, que é, por um lado, o melhoramento das condições do transporte

dos animais de produção, designadamente, no respeito pela alimentação, pela existência de água, pelos cuidados, pelo não sofrimento, e por todo um conjunto de questões de bem-estar animal que são inovadoras, o transporte animal, e, aliás, inovadoras mesmo na Europa, que vão muito mais além daquilo que é o Regulamento 1/2005, e, portanto, nós aqui seremos, esta Assembleia será pioneira em todas essas questões do bem-estar animal. Será fabricado um guia de boas práticas de transporte marítimo inter-ilhas de animais de produção, algo que, também, nos agrada. É definida, nessa proposta, a autoridade regional competente e é introduzida a aplicação do conceito “last in, first out”,...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... o que significa são, os últimos a carregar e os primeiros a descarregar os animais, e, portanto, esse é o conceito internacional, os últimos a carregar e os primeiros a descarregar, respondendo e respeitando as questões de bem-estar animal. Importa, também, a este momento... importa, também, a este momento transmitir um conjunto de informações relativamente àquilo que é um conjunto de prestação, no âmbito da sensibilidade da formação, que o Governo Regional está a prestar para a sensibilização, no que respeita ao transporte de animais de produção, quer seja inter-ilhas, quer seja para a Madeira, quer seja para o continente. Neste sentido, nós já organizamos dois encontros, um realizado em Santa Maria e este mês será realizado outro no Pico, em que juntamos os organizadores, os proprietários, a GNR, no sentido de sensibilizar para todas as questões do bem-estar animal. Há, no caso da Madeira, são muito mais exigentes, nas questões do bem-estar animal, que o próprio continente, mas, há uma legislação a cumprir, independentemente da maior ou menos exigência, há uma legislação a cumprir. E, portanto, esta ação de sensibilização, já realizada em Santa Maria, este mês a realizar no Pico e será realizada em todas as ilhas dos Açores, vai envolver cerca de 150

organizadores, que é o número de organizadores inscritos que nós temos inscritos nos Açores, também, com associações agrícolas, com a GNR em todas as ilhas, de modo a que possamos todos, compreender, operacionalizar e fiscalizar as questões do bem-estar animal. No mês de junho, vão ser realizados dois cursos de formação para tratadores, e, portanto, serão os primeiros dois cursos, os quais pretendemos, novamente, voltar a realizar no final do ano e voltar a realizar em 2023, pelo menos, mais dois cursos. Ou seja, sensibilizar, também, informar os tratadores para as questões do bem-estar animal no cumprimento destas mesmas questões, mas não sendo eles os únicos responsáveis pelo bem-estar animal, ou seja, ser tratador vai exigir um certificado, vai exigir o cumprimento da legislação e de todo um conjunto de normas de bem-estar animal. E temos um plano de proteção animal que cumprimos todos os anos. Ora, importa, também, neste momento, dizer que o caminho seguido até agora – e não é um sucesso só deste Governo, é um sucesso, também, dos anteriores executivos, que vem desde 2005 – que nós, a este momento, temos uma redução de 85% naquilo que são os animais expedidos para o exterior, comparando 2005 com os dados de 2020, mas, também, já conseguimos reduzir em 2019 para 2021, 17% naquilo que é a expedição de animais. Por outro lado, quando comparado o abate de bovinos na Região Autónoma dos Açores de 2020 para 2021, houve um aumento de 10%, ou seja, abateu-se em 2021 relativamente à 2020, mais 7.292 bovinos na Região Autónoma dos Açores. Estamos em crer, com os melhoramentos previstos e que estão enunciados no plano de orçamento, relativamente aos matadouros, quer em São Jorge, quer do Pico, quer em São Miguel, esse número de abate vai aumentar, e, portanto, a expedição em vivo irá diminuir. E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, eram essas as informações, relativamente ao trabalho que estamos a fazer nestas questões do bem-estar animal e naquilo que é a substituição que está a existir relativamente à expedição em vivo pelo abate local de animais. Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, podemos, então, iniciar pelo Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado Sra. Presidência, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. membros do Governo. Como disse o Sr. Secretário Regional, já houve uma iniciativa aqui neste Parlamento e que, na altura, foi a iniciativa do PAN, e, na altura, durante vários argumentos que foram ditos por várias bancadas, o PAN seria, tinha um pensamento demasiado radical com, até, propostas que estavam, até, acima daquilo que a União Europeia tinha e que formalizou em 2005. Mas, não podemos esquecer que, uns dias depois, de nós chumbarmos nesta Câmara a proposta do PAN, 95% das propostas que, supostamente, havia o radicalismo, ou, talvez, um abuso da parte do PAN, relativamente a várias normas que têm sempre a cumprir e sempre a olhar pelo bem-estar animal, que, no dia 05 de abril, na União Europeia, recomendaram e vão mudar a lei com tudo aquilo que o PAN disse e nada mais do que isso. Não inventamos absolutamente nada. Obviamente, que há uma evolução de 2005 para 2020 de a Comissão de Inquérito que foi feita pela União Europeia, é normal, é a sociedade a evoluir, nós não podemos ficar parados no tempo, não podemos ficar parados no tempo, e, essas, pelo menos, todas as recomendações que foram ditas na União Europeia, estão todas explanadas na proposta do PAN que foi chumbada. E era isso só que eu gostaria de dizer para responder, quando disseram que o Deputado regional do PAN, era demasiado radical. É engraçado, quase todos os países deram razão ao PAN, menos aqui na Assembleia Regional. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Alexandra Manes:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. Nos últimos anos, têm sido recorrentes as denúncias documentadas relativas ao transporte de animais vivos, seja por via marítima, ou por via terrestre. Essas denúncias revelam a mudança de paradigma relativamente aos animais, sejam os de companhia, seja, neste caso concreto, a animais ditos de produção. Esta proposta do Grupo Parlamentar do PSD, da criação de um regime jurídico de transporte de animais, vem na sequência da pressão pública que tem transmitido uma clara preocupação, relativamente, à forma como os animais são tratados. No entanto, é de salientar que todo investimento feito na rede de abate existente deve servir para desincentivar, cada vez mais, o transporte de animais vivos que é causador de stress e sofrimento aos animais. Como o Bloco disse, na anterior proposta com o mesmo teor da iniciativa do PAN, o caminho a fazer é o de diminuir o transporte de animais vivos por via marítima até ao seu fim, devendo, por enquanto, ser uma exceção e não uma regra. Neste sentido, há que acautelar que não se criem exceções, como algumas previstas nesta proposta, permitindo, em certas situações, o transporte de animais doentes e feridos, pois, isso, não se coaduna com o bem-estar animal pretendido. A bancada do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não pode negar que da parte do Sr. Secretário da Agricultura tem havido algum sinal, alguns discursos muito bonitos.

Deputado Bruno Belo: Muito bem!

A Oradora: No entanto, há aqui uma coisa, falar nós falamos todos muito bem. É preciso é passar à prática, e, passar à prática parece quem tem sido a coisa mais difícil por parte deste Governo Regional.

Deputado Bruno Belo: Não estrague tudo!

A Oradora: No entanto, podíamos estar aqui, simplesmente... podíamos estar aqui, simplesmente, a criticar esta proposta, no entanto, no que nos move, é a garantia do bem-estar animal. E, como tal, é preciso salientar isto aqui, apresentamos este conjunto de propostas de alteração que vão tornar –

no caso de serem aprovadas, não é – que vão tornar esta proposta de regime jurídico, essencial para se alcançar o objetivo de tornar a nossa região pioneira na área do bem-estar animal, tal como é o objetivo afirmado por este Governo.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputada. A mesa continua sem inscrições. Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares:** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. membros do Governo.

O Partido Socialista durante as legislaturas anteriores, desenvolveu medidas para que no transporte, quer terrestre, quer marítimo, realizado pelos criadores e operadores, fosse assegurado o Bem-estar dos animais transportados, garantindo o cumprimento da legislação já existente, nomeadamente do Regulamento da União Europeia, adaptado ao território nacional, pelo Decreto-Lei nº 265/2007, de 24 de julho, na sua redação atual, e por isso em vigor na Região Autónoma dos Açores.

Também nos últimos anos, e com anteriores governos regionais, foi iniciado um elevado investimento na rede de abates, com melhoria e construções de matadouros e salas de desmancha em todas as ilhas do arquipélago.

Garantindo a qualidade da Carne dos Açores, também em governos anteriores, liderados pelo Partido Socialista, foi efetuada a Qualificação Comunitária de Identificação Geográfica Protegida da Carne dos Açores, sendo que entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022, verificou-se um aumento de abates de animais IGP em 18,9%, em detrimento do aumento do abate dos animais não IGPs em 12,9%.

Como já foi enunciado anteriormente, durante a discussão da proposta de Decreto Legislativo Regional do Regime Jurídico de Transporte Marítimo de Animais na Região Autónoma dos Açores, apresentado pelo PAN, e discutido nesta assembleia em dezembro passado, há uma inversão do que era a tendência, com um decréscimo de animais exportados vivos. Em 2005 foram 46.000 animais em comparação aos 9.066 animais exportadas no ano

de 2020, e já com dados atualizados pelo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em sede de Comissão, em 2021 verificou-se uma redução para 8.798 animais, fruto do investimento iniciado por Governos do Partido Socialista.

A proposta de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, no ponto 3, do artigo 6º e listado no seu anexo III, prevê uma redução do número de animais por contentor, no transporte marítimo, com aumento do número de intervalos de pesos.

Contrariamente ao indicado no preâmbulo da proposta, “Considerando a irrevogável urgência de não tornar, por qualquer via, muito menos por via legislativa, mais dispendiosos os encargos associados à atividade agropecuária na Região “, esta alteração originará, logo desde no primeiro embarque, um aumento dos custos para os produtores açorianos, custo este que não será desde logo compensado pela valorização da carne açoriana, valorização esta, que segundo o Senhor Secretário Regional, acontecerá pela aplicação do regime jurídico direcionado ao Bem-estar dos animais proveniente dos Açores.

Considerando o aumento de custo de produção que todos os produtores açorianos, resultante da situação mundial, e transversal a muitas áreas económicas da região, este não deverá ser mais um custo imediato a ser suportado pelos produtores.

Neste sentido, na sua proposta de alteração, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista retoma a área por animal, no transporte marítimo de Bovinos, que consta na Regulamentação da União Europeia, não contribuindo de imediato para mais um aumento de custo para os produtores açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Rui Martins, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigada Sr. Presidente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo. O Grupo Parlamentar do CDS, obviamente, vai subscrever este diploma apresentado pelo PSD, porque, efetivamente, já tinha sido apresentado nesta casa um documento do PAN, que tinha muitos méritos, mas, tinha também, muitos deméritos, daí a nossa posição, na altura, de votar contra, e, também, não incluía o transporte rodoviário, apesar de poder haver aplicação nacional, mas falava, exclusivamente, logo no... ok, posso estar a cometer uma imprecisão, talvez na... mas, de qualquer das formas, na generalidade, tinha muitos pontos que nos levavam a maior discordância do que concordância. E, este documento, consideramos que repõe aqui alguma... são regras importantes aquilo que a Deputada Joana Pombo, também, acaba aqui por levantar e que está na proposta do Partido Socialista, nós vamos acompanhar, porque consideramos que é muito mais sensato, nesta fase, haver este enquadramento que não seja tão penalizador. E, de qualquer das formas, consideramos que, também tem havido um esforço da parte do Governo Regional, seja pelo investimento que está a ser feito na rede de matadouros e para o abate, seja que esse esforço, também, ira contribuir, e muito, para a redução da necessidade deste transporte de animais vivos, e, que, se está a trabalhar – e este Governo tem dado mostras disso – se estar a trabalhar para que a região tenha, efetivamente, ações e comportamentos que promovam o bem-estar animal e que, em última análise, também, sejam consentâneos com aquilo que é... uma palavra que o Deputado Pedro Neves diz muito, mas aquilo que é as necessidades sociais ou aquilo que a sociedade acaba por exigir, também, que os políticos acabem por implementar e que seja a pratica, neste caso, a atividade na lavoura e do maneio de animais. Por isso, de uma forma muito genérica, nós, vamos acompanhar o diploma do PSD e já deu para fazer aqui uma aturada avaliação, também, das propostas de alteração e que, muitas

delas, nos parecem pertinentes e que, obviamente, na especialidade, iremos acompanhar. E, pronto, é a posição do Grupo Parlamentar do CDS é que estamos perante um documento que vai trazer e introduzir melhorias no maneió animal e no transporte de animais vivos na região e isso é sempre de saudar. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Gustavo Alves:** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Sras. e Srs. membros do Governo. Estamos aqui, nesta Assembleia, a debater, pela segunda vez, este assunto do regime jurídico de transporte de animais de produção na Região Autónoma dos Açores em que foi trazido, pela primeira vez, aqui pelo Deputado do PAN, Pedro Neves, ao qual dou-lhe todo o mérito de trazer esse assunto e de debater, e, apesar de ter sido chumbado, nesta casa temos todo o direito de, cada um, esgrimir os seus argumentos, e, à primeira vista, ou, na primeira proposta, foi chumbada. Mas, trazido agora pelo Grupo Parlamentar do PSD, com diversas alterações, em que nos parece que está mais equilibrado, tanto para o bem-estar animal, como, também, para o agricultor-exportador. Então, com este novo diploma e com as alterações que temos para debater na especialidade, parece-nos que, finalmente, vai sair um diploma interessante para garantir esse bem-estar animal e o bem-estar no transporte marítimo, principalmente, marítimo desses mesmos animais. Sendo assim, o Grupo Parlamentar do PPM irá passar, agora, da generalidade para a especialidade, em que temos diversas propostas de alteração que robustece este diploma, mas, também, aqui no trabalho parlamentar, também, implica algum esforço e orientação para conseguirmos com que, finalmente, seja um bom regime jurídico aqui aprovado nesta Assembleia. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos iniciar. Sr. Deputado Luís Soares, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares:** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo. O Sr. Deputado Pedro Neves, primeiro, uma palavra para si para lhe dizer que o Sr. não está sozinho nas questões do bem-estar animal.

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: O PSD não apresenta iniciativas que vão de encontro ao bem-estar animal, portanto, o PSD também se preocupa, o PSD, o PS também se preocupa com o bem-estar animal. Mal seria se assim não fosse, mal seria se assim não fosse. Portanto, partidos que têm responsabilidade e que estão no barco da governação, se não se preocupassem com o bem-estar animal, ainda não tínhamos avançado para lado nenhum, continuávamos a maltratar animais. Depois, dizer que sim.

Deputado Pedro Pinto: Muito bem!

O Orador: Os regimes jurídicos transmitem confiança aos atores no mercado, portanto, todos os intervenientes nesta cadeia tendo um regime jurídico, algo que regule a sua atividade, sentem-se mais confiantes. Portanto, a lei aqui não é para atrapalhar, mas, a lei, também, não pode penalizar a economia e a economia tem que privilegiar o bem-estar animal.

Deputado Gustavo Alves: Muito bem!

O Orador: E, com esta dualidade de situações, elas têm que ser simbióticas, elas têm que se relacionar, elas são indissociáveis. O que garantiu os Açores, nesta época de pandemia, e não sei se alguém já os reconheceu, foram os nossos criadores de animais, a nossa lavoura, os nossos lavradores, a nossa agricultura. Eles não se confinaram, eles todos os dias saíram de casa para

cuidar dos seus animais. Portanto, a essas pessoas também devemos prestar uma homenagem. Eles são, efetivamente, os arautos do bem-estar animal, são os produtores, aqueles que garantiram aos animais a sua subsistência e a sua chegada até estes dias. Mesmo quando não havia PAN, havia quem cuidasse dos animais,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... os animais eram cuidados. Portanto, não é exclusivo do PAN. Sra. Deputada Alexandra Manes, nós não, nós não apresentamos propostas que vão de encontro às questões do bem-estar animal. Quanto à tabela e a proposta de alteração apresentada pelo PAN... pelo PS, aliás, desculpe... são da mesma família... não são... não são, não são, não são, não são a mesma coisa...

Deputado Vasco Cordeiro: É a mesma coisa que o PPM e o PSD. São a mesma coisa!

O Orador: Penso eu que não são, mas, se os Srs. dizem que são, eu não nego...

Deputado Vasco Cordeiro: Estávamos a falar do bem-estar animal!

O Orador: Eu não vou de encontro àquela que é a vontade expressa por cada um, portanto, se os Srs. querem ser iguais, serão iguais, serão iguais. Mas, relativamente à tabela, sim, nós vamos acompanhar a proposta do PS, vamos acompanhar a proposta do PS. No entanto, nós apresentamos uma tabela que, sendo mais exigente, podia criar aqui mais contentores de gado, mas, o acondicionamento dentro do contentor, considerando a área que cada animal ocupava através da volumetria que, também, tinha, dava, exatamente, os mesmos animais. O que podia ter era uma exploração que tivesse distanciamentos de pesos maiores e que teria, se calhar, que aguardar que um animal compensasse mais no peso para poder ser embarcado em simultâneo com outro. Era a única situação que poderia aqui atrapalhar, digamos assim, esta questão. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado, Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves:** Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. membros do Governo. É só para não esquecer de uma coisa que é muito importante. O Sr. Deputado Luís Soares, depois, vai-me ter que responder para o ano, em 2023, quanto aquilo que vai ser uma norma europeia e que nós vamos ter que cumprir, se vamos fechar a economia açoriana...

Deputado Pedro Pinto: Não foi nada disso!

O Orador: Por aquilo que disse é que o PAN não fez uma harmonização e não teve, sequer, o cuidado de todos os lavradores, antes ou pós o PAN. Já não concordo consigo, relativamente, ao PSD que quer o bem-estar animal, isso já tenho algumas dúvidas, mas, quanto à norma europeia, e todos os países forem obrigados, se o Sr. Deputado Luís Soares vai querer fazer uma escusa para a Região Autónoma por ser uma RUP, ou, se, vamos tentar, todos juntos, não fechar os Açores devido à economia, porque, eu sei que, os Açores, sem a exportação dos animais vivos para o continente, deixava de existir... eu estou a ser sarcástico, neste momento. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos, então, iniciar o processo de votação. Iniciando a votação deste projeto de Decreto Legislativo Regional, n.º 44/XII, iniciando pela votação na generalidade. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: O projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XII, foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o art.º 1.º do diploma... peço desculpa.... Iniciamos o debate na especialidade, pergunto se há inscrições? Então, coloco à votação o art.º 1.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

Secretário da Assembleia: O artigo colocado à votação, foi aprovado, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Existem 5 propostas de alteração do Bloco de Esquerda ao art.º 2.º, pergunto à Câmara se posso coloca-la à votação em conjunto? Não. Então, vamos começar, uma a uma. A proposta de alteração de eliminação da alínea d) ao art.º 2.º, apresentado pelo Bloco de Esquerda. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentarem. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente. 2 à favor do BE.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea e) do art.º 2.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS...

Presidente da Assembleia: Não, não...

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos à favor do PS... Vamos repetir.

Presidente da Assembleia: 2 do BE...

Secretário da Assembleia: Não...

Presidente da Assembleia: 1 do PAN, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. Vamos repetir a votação. Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea e) do art.º 2.º. As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada, com 25 votos à favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente. 25 contra do PS, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea f) do art.º 2.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 25 à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea g) do art.º 2.º. Proposta de eliminação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de eliminação colocada à votação, foi rejeitada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 25 votos à favor do PS, 2 do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea n) do art.º 2.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As

Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 2 à favor do BE e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN a esta mesma alínea, alínea n) do art.º 2.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, e 1 voto contra, também, do Chega. 25 à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Vamos votar o art.º 2.º do diploma com a proposta de alteração que aprovamos. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Estamos a votar... peço desculpa. Vamos repetir. Vou colocar à votação o art.º 2.º do diploma com a proposta de alteração que acabamos de introduzir. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada, com 25 votos à favor do PS... O art.º 2.º colocado à votação foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 2 contra do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o art.º 3.º. A primeira proposta de alteração é do Bloco de Esquerda ao n.º 1 do art.º 3.º. Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 1 do art.º 3.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem

como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 2 à favor do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação uma proposta de alteração apresentada ao mesmo número, ao n.º 1 do art.º 3.º, apresentada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista a este mesmo número, ao n.º 1 do art.º 3.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada, com 25 votos à favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 2 contra do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 2 do art.º 3.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 21 votos do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da

Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 25 à favor do PS, e 2 do BE e o voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada a este mesmo número pelo PAN, ou seja, ao n.º 2 do art.º 3.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Faz favor, Sr. Secretário...

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta apresentada pelo PAN à alínea a) do n.º 4 do art.º 3.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 5, do art.º 3.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. O Sr. Deputado que vota contra, faça favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada, com 25 votos à favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 1 voto contra do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de aditamento n.º 6, ao art.º 3.º, apresentada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de aditamento colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do

Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco, agora, à votação o art.º 3.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de aprovar. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: O art.º 3.º, colocado à votação, foi aprovado, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Art.º 4.º. A primeira proposta de alteração é do Partido Socialista. O n.º 1, do art.º 4.º, coloco à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: A proposta de alteração seguinte é apresentada pelo PAN, uma proposta de alteração ao n.º 6, do art.º 4.º. peço desculpa...? Faz favor, Sr. Deputado

Deputado não identificado: (impercetível)

Presidente da Assembleia: Eu não estou a conseguir ouvi-lo.

Deputado Pedro Neves: Sr. Presidente, interpelação à mesa. Sr. Presidente, é, porque, eu preciso de votar, também. O meu sentido de voto não é favorável não só às minhas propostas de alteração, mas, também, ao diploma em si e a minha votação depende do artigo. Neste caso, estamos no art.º 4.º, mas, por exemplo, eu tenho um sentido de voto diferente para o n.º 2, n.º 3, do que aquilo que eu tenho para o n.º 4, antes da minha proposta de alteração.

Presidente da Assembleia: Ok.

Deputado Pedro Neves: Nós só estamos a votar as propostas de alteração e eu tenho que votar, também, os números do diploma em si.

Presidente da Assembleia: O que precisa de votar em separado é o n.º 2 e o n.º 3?

Deputado Pedro Neves: Não, neste caso, é o n.º 4 e o n.º 5, até agora. E, depois, todas as outras alíneas, a partir, do n.º 7.

Presidente da Assembleia: Peço desculpa...?

Deputado Pedro Neves: Neste caso, é o n.º 4 e o n.º 5...

Presidente da Assembleia: Em separado...

Deputado Pedro Neves: Em separado. E, depois, no n.º 7, também. Mas, o n.º 7, não, no n.º 7 temos uma pós-alteração, por isso, não é preciso. É o n.º 4 e o n.º 5, por favor.

Presidente da Assembleia: E podem ser em conjunto, o n.º 4 e o n.º 5? Então, coloco à votação os n.ºs 4 e 5, do art.º 4. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. O Sr. Deputado que vota contra, faça favor de se sentar. Faz favor.

Secretário da Assembleia: O n.º 4 e 5, do art.º 4.º, colocado à votação, foi aprovado, com 25 votos à favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 1 voto contra do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN, ao n.º 6, do art.º 4.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de eliminação do n.º 7, do art.º 4.º, apresentada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de eliminação colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação o art.º 4.º do diploma, com a proposta de alteração que foi aprovada. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O art.º 4.º, colocado à votação, foi aprovado, com 25 votos à favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente. 2 contra do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o art.º 5.º. A primeira proposta de alteração, é uma proposta de eliminação do n.º 2, do art.º 5.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda. É essa proposta que eu coloco à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de eliminação colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente. 2 votos à favor do BE.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN, ao n.º 2, do art.º 5.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada, com 25 votos à favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente. 2 votos contra do BE.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN, ao n.º 3, do art.º 5.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento do n.º 4, ao art.º 5.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de aditamento colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente. 2 votos à favor do BE.

Presidente da Assembleia: Está à votação o art.º 5.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de aprovar. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O art.º 5.º, colocado à votação, foi aprovado, com 25 votos à favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente. 2 contra do BE.

Presidente da Assembleia: Passamos para o art.º 6.º. A primeira proposta de alteração, é do Bloco de Esquerda, ao n.º 1, do art.º 6.º. É essa que coloco à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. 25 votos à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: A próxima proposta de alteração é apresentada pelo Bloco de Esquerda, a alínea a) do n.º 4, do art.º 6.º. Sra. Deputada para uma interpelação.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares:** Uma interpelação de mesa, por favor, Sr. Presidente. Queria só confirmar consigo que o anexo 3 pode ser votado independente deste ponto.

Presidente da Assembleia: Pode, sim Sra.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares:** Ok, obrigada.

Presidente da Assembleia: E vai ser votado no final. Portanto, coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea a), do n.º 4, do art.º 6.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. 25 à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está, assim, prejudicada a proposta apresentada pelo PAN, também esta alínea por ser de igual teor. A próxima proposta de alteração é uma proposta de eliminação da alínea e), do n.º 4, do art.º 6.º, apresentada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de eliminação colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. E 1 voto à favor do PAN.

Presidente da Assembleia: Está a votação a próxima proposta de alteração que é apresentada pelo Bloco de Esquerda. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor. O n.º 5. Então, vamos colocar à votação o n.º 5, do art.º 6. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O n.º 5, do art.º 6.º, colocado à votação, foi aprovado, com 25 votos à favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. E 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, proposta de eliminação da alínea a) do n.º 7, do art.º 6.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de eliminação colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente. E 2 votos à favor do BE.

Presidente da Assembleia: Coloco à votação a proposta de aditamento do n.º 10, ao art.º 6.º, apresentada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de aditamento colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. E 1 voto à favor PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação o art.º 6.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: O art.º 6.º, colocado à votação, foi aprovado, com 25 votos à favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. E 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Avançamos para o art.º 7.º. A primeira proposta de alteração, é apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 1, do art.º 7.º. E é essa a proposta que coloco à votação, portanto, proposta de alteração ao n.º 1, do art.º 7.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 21 votos à favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. 25 à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN, a este mesmo número, ao n.º 1, do art.º 7.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi aprovada, com 21 votos à favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente. 25 votos contra do PS.

Presidente da Assembleia: Está à votação proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 5, do art.º 7.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. Peço desculpa...? Faz favor, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Rui Martins:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Era no n.º 7, do art.º 7.º...

Presidente da Assembleia: Ainda não chegámos lá.

(*) **Deputado Rui Martins:** Ok, peço desculpa, foi lapso meu. Estava a pensar que estávamos a votar a do PAN. Obrigado.

Presidente da Assembleia: Nós estamos a votar a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 5, do art.º 7.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As

Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar. O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. 2 à favor do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 6, do art.º 7.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. 25 à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Esta à votação a proposta de aditamento do n.º 6, ao art.º 7.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam... é um 7, é um 7, exatamente. Portanto, a proposta de aditamento do n.º 7, ao art.º 7.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de aditamento colocada à votação, foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do PAN. 25 à favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente da Assembleia: Esta à votação uma proposta de aditamento do n.º 7, ao art.º 7.º, apresentada pelo PAN. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Martins:** Queria uma interpelação. Era para pedir para se votar a alínea d) em separado de todas as outras.

Presidente da Assembleia: A alínea d) em separado.

(*) **Deputado Rui Martins:** Obrigado.

Presidente da Assembleia: Então, colocamos à votação as alíneas a), b) e c), do n.º 7, da proposta de aditamento apresentada pelo PAN ao art.º 7.º. Alíneas a), b) e c), do n.º 7. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. Faz favor.

Secretário da Assembleia: As propostas de aditamento colocadas à votação, foram aprovadas, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Está à votação a alínea d), do n.º 7, da proposta de aditamento ao art.º 7.º apresentada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A alínea d), colocada à votação, foi rejeitada, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. 2 à favor do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 8, ao art.º 7.º, apresentada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: A proposta de aditamento colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Está à votação uma proposta de aditamento do n.º 9, ao art.º 7.º, apresentada pelo PAN. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: A proposta de aditamento colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Coloco, agora, à votação o art.º 7.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de introduzir. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: O art.º 7.º colocado à votação, foi aprovado, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Está à votação o art.º 8.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário da Assembleia: O art.º 8.º colocado à votação, foi aprovado, por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Está à votação, em relação ao art.º 9.º, a primeira proposta de alteração é do Bloco de Esquerda, ao n.º 1, do art.º 9.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. 25 à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN, ao n.º 1, do art.º 9.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão. As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário da Assembleia: A proposta de alteração colocada à votação, foi rejeitada, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente. 25 à favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente da Assembleia: Sras. e Srs. Deputados, eu nem dei pela ultrapassagem da hora regimental. Peço-vos desculpa. Há disponibilidade da Câmara para acabarmos a votação, ou, encerramos os nossos trabalhos?

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 20 horas e 14 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Partido Social Democrata (PSD)

Maria Salomé Dias de Matos

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos que entraram na sessão

Listagem da correspondência

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 13/XV (PCP) - Plano Estratégico para a Soberania Alimentar Nacional - n.º 94/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 04 – 11

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 04 – 28;

Assunto: N.º 14/XV (PCP) – Aprova medidas urgentes para a produção de cereais - n.º 95/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 04 – 11

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 04 – 28;

Assunto: N.º 15/XV (PCP) – Medidas para melhoria do funcionamento da cadeia agroalimentar - n.º 96/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 04 – 11

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 04 – 28;

Assunto: N.º 42/XV (PSD) – Oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais) e terceira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos) - n.º 98/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 04 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2022 – 05 – 04;

2- Proposta de Lei:

Assunto: N.º 4/XV/1.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2022 - n.º 97/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 04 – 27;

3- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 52/XII

Assunto: [Nona alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto – Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2022 – 03 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de parecer: 2022 – 05 – 02;

N.º 53/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2020/A, de 19 de julho, que estabelece o Regime Jurídico do Estatuto da Agricultura Familiar na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2022 – 03 – 22

Comissão: Economia

Data Limite de parecer: 2022 – 04 – 26;

N.º 54/XII

Assunto: [Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 03 – 23

Comissão: Política Geral

Data Limite de parecer: 2022 – 05 – 12;

N.º 55/XII

Assunto: [Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, que estabelece a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: DI

Data de Entrada: 2022 – 04 – 18

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

4- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 32/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova a organização e funcionamento do instituto de alimentação e mercados agrícolas, IPRA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 09

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2022 – 04 – 11;

N.º 33/XII

Assunto: [Política regional de qualificação e emprego](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 11

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2022 – 04 – 29;

5- Projetos de Resolução:

N.º 102/XII

Assunto: [Medidas de apoio aos produtores de leite de São Jorge](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2022 – 03 – 14

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2022 – 04 – 18;

N.º 103/XII

Assunto: [Isenção de pagamento de contribuições para a Segurança Social no setor agrícola](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2022 – 03 – 22

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 104/XII

Assunto: [Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço dos meios e ações de fiscalização da Subárea dos Açores da Zona Económica e Exclusiva](#)

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2022 – 04 – 04

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 105/XII

Assunto: [Estratégia agrícola regional de emergência para a produção e armazenamento de cereais](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 04 – 05

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 106/XII

Assunto: [Medidas de apoio às famílias e à atividade económica da ilha de São Jorge na sequência da crise sismo-vulcânica](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 08

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 107/XII

Assunto: [Distribuição gratuita de produtos de saúde menstrual](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 04 – 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2022 – 05 – 13;

N.º 108/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a criação de um regime transitório para os pescadores do Porto da Caloura](#)

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 110/XII

Assunto: [Atualização do valor da remuneração complementar e utilização do regime jurídico de preços como forma de mitigar os efeitos da inflação na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 04 – 18

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

6- Anteproposta de Lei:

N.º 7/XII

Assunto: [Assegura o aumento do subsídio de risco para os profissionais das forças e serviços de segurança](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2022 – 03 – 16

Comissão: Política Geral

Data limite de parecer: 2022 – 04 – 18;

N.º 8/XII

Assunto: [Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2022 – 04 – 01

Comissão: Política Geral

Data limite de parecer: 2022 – 05 – 05;

N.º 9/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, na sua redação, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social](#)

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2022 – 04 – 07

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 10/XII

Assunto: [Décima quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2022 – 04 – 11

Comissão: Política Geral

Data limite de parecer: 2022 – 05 – 16.

7- Petições:

N.º 28/XII

Assunto: S. Mateus da Calheta em direção a Vila

Proveniência: Paulo Duarte Gomes

Data de Entrada: 2022 – 03 – 18

Comissão: Política Geral

Data limite de parecer: 2022 – 06 – 06.

8- Requerimentos:

Assunto: [Pedido de informação sobre as medidas de saúde pública relativas à prevenção e consumo de substâncias psicoativas](#)

Autores: Célia Pereira, Tiago Lopes e Vilson Ponte Gomes (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 11

Referência: 54.02.00 – N.º 316/XII;

Assunto: [PS solicita informações sobre execução do contrato-programa com a Associação Turismo Açores \(ATA\)](#)

Autores: Vilson Ponte Gomes, Carlos Silva e Sandra Faria (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 14

Referência: 54.02.00 – N.º 317/XII;

Assunto: [Problemas nas instalações da Escola Luísa Constantina](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 14

Referência: 54.06.02 – N.º 318/XII;

Assunto: [Corvinos sem acesso a medicina dentária desde 20 de janeiro](#)

Autor: Lubélio de Fraga Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 15

Referência: 54.02.09 – N.º 319/XII;

Assunto: [Aeródromo da ilha do Corvo 2](#)

Autores: Paulo Estêvão e Gustavo Alves (PPM)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 15

Referência: 54.07.09 – N.º 320/XII;

Assunto: [Atraso no início das obras de recuperação do Circuito Pedonal entre a Praia e o Aquário de Porto Pim na Ilha do Faial](#)

Autores: Tiago Branco e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 16

Referência: 54.02.07 – N.º 321/XII;

Assunto: [Quanto custou e custará o acordo negocial que levou ao fim da greve da Atlanticoline?](#)

Autores: Ana Luís, Maria Isabel Teixeira, José Ávila, Mário Tomé, Rui Anjos e Tiago Branco (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 322/XII;

Assunto: [Registo de animais de companhia e errantes \(RACE\)](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17

Referência: 54.10.00 – N.º 323/XII;

Assunto: [Transporte marítimo de mercadorias ilha de Santa Maria](#)

Autora: Elisa Sousa (PSD)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17

Referência: 54.03.01 – N.º 324/XII;

Assunto: [Obras Porto comercial das Lajes das Flores](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17

Referência: 54.06.08 – N.º 325/XII;

Assunto: [Custos associados ao funcionamento da estrutura de missão dos Açores para o espaço](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17

Referência: 54.10.00 – N.º 326/XII;

Assunto: [Eventuais achados arqueológicos nas obras do Porto das Pipas](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 21

Referência: 54.06.03 – N.º 327/XII;

Assunto: [Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 21

Referência: 54.06.00 – N.º 328/XII;

Assunto: [PS/Açores questiona Governo sobre medidas urgentes de apoio aos agricultores](#)

Autores: Carlos Silva, Berto Messias e José Gabriel Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 329/XII;

Assunto: [Aumento das quotas do goraz](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 330/XII;

Assunto: [Procedimentos e mecanismos em vigor para o apoio e acolhimento aos refugiados ucranianos nos Açores](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 331/XII;

Assunto: [Critérios que determinam os valores definidos de TF e CTK nas fórmulas de avaliação do preço máximo de fornecimento do fuelóleo](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 29

Referência: 54.06.00 – N.º 332/XII;

Assunto: [Decisão relativa às candidaturas no âmbito do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais \(RJAAC\)](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 333/XII;

Assunto: [Fim do voo SATA ao domingo para a Ilha do Corvo](#)

Autor: Lubélio de Fraga Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 30

Referência: 54.02.09 – N.º 334/XII;

Assunto: [SAP de São Roque e Lajes do Pico sem presença de médicos](#)

Autores: Tiago Lopes, Miguel Costa e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 30

Referência: 54.02.06 – N.º 335/XII;

Assunto: [Aeródromo da ilha do Corvo 3](#)

Autores: Paulo Estêvão e Gustavo Alves (PPM)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31

Referência: 54.07.09 – N.º 336/XII;

Assunto: [Programa anual de deslocações de profissionais de saúde para 2022](#)

Autores: Tiago Lopes, Joana Pombo Tavares, José Ávila, Lubélio Mendonça, Maria Isabel Teixeira e Mário Tomé (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 337/XII;

Assunto: [Pedido de informação sobre o "Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores"](#)

Autores: Célia Pereira, Vilson Ponte Gomes e Tiago Lopes (PS)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 338/XII;

Assunto: [Procedimentos concursais na Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31

Referência: 54.09.00 – N.º 339/XII;

Assunto: [Procedimentos do Serviço Regional de Saúde no acompanhamento a pessoas transexuais](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 340/XII;

Assunto: [Referenciação e consulta para Síndrome Pós-COVID](#)

Autores: Tiago Lopes, Ana Luís, Rodolfo Franca, Célia Pereira e Maria Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2022 – 04 – 01

Referência: 54.02.00 – N.º 341/XII;

Assunto: [Encerramento de Unidade Cerebrovascular do HDES, EPE](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 04 – 07

Referência: 54.06.02 – N.º 342/XII;

Assunto: [Área protegida de gestão de recursos da Caloura – Ilhéu de Vila Franca do Campo](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 04 – 08

Referência: 54.09.02 – N.º 343/XII;

Assunto: [Medidas de preservação dos achados arqueológicos no Porto das Pipas](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 04 – 08

Referência: 54.06.03 – N.º 344/XII;

Assunto: [Termas do Carapacho](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2022 – 04 – 11

Referência: 54.10.04 – N.º 345/XII;

Assunto: [Apoio à natalidade](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2022 – 04 – 12

Referência: 54.09.00 – N.º 346/XII;

Assunto: [Atendimento de utentes Surdos no Serviço Regional de Saúde](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13

Referência: 54.06.00 – N.º 347/XII;

Assunto: [Cessaçãõ do apoio médico especializado na Unidade de Cuidados Paliativos do HDES no período noturno](#)

Autores: Tiago Lopes, Andreia Costa, Célia Pereira, Rodolfo Franca e Ana Luís (PS)

Data de Entrada: 2022 – 04 – 14

Referência: 54.02.02 – N.º 348/XII.

9-

Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Pedido de informação sobre continuidade de tratamentos com toxinas botulínicas no Hospital do Divino Espírito Santo \(HDES\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 14

Referência: 54.02.02 – N.º 291/XII;

Assunto: [Projeto LIFE SNAILS](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 14

Referência: 54.02.01 – N.º 300/XII;

Assunto: [A ilha Graciosa não pode estar sem RX](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 14

Referência: 54.02.41 – N.º 304/XII;

Assunto: [Monitorização Ambiental – Infestação por Térmitas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17

Referência: 54.02.00 – N.º 301/XII;

Assunto: [Concessão do Pavilhão do Mar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17

Referência: 54.10.02 – N.º 302/XII;

Assunto: [Descarga de efluentes agropecuários na ribeira da Ribeira Grande](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 24

Referência: 54.08.02 – N.º 311/XII;

Assunto: [Rentabilidade das rotas da SATA Azores Airlines](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 29

Referência: 54.09.00 – N.º 306/XII;

Assunto: [Preocupação com a atualização do Sistema de Identificação Parcelar \(iSIP\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 30

Referência: 54.01.00 – N.º 313/XII;

Assunto: [Profissionais de Educação - Impedidos de se Candidatarem ao Concurso de Pessoal Docente](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 30

Referência: 54.02.00 – N.º 314/XII;

Assunto: [PS solicita informações sobre execução do contrato-programa com a Associação Turismo Açores \(ATA\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 317/XII;

Assunto: [Aeródromo da ilha do Corvo 2](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31

Referência: 54.07.09 – N.º 320/XII;

Assunto: [Atraso no início das obras de recuperação do Circuito Pedonal entre a Praia e o Aquário de Porto Pim na ilha do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31

Referência: 54.02.07 – N.º 321/XII;

Assunto: [Consultas de especialidade de Psicologia e Psiquiatria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 04

Referência: 54.06.00 – N.º 307/XII;

Assunto: [Dados sobre o número de casos - Doenças Neurodegenerativas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 04

Referência: 54.10.00 – N.º 310/XII;

Assunto: [Custos associados ao funcionamento da estrutura de missão dos Açores para o espaço](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 04

Referência: 54.10.00 – N.º 326/XII;

Assunto: [Infraestruturas desportivas da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 05

Referência: 54.03.00 – N.º 309/XII;

Assunto: [Concessão informal de tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval em alguns departamentos do Governo Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 06

Referência: 54.02.00 – N.º 312/XII;

Assunto: [Transporte marítimo de mercadorias ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 06

Referência: 54.03.01 – N.º 324/XII;

Assunto: [Obras Porto Comercial das Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 06

Referência: 54.06.08 – N.º 325/XII;

Assunto: [Eventuais achados arqueológicos nas obras do Porto das Pipas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 06

Referência: 54.06.03 – N.º 327/XII;

Assunto: [Esclarecimentos sobre fundos comunitários registados em 2021](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 275/XII;

Assunto: [Pedido de informação sobre as medidas de saúde pública relativas à prevenção e consumo de substâncias psicoativas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 07

Referência: 54.02.00 – N.º 316/XII;

Assunto: [Corvinos sem acesso a medicina dentária desde 20 de janeiro](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 07

Referência: 54.02.09 – N.º 319/XII;

Assunto: [Registo de animais de companhia e errantes \(RACE\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 11

Referência: 54.10.00 – N.º 323/XII;

Assunto: [Aumento das quotas do goraz](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 330/XII;

Assunto: [Pedido de informação sobre a entrada de denúncias de irregularidades](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13

Referência: 54.05.00 – N.º 293/XII;

Assunto: [PS/Açores questiona Governo sobre medidas urgentes de apoio aos agricultores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13

Referência: 54.02.00 – N.º 329/XII;

Assunto: [Aeródromo da ilha do Corvo 3](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13

Referência: 54.07.09 – N.º 336/XII.

10- Informações:

Assunto: Ofício ref.^a 17/2022 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto - fim dos encaminhamentos gratuitos para não residentes e o eventual fim da “gateway” do Pico, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, aprovado por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Unidos Pelo Concelho (PSD, CDS-PP; PPM), em sessão ordinária realizada a 28 de fevereiro de 2022

Proveniência: António Carrilho Simas Santos, Presidente da Assembleia Municipal das Lajes do Pico

Data de Entrada: 2022 – 03 – 11;

Assunto: Ofício ref.^a 21/2022 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Congratulação – Greve Atlânticoline, S.A., apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação Unidos Pelo Concelho (PSD, CDS-PP; PPM), aprovado por unanimidade, em sessão ordinária realizada a 28 de fevereiro de 2022

Proveniência: António Carrilho Simas Santos, Presidente da Assembleia Municipal das Lajes do Pico

Data de Entrada: 2022 – 03 – 11;

Assunto: Ofício ref.^a S-SRJQPE-GSR/202/40 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia do relatório Anual de Atividades Inspetivas nos termos do artigo 10.º do DLR n.º 10/2018/A, de 28 de agosto - 2018

Proveniência: António Manuel Silva Almeida, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

Data de Entrada: 2022 – 03 – 11;

Assunto: Agradecimento pelo envio de Voto de Congratulação à Empresa EYECON – Software Lda.

Proveniência: Miguel Correia, Sócio-Gerente da Empresa EYECON

Data de Entrada: 2022 – 03 – 14;

Assunto: Ofício ref.^a 21 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto pela interferência abusiva nos poderes e competências dos Órgãos de Poder Local por parte da ALRAA, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, aprovado por unanimidade, em sessão ordinária realizada a 25 de fevereiro de 2022

Proveniência: José Manuel de Andrade Fontes, Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto

Data de Entrada: 2022 – 03 – 16;

Assunto: Ofício ref.^a 21 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto pelo demasiado atraso no lançamento do segundo concurso para o Porto Espacial de Santa Maria, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, aprovado por unanimidade, em sessão ordinária realizada a 25 de fevereiro de 2022

Proveniência: José Manuel de Andrade Fontes, Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto

Data de Entrada: 2022 – 03 – 16;

Assunto: Carta Aberta – Programas Ocupacionais, enviada a Sua Excelência o Presidente da ALRAA

Proveniência: Vânia Costa

Data de Entrada: 2022 – 03 – 16;

Assunto: Ofício ref.^a SAI-CIFLORES/2022-06 - ponto de situação sobre os projetos Porto das Flores e Porto das Poças

Proveniência: José António Corvelo Freitas, Presidente do Conselho de Ilha das Flores

Data de Entrada: 2022 – 03 – 16;

Assunto: Ofício ref.^a SAI-CIFLORES/2022-09 – Redução do horário do balcão da CGD na Vila das Lajes

Proveniência: José António Corvelo Freitas, Presidente do Conselho de Ilha das Flores

Data de Entrada: 2022 – 03 – 16;

Assunto: Ofício ref.^a 52993300 sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Deputado Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no Processo de Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 402/21.9T9AGH

Proveniência: Regina Rocha, Meritíssima Juiz de Direito, do Ministério Público, Procuradoria da República da Comarca dos Açores, Departamento de Investigação e Ação Penal

Data de Entrada: 2022 – 03 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades/atualização

Proveniência: Joana Pombo Tavares, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 03 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: José Contente, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, dos Projetos de Resolução n.ºs 93/XII (DI) – Criação de Mecanismo Compensatório para o Setor dos Laticínios, 92/XII(PS) – Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes, 64/XII (Adotada pelo PS) Apoio extraordinário ao rendimento dos pescadores, até 10 de abril de 2022 e do Projeto de Resolução n.º 90/XII (BE) – Recomenda ao Governo Regional a negociação da taxa de juro a aplicar ao pagamento de juros de mora relativo a dívidas referentes ao fornecimento de energia elétrica, até 31 de março de 2022

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17;

Assunto: Ofício n.º 49/22, referente ao Processo n.º 227/2022 – Fotocópia do Acórdão n.º 180/2022, proferido pelo Tribunal Constitucional, no Processo n.º 227/2022, relativo à Fiscalização Preventiva da constitucionalidade das normas constantes das alíneas b) e f) do n.º 2 do artigo 4.º e do artigo 13.º do Decreto n.º 1/2022, da ALRAA, que estabelece o Regime Jurídico da Atividade de Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir da Plataforma Eletrónica na RAA, requerida por Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal Constitucional

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17;

Assunto: Ofício A-13, enviado por Sua Excelência o Presidente da ALRAA à Comissão de Economia para reapreciação e emissão de parecer, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 142.º do Regimento da ALRAA e artigo 271.º da Constituição, referente ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º

180/2022, informando que exerceu o direito de veto previsto no n.º 2 do artigo 278.º da Constituição, e devolvendo o Decreto n.º 1/2022, da ALRAA, que estabelece o Regime Jurídico da Atividade de Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir da Plataforma Eletrónica na RAA (TVDERAA)

Proveniência: Pedro Catarino, Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 03 – 17;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XII (PAN) – Regime Jurídico da Taxa Turística Regional

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 03 – 21;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 60 dias, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 37/XII (PS) – Regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público na Região Autónoma dos Açores e 38/XII (PSD/CDS-PP/PPM/PAN) – Regime jurídico da classificação do arvoredo de interesse público na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: José Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 21;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, da Petição n.º 10/XII – Possibilidade de criação de nova tipologia turística, até ao dia 12 de abril de 2022

Proveniência: Sérgio Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 22;

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 20 de março de 2022 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 03 – 22;

Assunto: Solicitação de substituição integral da Anteproposta de Lei n.º 6/XII (PAN) – Nona alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das campanhas Eleitorais, revogando os benefícios fiscais atribuídos aos partidos políticos

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 03 – 24;

Assunto: Ofício ref.^a 113/2022 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de Moção pela defesa das ligações aéreas diretas entre Lisboa e as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria, apresentado pela Representação Municipal da CDU e aprovado por unanimidade em sessão ordinária realizada a 24 de fevereiro de 2022

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2022 – 03 – 28;

Assunto: Ofício ref.^a SE/2022/253 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio,

alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2017/A, de 10 de outubro - Regime Jurídico da Gestão dos Imóveis do Domínio Privado da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2022 – 03 – 28;

Assunto: Informação enviada a Sua Excelência o Presidente da ALRAA dando nota da suspensão do mandato de Deputado, com efeitos a partir do dia 29 de março de 2022 (inclusive), nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, tendo em conta a tomada de posse como Deputado na Assembleia da República

Proveniência: Sérgio Humberto Rocha de Ávila, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 03 – 29;

Assunto: Informação enviada a Sua Excelência o Presidente da ALRAA dando nota da suspensão do mandato de Deputado, com efeitos a partir do dia 29 de março de 2022 (inclusive), nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, tendo em conta a tomada de posse como Deputado na Assembleia da República

Proveniência: Francisco do Vale César, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 03 – 29;

Assunto: Ofício S/051/2022/XII, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que na sequência da suspensão do mandato do Deputado Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César, a vaga será preenchida pelo candidato Carlos Manuel Rego da Silva, com efeitos a partir do dia 29 de março de 2022 (inclusive)

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 03 – 29;

Assunto: Agradecimento pelo envio dos Votos de Pesar pelo falecimento do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, Álvaro Teves Franco de Lemos

Proveniência: Maria Luísa F. Lemos Raposo, Filha

Data de Entrada: 2022 – 03 – 29;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XII (PAN) – Regime jurídico da taxa turística regional, até ao dia 8 de abril de 2022

Proveniência: José Ávila, Relator da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 29;

Assunto: Informação enviada a Sua Excelência o Presidente da ALRAA dando nota da suspensão do mandato de Deputada, com efeitos a partir do dia 29 de março de 2022 (inclusive), nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, por se encontrar na situação prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARRA

Proveniência: Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto, candidata pelo PS

Data de Entrada: 2022 – 03 – 30;

Assunto: Ofício S/052/2022/XII, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que na sequência da suspensão do mandato do Deputado Sérgio Humberto Rocha de Ávila e da comunicação para o mesmo efeito da candidata Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto, a vaga será

preenchida pelo candidato Francisco Manuel Lopes Coelho Cabral, com efeitos a partir do dia 29 de março de 2022 (inclusive)

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 03 – 30;

Assunto: Ofício ref.^a 548 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Protesto pela redução do horário do balcão da Caixa Geral de Depósitos nas Lajes das Flores, aprovado por unanimidade em reunião camarária realizada a 10 de março de 2022

Proveniência: Luís Carlos Martins Maciel, Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31;

Assunto: Ofício ref.^a 598 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia de um Voto de Congratulação pelos resultados positivos obtidos na mobilidade dos Açorianos com a implementação da “Tarifa Açores” apresentado pelos vereadores da coligação “Unidos com Confiança” aprovado por maioria com abstenção dos vereadores do Partido Socialista, em reunião realizada a 10 de março de 2022

Proveniência: Luís Carlos Martins Maciel, Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31;

Assunto: Ofício SE/2022/283, a enviar à Assembleia Legislativa o link para acesso aos Planos e Orçamentos das Empresas do Setor Público Empresarial Regional (SPER), nomeadamente: Atlânticoline, SA; Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA; Portos dos Açores, SA; Santa Catarina – Indústria

Conserveira, SA; Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA; Eletricidade dos Açores (EDA), SA; EDA Renováveis, SA; Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA; Serviços de Engenharia, Gestão e manutenção (SEGMA), Lda.; IROA, SA

Proveniência: Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel, Chefe do Gabinete do Senhor Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31;

Assunto: Ofício SGS/22/521, agradecendo o Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli

Proveniência: Secretariado-Geral do Conselho, serviço de informação ao Público

Data de Entrada: 2022 – 03 – 31;

Assunto: Ofício Ref.^a RPIL017/2022, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento para o período legislativo de abril, de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, que versará sobre o futuro da ilha Graciosa

Proveniência: Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2022 – 04 – 01;

Assunto: Ofício Ref.^a RPIL018/2022, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o objeto da sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, oportunamente requerida, sobre o futuro da ilha Graciosa, nomeadamente: Desenvolvimento socioeconómico; Transportes e acessibilidades; Investimentos públicos estruturantes; Parcerias estratégicas

Proveniência: Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2022 – 04 – 01;

Assunto: Ofício S/058/2022/XII, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA os nomes dos Senhores Deputados que passarão a integrar a Comissão Especializada Permanente de Economia, a saber: José Ávila, Vilson Ponte Gomes, Carlos Silva, Mário Tomé, Patrícia Miranda e Rui Anjos, a partir de 1 de abril de 2022

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 01;

Assunto: Ofício S/059/2022/XII, a apresentar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a candidatura do Deputado José Manuel Ávila e do Deputado Vilson Ponte Gomes a Presidente e Relator da Comissão Especializada Permanente de Economia, respetivamente, bem como a aceitação das candidaturas

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 01;

Assunto: Solicitação de substituição integral da proposta de alteração à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII (GOV) – Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por "Solenerge"

Proveniência: Deputado Independente, Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Data de Entrada: 2022 – 04 – 04;

Assunto: Ofício SAI-GAPS/2022/479, a enviar à Assembleia Legislativa o link para serem descarregados os documentos referido no art.º 4.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XII - Programa de ordenamento turístico da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Sara Arruda, Assessora do Gabinete da Presidência do Governo Regional

Data de Entrada: 2022 – 04 – 04;

Assunto: Ofício SE/2022/295, a enviar à Assembleia Legislativa a retificação do link para acesso à informação por ele veiculada sobre os Planos e Orçamentos das Empresas do Setor Público Empresarial Regional (SPER)

Proveniência: Duarte Manuel Carreiro Pacheco Pimentel, Chefe do Gabinete do Senhor Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2022 – 04 – 04;

Assunto: Ofício do Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia informando Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que dando cumprimento ao Projeto de Resolução n.º 26/XII – Criação de Grupo de Trabalho Furacão Lorenzo e depois de terem sido levantadas algumas dúvidas sobre a sua constituição, a Comissão revisitou, a reunião de 15 de outubro de 2021, e de acordo com o que foi deliberado de forma consensual, a constituição do referido Grupo de Trabalho integra os seguintes deputados: Coordenador: Marco Costa (PSD); Relatora: Vitória Pereira (PSD); Miguel Costa, Rui Anjos e José Ávila todos do PS, Rui Martins do CDS-PP, Paulo Estêvão do PPM, José Pacheco do CH, Nuno Barata do IL, Pedro Neves do PAN e Carlos Furtado, Deputado Independente

Proveniência: José Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 05;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo, das Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 26/XII – Programa de ordenamento turístico da Região Autónoma dos Açores, 27/XII – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 24/2007/A, de 7 de novembro, que aprova o regime jurídico da atividade apícola e da produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma dos Açores e 32/XII - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA, até 30 e 19 de abril de 2022, respetivamente, do Projeto de Resolução n.º 89/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – Reforço das ligações aéreas internacionais para a ilha Terceira, até 30 de abril de 2022, da Proposta de Resolução n.º 3/XII – Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2020, até 11 de abril de 2022 e da Petição n.º 21/XII – Preço do leite pago aos produtores em São Miguel, até 9 de maio de 2022

Proveniência: José Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 05;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 4 de abril de 2022, a Comissão Especializada Permanente de Economia elegeu o Presidente e o Relator, tendo ficado assim constituída: Presidente – José Ávila (PS), Relator – Vilson Ponte Gomes (PS) e Secretário – Paulo Gomes (PSD), já eleito anteriormente

Proveniência: José Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 05;

Assunto: Ofício S/060/2022/XII, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que o Sr. Deputado Mário Tomé passa a substituir o Sr. Deputado Miguel Costa no Grupo de Trabalho Furacão Lorenzo, a partir de 6 de abril de 2022

Proveniência: Andreia Costa, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 06;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 8 de abril de 2022 a Comissão Especializada Permanente de Política Geral admitiu a Petição n.º 28/XII – S. Mateus da Calheta em direção a Vila

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 04 – 08;

Assunto: Ofício com a ref.^a RPIL0021/2022, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a retirada da Anteproposta de Lei n.º 9/XII - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, na sua redação, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social

Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2022 – 04 – 08;

Assunto: Carta de agradecimento pelo envio dos Votos de Pesar pelo falecimento do Agente Principal Roberto Carlos de Gomes Andrade

Proveniência: Luís Viana, Superintendente-Chefe do Comando Regional da Polícia de Segurança Pública, Comando Regional dos Açores

Data de Entrada: 2022 – 04 – 11;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/XII (PAN) – Fundo Regional do Ambiente

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 04 – 12;

Assunto: Ofício ref.^a 445-ST a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o relatório n.º 01/2022 – VIC/SRATC (Verificação interna de contas da Empresa de Transportes Coletivos da Ilha Graciosa, Lda.), aprovado em sessão de 29 de março de 2022

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13;

Assunto: Solicitação de substituição integral das propostas de alteração e aditamento à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII (GOV) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2022 – 04 – 14;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da ALRAA de suspensão do mandato de Deputada, por um período de dez dias, com efeitos a partir do dia 15 de abril de 2022 (inclusive), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Patrícia Maria Melo Miranda, Deputada do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 14;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da ALRAA de suspensão do mandato de Deputado, por um período de dez dias, com efeitos a partir do dia 15 de abril de 2022 (inclusive), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: José Carlos San-Bento, Deputado do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 14;

Assunto: Ofício S/063/2022/XII, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que na sequência da suspensão do mandato da Deputada Patrícia Maria Melo Miranda e da comunicação para o mesmo efeito do Deputado José Carlos San-Bento, essa vaga será preenchida pela candidata Edite Souto Freitas Preto, com efeitos a partir do dia 15 de abril de 2022

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 14;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da ALRAA de suspensão do mandato de Deputado, por um período de dez dias, com efeitos a partir do dia 17 de abril de 2022 (inclusive), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Manuel José Ramos, Deputado do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 18;

Assunto: Ofício S/064/2022/XII, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que na sequência da suspensão do mandato do deputado Manuel José Ramos, essa vaga será preenchida pela candidata

Maria Gabriela Vieira dos Santos, com efeitos a partir do dia 17 de abril de 2022

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 18;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da ALRAA de suspensão do mandato de Deputado, por motivos de saúde, por um período de dez dias, com efeitos a partir do dia 18 de abril de 2022 (inclusive), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Mário José Dinis Tomé, Deputado do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 18;

Assunto: Ofício S/065/2022/XII, comunicando a Sua Excelência o Presidente da ALRAA que na sequência da suspensão do mandato do deputado Mário José Dinis Tomé essa vaga será preenchida pela candidata Marta Ávila Matos, com efeitos a partir do dia 18 de abril de 2022

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2022 – 04 – 18;

11- Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XII \(PSD\) – Regime jurídico do transporte de animais de produção na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 22;

Assunto: [Sobre a Anteposta de Lei n.º 6/XII \(PAN\) - Nona alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, revogando os benefícios fiscais atribuídos aos partidos políticos](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 03 – 28;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, para que possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito \(Atos Jurisdicionais\) n.º 402/21.9T9AGH, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo de Competência Genérica de Praia da Vitória](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 04 – 07;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Joana Pombo Sousa Tavares](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 04 – 07;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII \(GOV\) – Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por "Solenerge"](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XII \(GOV\) – Cria o Fundo de Emergência Climática](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII \(BE\) – Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/A, de 22 de outubro \(Procede à harmonização, na Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas\)](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 04 – 12;

Assunto: [Sobre a Anteproposta de Lei n.º 5/XII \(PAN\) - Regulamentação da Carreira de Técnico Auxiliar de Saúde](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que estabelece medidas excecionais e temporárias relativamente à realização, avaliação conclusão dos ensinos básico e secundário e para efeitos de acesso ao ensino superior – MEDU - \(Reg. DL 1476/XXII/2022\) – Audição n.º 65/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 03 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII \(PS\) – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho - Cria o Complemento Especial para o Doente Oncológico - CEDO](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 03 – 28;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 17/XII – Pela dignidade dos Doentes de Machado-Joseph](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 03 – 29;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 18/XII – Défice de assistentes operacionais na Escola EB1/JI de Matriz e a inerente necessidade de uma revisão urgente da legislação regional que regulamenta a afetação dos recursos humanos às escolas](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2022 – 04 – 18;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime geral do controlo metrológico legal dos métodos e dos instrumentos de medição - METD - Reg. DL 1337/XXII/2021 – Audição n.º 60/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento \(CE\) n.º 1223/2009, relativo aos produtos cosméticos - MS - Reg. DL 1088/2021– Audição n.º 61/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, assegurando a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento \(CE\) n.º 2003/2003 e do Regulamento \(UE\) 2019/1009 - METD - Reg. DL 520/XXII/2020 – Audição n.º 62/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico de criação de linhas de crédito no âmbito do setor agrícola - MA \(Reg. DL 1087/XXII/2021\) – Audição n.º 63/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que transpõe diversas Diretivas de Execução relativas a variedades de espécies agrícolas e hortícolas de plantas - MA - \(Reg. DL 1350/XXII/2021\) – Audição n.º 64/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 22;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento \(UE\) 2018/1807, relativo a um regime para](#)

[o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia - METD - \(Reg. DL 1328/XXII/2021\) – Audição n.º 66/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 03 – 28;

Assunto: [Sobre a Proposta de Resolução n.º 3/XII \(GOV\) – Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2020](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 90/XII \(BE\) – Recomenda ao Governo Regional a negociação da taxa de juro a aplicar ao pagamento de juros de mora relativo a dívidas referentes ao fornecimento de energia elétrica](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 49/XII \(PAN\) – Regime Jurídico da Taxa Turística Regional](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 14;

Assunto: [Sobre a reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2022 da Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores – Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica na região Autónoma dos Açores \(TVDERAA\)](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2022 – 04 – 14.

12- Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57 e as Separatas n.ºs 16, 17, 18 e 19.

Diário transcrito por empresa externa